



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Sandra Cristina de Sequeiros Pereira](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada da Mesa das Propostas de Lei n.ºs 35, 36 e 37/XVI/1.<sup>a</sup>.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 16/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência.

Em protesto, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) condenou as palavras proferidas pelo Deputado [Pedro Nuno Santos](#) (PS), na semana anterior, acerca dos Deputados do Grupo Parlamentar do CH, após o que o Presidente esclareceu o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) sobre a não adequação da figura

regimental usada para este efeito.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo L, sobre «A preparação de Portugal e da Europa para um mundo em crise multipolar: Relatórios Draghi, Letta e Niinistö». Depois de o Deputado [Rui Tavares](#) (L) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, a Secretária de Estado da Defesa Nacional (Ana Isabel Xavier) e os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Marisa](#)

Matias (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Filipa Pinto (L), Henrique Rocha de Freitas (CH), Rodrigo Saraiva (IL), António Pinto Pereira (CH), Eduardo Pinheiro (PS), Liliana Reis (PSD), Paulo Muacho (L) e Rui Afonso (CH). No encerramento do debate, intervieram o Ministro dos Assuntos Parlamentares e a Deputada Isabel Mendes Lopes (L).

Foi debatido o Inquérito Parlamentar n.º 8/XVI/1.ª (IL) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Carlos Barbosa (CH), Bruno Ventura (PSD), Filipe Melo (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), André Pinotes Batista (PS), Gonçalo Lage (PSD), José Moura Soeiro (BE), António Filipe (PCP) e Isabel Mendes Lopes (L).

Foi apreciada a Petição n.º 243/XV/2.ª (Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 400/XVI/1.ª (PCP) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional e 418/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira. Intervieram os Deputados António Filipe (PCP), José Costa (PS), Patrícia Carvalho (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Andreia Bernardo (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Carlos Guimarães Pinto (IL), Joana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e José Carvalho (CH).

Foram apreciadas as Petições n.ºs 124/XV/1.ª (Coletivo Animal) — Em defesa da lei que criminaliza os maus-tratos a animais — Maltratar um animal tem de ser crime em Portugal;

212/XV/2.ª (Coletivo Animal) — Pela fauna. Pela consagração constitucional do bem-estar animal enquanto bem jurídico tutelado. Por um direito animal justo e consequente; e 228/XV/2.ª (Rita Isabel Duarte Silva e outros) — Solicitam alteração/revisão constitucional que aprove a inclusão explícita e inequívoca da proteção dos animais não-humanos na Constituição da República Portuguesa, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 359/XVI/1.ª (CH) — Intensifica a proteção dos animais de companhia, alterando o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, e os Projetos de Resolução n.ºs 447/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o fim dos apoios públicos a espetáculos que inflijam sofrimento a animais e aumente a idade para trabalhar e assistir a esses espetáculos; 451/XVI/1.ª (PAN) — Assunção de poderes de revisão constitucional extraordinária pela Assembleia da República para assegurar a consagração da proteção dos animais na Constituição; e 458/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que proceda a uma análise e levantamento das limitações do regime jurídico vigente e da organização da resposta do sistema em matéria de maus-tratos e abandono de animais. Intervieram no debate os Deputados Pedro dos Santos Frazão (CH), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L), Pedro Delgado Alves (PS), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Mário Amorim Lopes (IL), Emília Cerqueira (PSD) e Luís Paulo Fernandes (CH).

Deu-se conta de sete Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 19 horas e 22 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos. Está aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 4 minutos.*

Peço às autoridades o favor de abrirem as galerias para dar acesso ao público que queira assistir aos nossos trabalhos.

Entretanto, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara que deram entrada, e foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, as Propostas de Lei n.º 35/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor parcialmente a Diretiva (UE) 2022/542, no que diz respeito às taxas do imposto sobre o valor acrescentado, alterando o Código do IVA e o regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades; n.º 36/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Reforça as penalizações decorrentes das infrações ao Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro e estabelece a proibição dos maquinistas de desempenhar funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas; e n.º 37/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAM) — Pela majoração das prestações e dos apoios sociais atribuídos pela segurança social aos residentes nas Regiões Autónomas, através da segunda alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário da Mesa.

Vamos, então, dar início à nossa ordem do dia e pedia a atenção dos Srs. Deputados porque vamos fazer uma votação, dado que já temos quórum deliberativo para o efeito.

Tratando-se o primeiro ponto da ordem do dia da votação do Projeto de Deliberação n.º 16/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, na passada sexta-feira, o Deputado Pedro Nuno Santos — felizmente, hoje, está aqui presente — chamou «bando de delinquentes» aos 50 Deputados do Chega. Eu, como líder parlamentar, não posso deixar passar isso em claro, não posso deixar passar isso em falso.

Estes 50 Deputados que estão aqui têm tanta legitimidade para estar na Casa da democracia como o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos. São 50 homens e mulheres que trabalharam uma vida inteira, e alguns ainda trabalham em negócios que têm, ao contrário de outros que apenas subiram na vida política graças ao cartão partidário. Mas nós não somos assim!

**Vozes do CH**: — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faltou coragem ao Sr. Deputado para dizer aqui neste Plenário aquilo que disse ali fora, que somos um «bando de delinquentes». Não lhe admito, Sr. Deputado! Não lhe admito e digo-lhe isto olhos nos olhos!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ó pá!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não lhe admito que chame «bando de delinquentes» aos 50 Deputados do Chega.

É que não nos chamou só a nós, chamou também a 1 milhão e 200 000 portugueses que votaram em nós, e eles sentiram-se ofendidos. Isso nós não podemos permitir.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Que orgulho!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não toleramos e não admitimos a sua falta de respeito, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, pelo que hoje poderia pedir desculpa pela atitude e pelas palavras ofensivas que teve para com este grupo parlamentar.

*Aplausos do CH, com Deputados de pé.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É o que vocês são!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, estava a verificar o Regimento da Assembleia da República e o uso correto desta figura regimental. O protesto e contraprotesto, numa interpretação que é mais conforme ao sentido pelo qual ele existe, usa-se quando está a decorrer um debate, podendo-se pedir a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, para fazer um esclarecimento ou para fazer um protesto em relação àquilo que está a ser dito no debate. Não é propriamente para estar a fazer protestos sobre coisas que foram ditas fora do Hemiciclo, sobre matérias que não estão a ser objeto de debate. E, portanto, eu não...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — As tarjas também foram referidas aqui dentro!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, estou no uso da palavra, peço que não me interrompa.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Foi um aparte!

O Sr. **Presidente:** — Peço que não me interrompa, eu estou no uso da palavra. O Sr. Deputado, se quiser, pede a palavra, ao abrigo da figura regimental adequada, e eu dou-lhe a palavra. Mas não me interrompa.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Foi um aparte!

O Sr. **Presidente:** — Não me interrompa, nem com apartes.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Foi um aparte!

O Sr. **Presidente:** — Não, não, não faz apartes!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Viva a democracia!

O Sr. **Presidente:** — Viva a democracia, é isso mesmo. Viva a democracia!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Sr. Deputado Pedro Pinto, eu não o interrompi porque esta clarificação podia ser dubitativa, mas agora está feita. Para futuro, é preciso ter em consideração que esta figura regimental se usa em relação àquilo que está a decorrer no nosso trabalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É bom, ficou tudo esclarecido!

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora entrar no segundo ponto da nossa ordem do dia, que consiste no debate de atualidade, solicitado pelo L, sobre «A preparação de Portugal e da Europa para um mundo em crise multipolar: Relatórios Draghi, Letta e Niinistö».

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Rui Tavares (L)**: — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Defesa, Caros Concidadãos nas galerias: Não basta dizer que o mundo mudou ou que vivemos tempos de mudança; é preciso ser capaz de explicar qual é a natureza dessa mudança, se ela é uma mudança incremental, gradual, à qual nos podemos habituar, ou se se trata de uma mudança que representa uma rutura, porventura irreversível, uma mudança que ela própria altera os termos da mudança que conhecíamos.

Quando nós dizemos hoje que os cidadãos têm medo da mudança é porque os cidadãos, muitas vezes, não veem na política, não veem no Parlamento, não veem no Governo e nos políticos em geral, ou nos partidos, essa capacidade de explicar o que é que significa cada uma das mudanças que estamos a viver — na inteligência artificial, nas pandemias, nas áreas de catástrofes e de emergências várias, nos fenómenos climáticos extremos, nas guerras que estamos a viver no nosso continente, na erosão do Estado de direito.

A União Europeia chega, como muitas vezes chegou, tarde a estes debates, mas não podemos dizer que o debate não existe.

Os relatórios que trazemos à discussão hoje — o relatório Draghi sobre inovação e competitividade, o relatório Letta sobre o mercado interno e com alguns elementos muito importantes acerca de ciência e de políticas sociais, e o relatório Niinistö, que é o mais recente, sobre segurança e defesa — não são mais uns relatórios quaisquer, os últimos, os mais recentes, ou os da moda; eles são, em boa medida, a folha de rumo para os próximos anos da União Europeia.

No seu conjunto, estes relatórios têm mais de um milhar de páginas e teremos muitíssimas discordâncias acerca deles. Por exemplo, como há muito tempo dizíamos que era preciso investimento público, sobre os 800 000 milhões de investimento público anual da União Europeia que o relatório Draghi diz que é necessário fazer, certamente que à esquerda estamos muito mais de acordo com isso do que com as partes que têm a ver com a desregulação, matéria relativamente à qual haverá outras bancadas que estarão de acordo.

Aquilo com que todos temos de estar de acordo em Portugal, aquilo com que todos temos de estar de acordo neste Parlamento é que Portugal não pode chegar atrasado a este debate, não pode apenas reagir a ele quando o mesmo já tiver sido feito, mas deve apanhá-lo no seu início, e isso vale para o Parlamento. Então, devemos nós convidar os autores destes relatórios para virem a reuniões conjuntas de comissões parlamentares? Devemos nós ter um grupo de trabalho sobre a implementação deles?

Mas isto vale também para o Governo e eu vejo com satisfação que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Defesa está aqui presente, mas faltam mais membros do Governo, porque deveríamos ter a Administração Interna, que tem as áreas da proteção civil, porque deveríamos ter a Educação, que inclui o ensino superior e, portanto, as áreas de investigação, porque deveríamos ter a Ciência, porque deveríamos ter até a Agricultura e a adaptação que ela precisa de fazer.

Ora, nas áreas da inovação e da tecnologia avançada, nas áreas da descarbonização e da competitividade, nas áreas da segurança e da diminuição de dependências, temos ameaças e riscos que devemos confrontar, mas também temos oportunidades para a economia e para a sociedade portuguesa se posicionar, desde já, tão cedo quanto possível, naquilo que virão a ser as escolhas da União Europeia.

Dei o exemplo do relatório Letta, que, na área da ciência e da inovação, tem um elemento absolutamente essencial que tem a ver com o desperdício que ocorre na Europa, e em Portugal também, quando apoiamos a investigação científica. Essa investigação científica e os seus resultados ficam fechados em repositórios privados que são dominados por outros países de fora da União Europeia, sem acesso por parte dos cidadãos ou dos académicos com menos recursos, como em Portugal. E as respostas a isso são repositórios de pirataria que estão em servidores na Rússia, apresentando riscos de segurança.

A Europa, certamente, terá de criar um espaço comum de conhecimento e de ciência. O relatório Letta propõe mesmo que seja acrescentada uma quinta liberdade às quatro liberdades da União Europeia, e Portugal pode avançar nessa área.

No relatório Draghi, sobre competitividade e inovação, Portugal pode, em vez de estarmos a discutir uma descida no IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) puramente como uma descida no IRC, que foi o que fizemos nos últimos meses, criar incentivos reais para que uma parte do IRC, como acontece noutros países e em sistemas universitários dos mais avançados do mundo e da lusofonia, seja consignada para um fundo estratégico para o ensino superior. Isto significa um investimento na inteligência artificial, no seu cruzamento com a defesa, no seu cruzamento com a proteção civil, de modo a podermos, nos laboratórios, nas bibliotecas, nos institutos do futuro, prepararmo-nos para fazer os investimentos que requerem participação dos Estados europeus em fundos europeus que não têm taxas de cofinanciamento tão acessíveis como aquelas a que estamos habituados.

Para finalizar, sobre segurança e defesa, certamente muitos viram na nossa sociedade que, neste momento, países como a Suécia, a Finlândia e a Noruega distribuem brochuras pelos seus cidadãos para que as famílias estejam preparadas em caso de conflito ou de crise. Não se trata apenas de alarmismo em relação a uma possível guerra, embora nos tempos que correm tenhamos de estar preparados para tudo.

Mas aqui mesmo em Portugal, vendo o que aconteceu em Valência com um fenómeno climático extremo, numa cidade como Lisboa e na possibilidade de ocorrência de um sismo, não seria o momento de termos em cima da mesa aquilo que o Livre considera que são as áreas da preparação, da prontidão e do planeamento? Não deveremos começar a fazer hoje as reuniões que, no futuro, tratarão destes três *P*?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria iniciar esta minha intervenção por saudar o Grupo Parlamentar do Livre, que teve a iniciativa de trazer esta temática ao Plenário desta Assembleia da República no dia de hoje.

Na verdade, o novo ciclo institucional da União Europeia, que começou com as eleições ao Parlamento Europeu e que se consolidou com a designação do novo Presidente do Conselho e com a eleição do Colégio de Comissários, não é uma mera escolha sobre as lideranças das instituições europeias.

Na realidade, a Europa está a viver um momento de grandes desafios, desde o impacto das alterações climáticas no nosso território aos conflitos e guerras a que assistimos nas nossas fronteiras.

É neste contexto que se devem analisar os três relatórios que hoje debatemos. O primeiro, de Enrico Letta, oferece uma reflexão sobre a coerência interna das políticas da União Europeia e propõe medidas para reforçar a capacidade de resposta às necessidades das empresas e dos cidadãos, ligando o aprofundamento do mercado interno à coesão social e territorial.

Para reforçar a prosperidade da União, Letta propõe, entre várias medidas substantivas, a reforma da União de Poupança e Investimento, para atrair as poupanças privadas que já existem hoje na Europa, mas que são muitas vezes aplicadas fora do espaço europeu, e, ainda, um reforço da capacidade de produzir e de trocar conhecimento, o que é visto pelo autor, aliás, como uma quinta liberdade.

O segundo relatório, de Mario Draghi, procura dar uma resposta ao desafio da competitividade europeia face ao resto do mundo, com um enfoque em três áreas muito concretas: em primeiro lugar, na recuperação do atraso face aos Estados Unidos e à China, nomeadamente nas tecnologias avançadas e na necessidade de reforço do financiamento da inovação disruptiva, reduzindo igualmente a burocracia; em segundo lugar, na conciliação da descarbonização e da competitividade da economia, designadamente através da redução dos preços da energia; e, por último, no reforço da segurança, reduzindo dependências externas e outras vulnerabilidades.

Quanto ao terceiro relatório, mais recente, de Sauli Niinistö, propõe medidas para reforçar a segurança e a resiliência das populações face a choques externos e internos da União Europeia, incluindo desastres naturais e pandemias, com base no princípio de que a segurança é um esforço de todos os Governos e de todas as sociedades.

Independentemente da avaliação que possa ser feita a cada medida concreta destes três relatórios, é importante assinalar que os três marcam uma mudança na estratégia para o futuro da União Europeia: um maior enfoque na nossa prosperidade comum e dar resposta aos problemas concretos dos cidadãos e das empresas.

Esse é, na nossa perspetiva, o caminho certo. Aliás, as prioridades portuguesas para o próximo ciclo institucional coincidem, em muitos aspetos, com o que está vertido nos três relatórios.

Vale a pena destacar, a este propósito, três prioridades que foram assinaladas ainda esta semana pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Na perspetiva da competitividade, a União Europeia deve ter empresas com dimensão suficiente para fazer face a congéneres noutros continentes, mas deve assegurar que esses campeões também possam emergir nos países periféricos, como é o caso de Portugal, e não apenas nos maiores países do centro da Europa.

A propósito do mercado único da energia, devemos enfatizar que este é fundamental para aumentar a competitividade das empresas e para a coesão pela qual Portugal se tem batido, para reforçar as interligações elétricas entre a Península Ibérica e França, que estão, neste momento, muito abaixo da meta assumida pela própria União Europeia.

Na perspetiva da coesão social, a União Europeia deve ter um mercado de trabalho atrativo, em particular para os jovens, e ter a capacidade de atrair talento das outras regiões, conseguindo acolher e integrar imigrantes de forma inclusiva e responsável.

A aposta do atual Governo está, de resto, bem expressa no programa Acelerar a Economia, lançado no passado verão, ou também, por exemplo, no Orçamento do Estado para 2025, que aprovámos na passada semana neste mesmo Parlamento. Está também expressa em outras áreas que são prioritárias para o Governo: no investimento na gestão da água para enfrentar os efeitos das alterações climáticas; no reforço da indústria da defesa; na afirmação de uma Europa aberta ao mundo, incluindo do ponto de vista comercial e dos investimentos, porque só com essa diversificação se garante maior comércio internacional e mais segurança nas cadeias de abastecimento; e no aumento do financiamento da União Europeia no próximo quadro plurianual.

Em conclusão, os relatórios de Mario Draghi, Enrico Letta e Sauli Niinistö oferecem uma visão clara e estratégica para o futuro da Europa. As suas recomendações são fundamentais para fortalecer a competitividade, a inovação e a sustentabilidade da União Europeia.

Para países como Portugal, estas diretrizes representam uma oportunidade única para nos posicionarmos como líder em setores emergentes, garantindo assim um crescimento económico mais sustentável.

Saibamos todos, assim, potenciar estes três relatórios no seu diagnóstico e na sua visão para o futuro. Saibamos fazê-lo na Europa e saibamos fazê-lo em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem um pedido de esclarecimento. Para o fazer, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, agradeço a valoração genericamente positiva que faz deste debate. Não esperaria, aliás, que fosse outra, porque é um debate importante para todos nós.

Mas gostaria que saíssemos do plano mais teórico, do reconhecimento de oportunidades e de ameaças, e fôssemos para um plano mais prático, e é nesse sentido que vai o meu pedido de esclarecimento.

Estará o Governo disposto a criar uma entidade, que pode ser uma unidade de missão,...

**Vozes da IL**: — Mais uma?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para estas três fases que temos de ter, que são as da preparação, da prontidão e do planeamento?

Eu sei que certos grupos parlamentares acham que não, porque, em vez de discutirem os perigos reais, preferem muito mais ficar sentados à espera do telejornal do dia e irem fazer uma escandaleira sobre pânicos imaginários. Mas o Livre não é assim e nisso não vos acompanha.

O que nós queremos e achamos que sossega os nossos cidadãos é perceberem que a política e os políticos reconhecem os perigos, mas não digam apenas «o mundo mudou porque Putin invadiu a Ucrânia», «o mundo mudou porque Trump foi reeleito» e que digam «sim, o mundo está a mudar, estamos atentos a isso e em conjunto, como comunidade, somos capazes de superar o que temos pela frente».

Para isso, no atual momento político, com um quadro parlamentar como o que conhecemos, com um Governo minoritário, é importante que falem com todos os parceiros.

Assim, o desafio que lhe lanço é que o faça e que se comprometa aqui hoje a que o Governo considere a ideia de, a partir do Parlamento, com a proteção civil, com as juntas de freguesia, que vão ter de estar junto das pessoas — portanto, com a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), com os municípios —, começar a preparar já a nossa prontidão e o nosso planeamento para emergências que certamente surgirão. Não vão ser a nossa escolha, nem no momento em que queremos, mas terão de surgir.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, muito obrigado pela questão.

Sim, eu reafirmo, em primeiro lugar, a saudação que fiz à relevância desta temática, dos três relatórios, para o enquadramento que temos hoje e que vamos ter nos próximos tempos em termos europeus. Isto tem, de facto, um reflexo muito concreto num país como o nosso. Que não tenhamos dúvidas quanto a isso.

Portanto, todo o debate, toda a discussão, toda a reflexão em torno das medidas que são apresentadas, independentemente, como o Sr. Deputado referiu na sua intervenção inicial, de podermos divergir ou convergir mais com algumas das medidas concretas que ali estão, é importante. Acho que ambos concordamos com a conclusão de que são uma ferramenta muito interessante e estimulante para que todos possamos trabalhar no sentido de encontrarmos melhores soluções para os problemas e desafios que temos pela frente e que são, de facto, gigantescos.

Gostaria de começar a enumerar alguns, mas acho que perderia tempo nisso, porque, infelizmente, eles são de uma complexidade muito clara e muito evidente para todos nós.

Quanto à questão concreta que me coloca, parece-me evidente que, não só a nível europeu, mas também a nível nacional, temos de encontrar respostas eficazes.

No que diz respeito à questão que me coloca em particular, o relatório Niinistö indica-nos caminhos e um deles passa pelo envolvimento de toda a sociedade. Não tenhamos dúvidas nenhuma em achar que não vai ser um determinado Governo ou uma determinada circunstância que vai conseguir encontrar a solução adequada.

Para esse efeito, acho que a sociedade civil é muito importante, os cidadãos e as empresas são muito importantes. E, naturalmente, num sistema democrático como o nosso, ainda por cima com o quadro parlamentar que temos, era absolutamente imprescindível que o Parlamento fosse envolvido neste esforço conjunto. Aliás, mesmo que houvesse um governo maioritário, com maioria absoluta.

São desafios cuja complexidade é de tal ordem que temos de perceber que estão acima de algumas divergências programáticas ou ideológicas. São desafios, de facto, em certo sentido, até quase de natureza humanitária e com um impacto social de uma grandeza que nos vai obrigar a todos a estarmos mobilizados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado: A União Europeia iniciou a 1 de dezembro um novo ciclo político, num dos momentos mais conturbados e hostis da sua história.

Vivemos num período de grande instabilidade mundial e de grandes expectativas. Testemunhámos uma pandemia, testemunhamos o conflito mais devastador da Europa desde a II Guerra Mundial e a mais mortal revolta no Médio Oriente, num cenário de crise climática crescente, crescentes rivalidades entre os Estados Unidos e a China e o enfraquecimento do respeito pelo multilateralismo.



É um facto: atravessamos uma fase crítica da nossa história comum, enfrentamos desafios globais como tensões geopolíticas, crises energéticas, alterações climáticas, fluxos migratórios e transformações económicas profundas.

Foi neste contexto tão delicado que a Presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, solicitou a colaboração de políticos europeus de reconhecida importância e mérito como Mario Draghi, Enrico Letta e Sauli Niinistö para apresentarem, cada um, o seu contributo e apontarem orientações e soluções.

O relatório Draghi, sobre o futuro da competitividade europeia, analisa a situação económica da União e formula recomendações para acompanhar o ritmo de concorrentes como os Estados Unidos da América e a China. A União tem visto a China como um parceiro de cooperação, um concorrente económico e um rival sistémico, e agora também como uma ameaça.

Draghi afirma que a política comercial tem de ser pragmática, cautelosa, específica e defensiva, que a União deve continuar a reduzir a sua dependência económica para aumentar a sua segurança interna, alertando que a Europa está particularmente dependente de um punhado de fornecedores de matérias-primas críticas e de tecnologia digital.

O relatório Letta sublinha a importância de o mercado único continuar a ser um pilar da integração europeia e propõe, inclusivamente, uma quinta liberdade: a liberdade de inovar e a importância de facilitar uma maior participação das pequenas e médias empresas (PME), sendo absolutamente essencial que as empresas vejam o mercado único como uma oportunidade e não como um obstáculo.

Relativamente ao relatório Niinistö, com o tema «Unidos estamos mais seguros — fortalecer a preparação e a prontidão civil e de defesa da Europa», é feita uma avaliação dos desafios complexos que a União Europeia e os Estados-Membros enfrentam, com as suas conclusões e recomendações a fornecerem orientações para a Estratégia de Preparação para a União e para o Livro Branco sobre o Futuro da Defesa Europeia.

O PSD defende que para contribuímos para impulsionar a competitividade europeia devem ser aproveitados todos os instrumentos e recursos ao nosso dispor, não se podendo desperdiçar 1 cêntimo que seja.

Deveremos criar uma política fiscal indutora e captadora de investimento e de criação de valor pelas empresas, incentivando a capacidade e vontade destas de remunerarem melhor os seus trabalhadores.

Não devemos ter medo de que as nossas empresas ganhem dimensão e escala e que se criem aglomerados competitivos, inovadores e de qualidade cimeira a nível global. Pelo contrário, tudo devemos fazer para que assim aconteça.

É importante e crucial adotar uma mentalidade facilitadora, baseada na confiança, de forma a permitir que as empresas singrem, com uma regulamentação simplificada e eficaz.

É urgente colocar a Europa na vanguarda da investigação e inovação a nível mundial, especialmente em matéria de tecnologias disruptivas. Com o mundo à beira de uma revolução da inteligência artificial, a Europa não se pode dar ao luxo de ficar presa às tecnologias e indústrias intermédias do século passado.

Para Portugal há uma oportunidade clara de liderar através da reindustrialização, que impacta na digitalização, na competitividade, que estimula a inovação e que induz a criação de riqueza de forma duradoura e sustentável.

Este é o derradeiro momento de uma Europa menos dependente e mais senhora, liderante e afirmativa do seu próprio destino. Apelamos a que se juntem-se a nós. E hoje não podia deixar de fazer menção a uma frase de Sá Carneiro, que é também timbre da atuação do PSD: com rigor e com responsabilidade é o nosso ADN (Ácido desoxirribonucleico), é o nosso sentimento hoje e é a confiança que pedimos sempre aos portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há cerca de 15 anos, a economia europeia era 15 % superior à dos Estados Unidos e hoje é 25 % mais pequena. Em boa parte, a Europa falhou nesse crescimento económico e nesse aumento da competitividade e da produtividade porque falhou no acompanhamento desta revolução digital e tecnológica das últimas décadas.

Infelizmente, nesta nova revolução que aí virá, o que se vê é que os Estados Unidos e a China já a estão a liderar e que a Europa, infelizmente, está a regular tecnologias que não tem, algo para o qual temos alertado.

Mas não é só a complexidade da regulação, é também, muitas vezes, a fragmentação de regulações que existem e que, obviamente, são um travão ao crescimento de empresas e *start-ups*. Quando uma *start-up* quer ir para 27 países e, às vezes, tem de falar com 27 notários, ou ler 27 tipos de burocracia, obviamente que se torna complicado, e, em termos de competitividade, é muito mais difícil face ao que acontece noutros blocos.

Mas queremos deixar este alerta ao Governo: o de não confundir regras simplificadas e unificadas com algum dirigismo centralista, que, por exemplo, o Partido Socialista apoia. É nossa visão que não deve ser o Estado, nem aqui nem em Bruxelas, a decidir quem é que são esses campeões europeus ou esses setores onde devemos apostar. Depois de essas regras criadas, devem ser as pessoas e as empresas a determinar onde essa inovação prospera.

Queria também deixar a nota — mencionou-a, felizmente — de que essa fragmentação dos mercados financeiros, essa falta de união dos mercados capitais, é algo que temos de resolver muito rapidamente, até porque, em termos de capital de risco, há muito pouco na Europa. Além disso, há um problema cultural de aversão ao risco. Portanto, fico feliz que o Governo tenha identificado isso, porque na prática o que está a acontecer é que as nossas melhores *startups*, os nossos melhores talentos, muitas vezes estão a ir para os Estados Unidos.

Quero também deixar um alerta para o Governo ter esta posição no âmbito das instituições europeias, em relação à dependência energética face a países que não são parceiros. Lembro-me muito bem que, desde que aqui chegámos, em 2019, ainda só com um Deputado único, sempre fizemos referência a esse erro estratégico que estava a crescer. O Primeiro-Ministro de então desvalorizava o tema e, a maioria das vezes, nem respondia.

Hoje, penso que a Europa toda já percebeu, depois da crise energética que tivemos e agora com a questão das matérias-primas, que há uma necessidade urgente de inverter esse caminho. Por isso, hoje que temos estes temas do crescimento económico, do aumento da produtividade, do aumento da competitividade, em relatórios europeus e no topo das prioridades europeias, pode ser que alguns dos Srs. Deputados aqui já os valorizem.

O que peço ao Governo é que dê atenção e foco a esses temas nestas instituições europeias, porque, no passado, em nome de Portugal, não foram dados. Está na hora de a Europa deixar de seguir e passar a ser líder nestes temas.

*Aplausos da IL e de Deputados do PSD e do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim, do Chega. Dispõe de 4 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sobre o relatório Draghi, a escassez do tempo disponível leva a que me centre sobre o essencial.

Esse essencial resume-se a dois pontos. Primeiro ponto: o relatório representa, por si próprio, uma crítica implícita ao percurso da União Europeia nas últimas dezenas de anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Segundo ponto: as soluções apresentadas são uma mera fuga em frente, uma vez que, no essencial, essas soluções se inscrevem dentro do mesmo paradigma que levou a profunda perda de competitividade da economia europeia.

O modelo de uma burocracia tentacular e asfixiante, introduzido pela Comissão Europeia, aliado à Agenda 2030 e, dentro desta, principalmente ao European Green Deal, arruinou a agricultura e as indústrias tradicionais e impediu um desenvolvimento capaz das indústrias de base tecnológica.

Ora, esse modelo não é radicalmente posto de lado por Draghi, limitando-se este apenas a sugerir algumas alterações, falando em menos burocracia e em aliar descarbonização e competitividade. Sabendo nós o que Donald Trump se prepara para fazer no que toca à descarbonização e à drástica diminuição da burocracia e da regulamentação, o fosso insistente entre as duas economias irá aumentar exponencialmente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Se tomarmos ainda em conta que as empresas tecnológicas americanas recorrem a fundos privados e que Draghi propõe um foco mais concentrado em investimentos públicos em tecnologias disruptivas, está tudo dito, principalmente quando ele calcula esses fundos em cerca de 750 a 800 milhões de euros adicionais por ano.

Este modelo institucional da União Europeia, com a sua cúpula na Comissão Europeia, ou é radicalmente alterado ou irá, a muito breve prazo, arruinar a Europa, ou seja, todos nós.

Bernard Monot, vice-presidente do círculo nacional de economistas franceses, fala na necessidade de um «Bruxit», ou seja, de uma saída da Comissão Europeia da própria União Europeia, uma forma original de nos dizer que essa será uma condição *sine qua non* para que a Europa, pelo menos, se possa encontrar em situação de igualdade com as outras potências.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cinco grandes prioridades estratégicas orientam hoje as opções da União Europeia, como aliás aqui já foi sublinhado. São elas: o apoio à Ucrânia nas funções vitais do Estado e no apoio à sua defesa; a sua autonomia estratégica em dimensões essenciais ao funcionamento da União; o multilateralismo e o alinhamento com a Organização das Nações Unidas (ONU) e com a Aliança Atlântica, o desenvolvimento das capacidades de defesa no âmbito da Aliança Atlântica e também a procura do diálogo no próprio quadro da OSCE (Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa); o enfrentamento às alterações climáticas, aqui já referidas;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é que está calor aqui!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... e o alargamento, como primeira prioridade à Ucrânia e, consecutivamente, ao Montenegro, àqueles que cumprirem as suas devidas obrigações para entrarem no projeto europeu.

O nosso novo Presidente do Conselho Europeu sintetizou estas dimensões estratégicas com três palavras fundamentais: emprego, ambiente e segurança.

Ora, no âmbito da segurança, o antigo presidente finlandês veio apresentar um relatório que, como já foi dito, procura articular ainda mais a dimensão militar com a dimensão civil da segurança, procurando dar fundamentos de maior cooperação e de maior eficácia a estas duplas dimensões, que devem concorrer para a segurança europeia, dado a natureza transversal e de interdependência no conjunto das sociedades europeias. Por isso, veio falar-nos da necessidade de maior planeamento, de melhor preparação e de capacidade de financiamento duradouro e sustentável destas prioridades.

O Governo da República Portuguesa tinha vindo a avançar com duas importantes dimensões, que gostaria de poder trazer hoje, a esta Câmara. Pergunto ao Sr. Ministro qual é o ponto de execução dessas dimensões.

A primeira das dimensões é a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, adotada em 2018, à luz do Quadro de Sendai, aprovado no âmbito da Organização das Nações Unidas, tendo em vista fazer face, particularmente, aos efeitos das alterações climáticas e das catástrofes naturais.

Por outro lado, também está em curso aquilo que tem que ver com os deveres do planeamento civil de emergência. Foi constituído o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência e estavam em constituição as diferentes comissões sectoriais, particularmente aquelas que têm que ver com a identificação e com o acompanhamento das infraestruturas críticas do País.

Ora, Sr. Ministro, a primeira pergunta que lhe coloco é esta: o Governo tem, ou não, como prioridade política dar seguimento e execução a estas duas abordagens, quer em relação à proteção civil preventiva, quer em relação ao planeamento de emergência civil?

A segunda questão que deixo ficar tem que ver com o seguinte: desde 1986, o País desenvolve um conceito estratégico de defesa nacional, atualizado de 10 em 10 anos, em regra articulado com a Aliança Atlântica, com o seu conceito estratégico, e também com as opções estratégicas da União Europeia. Tínhamos em curso a definição de um conceito estratégico de segurança interna que se deveria articular com o conceito estratégico de defesa nacional, e estes dois conceitos estratégicos deveriam articular-se com um conceito de segurança nacional, na medida em que esse caminho é aquele que melhor corresponde ao relatório que agora foi apresentado pelo antigo presidente da Finlândia. Quero perguntar quais são os esforços que estão a ser desenvolvidos para dar seguimento a esse objetivo de política nacional.

Em terceiro lugar, há uma dimensão que, em regra, é esquecida no quadro da atuação da União Europeia e que deve ser lembrada e sublinhada por Portugal, que tem tido um papel pioneiro no desenvolvimento do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia: trata-se da proteção dos cidadãos europeus em países terceiros. Refiro o Tratado de Lisboa, uma das dimensões que se fortaleceu, mas há, por vezes, dificuldade de eficácia e de coordenação de esforços.

A pergunta é a seguinte: está, ou não, o plano nacional de regresso a ser devidamente atualizado, à luz dos desafios complexos no plano geopolítico e geoestratégico? E, se está, como é que poderemos contribuir para o reforço dessa dimensão de proteção externa da União Europeia relativamente aos cidadãos europeus que se encontram em países terceiros?

Por último, neste relatório, fala-se da possibilidade de financiar até 20 % do quadro financeiro plurianual para as dimensões militar e civil. Pergunto como é que o Governo português está a acompanhar o modo de financiamento desta política, tendo em consideração que ela pode, eventualmente, colidir com a política de coesão.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem e de tentarem evitar alguns diálogos. A soma dos vários diálogos bilaterais faz um ruído que torna menos audível as intervenções. Portanto, agradecia o favor de se sentarem.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O que têm em comum os relatórios de Draghi, Letta e Niinistö é a visão de uma União Europeia como um grande mercado. Esta não é, aliás, uma visão de agora, é uma visão que já vem de trás e que tem sido aprofundada, mas que ignora as consequências que tem e teve nos últimos anos.

Desde a aceleração do mercado interno, em particular a partir da década de 90, assistimos a uma onda de privatizações. Colocando a concorrência, o crescimento e os lucros como princípios basilares, o resultado foi o da corrida para o fundo para milhões de pessoas, ao mesmo tempo que o modelo social europeu ia colapsando.

A União Europeia, nos últimos anos, andou a marcar passo com políticas de austeridade, com a degradação das condições de vida, com os ataques aos direitos laborais, com a desvalorização salarial — medidas atrás de medidas que estagnaram a própria economia europeia.

Agora, chegam à conclusão de que a economia europeia está estagnada e de que é preciso fazer alguma coisa. Mas o problema dessa «alguma coisa» que é preciso fazer e que é apresentada nestes relatórios é que a visão de integração é exatamente a mesma daquelas que temos tido até agora.

Diz-se «da urgência deste momento, porque o mundo mudou muito». É certo que o mundo mudou muito, mas a União Europeia também mudou. Houve uma evolução no processo de integração e não foi uma evolução positiva. Sobre isso, não há nenhuma reflexão. Portanto, não podemos aceitar esta leitura cândida de que a integração europeia, nos últimos anos, foi um processo de convergência, quando o resultado foi o do agravamento das divergências entre os diferentes países.

Por isso, quando o relatório Draghi nos fala de três caminhos distintos — a saída, a parálise e a integração — e nos diz que não há alternativa à integração, a integração não pode ser a continuação daquela que temos tido até agora, como está visto.

Quando o relatório Letta nos propõe a quinta liberdade assente na inovação, não nos podemos iludir, porque não é apenas assente na inovação, em mais qualificações ou mais investigação. Ele identifica bem quais são

os setores de intervenção nessa nova quinta liberdade e é muito evidente a preferência em relação ao setor da saúde. Não nos iludamos: tem a ver com, mais uma vez, desenvolver a saúde como um negócio.

Quando Niinistö fala de defesa e de segurança, não disfarça, em nenhum momento, também a promessa do negócio e do desenvolvimento do potencial total pelas parcerias público-privadas, e estas palavras não são minhas.

Por isso, não há um novo caminho ou uma nova promessa nestes relatórios que são apresentados; há apenas o reforço daqueles que já conhecemos.

Não ignoramos a complexidade e a importância dos problemas que suscitaram a elaboração dos relatórios, nem ignoramos a necessidade de responder a estes problemas e enfrentá-los. O que queremos saber é como é que se pode enfrentar estes problemas sem que isso signifique, na prática, a desistência da Europa como um projeto social, como um projeto de paz ou como um projeto de convergência.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por sinalizar que hoje, neste dia 4 de dezembro, recordamos a tragédia que vitimou Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro, há 44 anos. O País perdeu dois extraordinários governantes e estadistas, que, no seu tempo, muito fizeram para aproximar Portugal da Europa. Bem hajam, sempre.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, da IL e de Deputados do CH.*

Os relatórios Draghi e Letta, que estamos hoje a discutir, são mais do que diagnósticos; são alertas claros e urgentes. São alertas para questões essenciais de que temos falado e temos repetido: não pode haver distribuição sem criação de riqueza. Por isso, não temos dúvidas: ou competimos ou somos irrelevantes; ou inovamos ou ficamos para trás.

O relatório Draghi expõe uma verdade difícil mas incontornável: a fraca produtividade e o parco crescimento da Europa, em comparação com os Estados Unidos e com a China, não são traços conjunturais — são defeitos estruturais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Para responder a este desafio, e seguindo as recomendações dos relatórios, é importante destacar três pilares: a inovação, a desburocratização e a atração de investimento. Estes são os pilares que vão nortear, no futuro, a política da Comissão von der Leyen, mas estes são também os pilares da política económica do atual Governo português.

Em primeiro lugar, a inovação. Este será, seguramente, o motor da dinamização do mercado interno europeu. Na Europa, os relatórios defendem mais investimento na inovação e no conhecimento. Em Portugal, o Governo apoia a contratação de doutorados para as empresas e o investimento na internacionalização e na inovação do tecido empresarial.

Em segundo lugar, a desburocratização. Na Europa, os relatórios alertam para a excessiva regulamentação. Temos de a reduzir, é mesmo obrigatório reduzi-la. A título de exemplo, entre 2019 e 2023, os Estados Unidos aprovaram apenas 3500 leis. A Europa, por seu turno, produziu 13 000 leis. Srs. Deputados, isto não é legislar, isto é sufocar. Em Portugal, de entre as medidas para simplificar a relação entre os cidadãos e o Estado, destaco os compromissos do Governo de pagar a 30 dias aos seus fornecedores. Pagamentos a tempo e horas são a forma certa de se respeitar a relação entre o Estado e os seus cidadãos.

Em terceiro lugar, a atração de investimento. Sem investimento não há escala. Sem escala não há crescimento para que a inovação dê frutos. É preciso atrair investimento. Na Europa, propõe-se aprofundar a União Económica e Monetária. Em Portugal, para além de outras políticas económicas, estamos, em 2025, a

baixar o IRC, a baixar o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e a incentivar a valorização salarial.

A Europa tem de recuperar o atraso face aos seus concorrentes internacionais. Portugal tem de crescer mais. Com este rumo, Portugal avançará.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, dispondo de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Foi agendado um debate a partir de três relatórios que foram elaborados — Draghi, Letta e Niinistö —, e a primeira questão que todos devíamos colocar é a de saber se na elaboração destes relatórios foram tidas em conta as necessidades do nosso País.

Este é o primeiro grande problema: Portugal, enquanto Estado soberano, «não foi tido nem achado». No entanto, é arrastado para um projeto que não serve o povo português, não serve o País, e que é contrário à Constituição da República.

No seu conjunto, estes relatórios propõem a salvaguarda dos interesses das multinacionais e dos monopólios, em detrimento dos anseios dos trabalhadores e dos povos dos países que integram a União Europeia. O que pretendem é a intensificação para levar ainda mais longe o caminho neoliberalista, federalista e militarista da União Europeia.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O relatório Draghi fala na criação de escala nas empresas de setores entendidos como estratégicos. O que isto significa é aumentar a concentração e o poder, que serão reservados para as grandes potências da União Europeia — pode-se até dizer, em primeiro lugar, para a Alemanha —, e o que sobrar talvez calhe para países como Portugal. O que isto significa são mais desigualdades entre os países que integram a União Europeia.

Este é um projeto ao serviço do grande capital e das multinacionais, que pretendem, como já aqui referi, levar mais longe o caminho percorrido até aqui. Para além da concentração de poder, temos a destruição da capacidade produtiva — como temos visto no nosso País —, as privatizações, com tudo o que isso significou para os povos dos países que integram a União Europeia, ou seja, mais injustiças, mais desigualdades, precariedade e pobreza. Continua, assim, a não ter uma palavra para a resolução dos problemas que afetam os povos.

Pretende o aprofundamento do mercado de capitais, de mecanismos do mercado interno e da União Bancária, isto é, a transferência de milhares de milhões de euros para o setor privado, com os Estados a financiarem o investimento privado.

Abre portas para o aprofundamento da liberalização do setor energético.

Apoia a indústria do armamento para aumentar a capacidade militar, em prejuízo dos serviços públicos e à custa do sacrifício das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

Estabelece o caminho para a criação de impostos europeus, com o que isso significa de perda de soberania e de receitas que deviam ser dos respetivos países que integram a União Europeia.

Estabelece a criação de um instrumento de dívida comum que financie todos estes objetivos de política da União Europeia.

O caminho apontado é, portanto, de mais exploração dos trabalhadores, de mais ataques aos direitos e à estabilidade no trabalho. Também é um caminho para retirar soberania e poder de decisão aos Estados, para liberalizar setores estratégicos, para aprofundar o papel dos capitais de risco na União Europeia e para prosseguir uma política de confrontação e de escalada do militarismo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Relativamente ao relatório Draghi, aqui em discussão, o PAN relembra que o mesmo fala na aposta na descarbonização, referindo que a competitividade e a descarbonização são duas faces de uma mesma moeda, com o potencial de galvanizar a economia verde e, também, de criar mais postos de trabalho.

Mas não nos podemos esquecer que aquilo que está previsto na implementação deste plano, em todas as suas dimensões, acarreta investimentos que podem ir até aos 800 mil milhões de euros, sendo que 80 % deste valor vem do setor privado.

No entanto, ainda não existe uma aposta, sobretudo em Portugal, como existe noutros países, em mecanismos de empréstimo que possam garantir o financiamento destes projetos com maior atratividade. A França, a Alemanha, os Países Baixos ou a própria Bélgica já emitem dívida pública verde, que incentiva o investimento público, nomeadamente em ação climática.

Em Portugal, iniciativas como as *green bonds* ou as *blue bonds* têm vindo a ser rejeitadas, tal como a proposta do PAN, agora mesmo, no Orçamento do Estado, para que, precisamente, se estudasse a implementação deste mecanismo no nosso País.

Aproveitando aqui a presença do Sr. Ministro, gostaríamos de perceber com que olhos é que vê esta possibilidade de promovermos, em Portugal, um maior investimento na economia verde e nos *green bonds* e *blue bonds*.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto, do Livre, que dispõe de 1 minutos e 24 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nesta primeira ronda de intervenções, falou-se muito de coisas abstratas — mesmo que importantes! —, abstratas e gerais.

Fala-se de impostos e empresas — aliás, há quem não saiba falar de outra coisa! —, mas falou-se pouco de pessoas.

*Protestos do Deputado do CH Henrique Rocha de Freitas.*

Ora, vamos lá pôr-nos no lugar da família portuguesa, a família comum que vê, no noticiário, que na Suécia estão a pedir às pessoas que armazenem comida para três dias, mais uma série de produtos e utensílios para poderem resistir a três dias de uma crise ambiental, pandémica ou mesmo militar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Suécia é um bom exemplo! Estão a restringir os imigrantes!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Pergunta-se, na família portuguesa com poucos rendimentos: eu também gostaria de estar preparado, eu gostaria de proteger os meus filhos, mas será que tenho recursos suficientes?

No título do nosso debate está «a preparação de Portugal», primeiro, claro, num quadro europeu e mundial. Em Portugal, uma preparação que não deixe ninguém para trás tem de passar pelo apoio às famílias, tem de passar pelas juntas de freguesia, tem de envolver a preparação, prontidão e planeamento do Estado.

Faço aqui votos para que, na segunda ronda, consigamos ser mais concretos e ver este problema do ponto de vista das pessoas.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Freitas, do Grupo Parlamentar do Chega, dispondo de 2 minutos e 11 segundos.

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Foram pensadores como Hannah Arendt, Karl Popper e Hayek que marcaram o pensamento filosófico e

económico do século XX. Defensores do pensamento livre e da sociedade aberta, alertaram-nos para o caminho da servidão e para as origens do totalitarismo. Deixaram-nos as palavras «liberdade» e «democracia» por oposição a «prisão» e «ditadura».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Neste caldo cultural nasceu a Europa do pós-guerra. Sempre, de um lado, povos e nações livres; sempre, do outro, o movimento comunista internacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Nessa conquista por almas e corações tinham importância os rituais revolucionários, entre eles o hino, em particular, *A Internacional*.

É por isso extraordinário, para não usar outra palavra, que o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, venha aqui hoje falar da Europa, como se a Europa democrática tivesse sido ideia dele, quando não podia ter sido,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — ... porque quem canta de punho erguido, na sede do Livre, o refrão bem conhecido desde a Comuna de Paris — « façamos [...] duma terra sem amos a internacional » — não pode vir aqui bater no peito e declarar-se democrata desde os tempos da antiguidade clássica.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Sabe, Sr. Deputado, qual a melhor resposta que o Chega e eu lhe podíamos dar, à sua *Internacional*? Era uma tarja — uma tarja...

*Risos do CH.*

... com o hino da Maria da Fonte, que reza assim: «Pela santa liberdade, triunfar ou perecer!»

*Aplausos do CH.*

A perecer está esta Europa, que está decadente. Vivemos tempos de um europeísmo frenético que está a destruir valores fundamentais: a seriedade, a moralidade, a disciplina, a ética do trabalho.

Só isto explica que milhões de euros sejam gastos em ONG (organizações não governamentais) que defendem a transição de género para refugiados. Só isto explica que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem defenda traficantes de droga, impedindo os Estados-Membros de os expulsar definitivamente do território nacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — E só isto explica o relatório Niinistö sobre resiliência e gestão de crises, cuja principal recomendação, num cenário nuclear, é a preparação de um *kit* de sobrevivência capaz de garantir a nossa autonomia durante 72 horas.

O que a União Europeia hoje em dia esqueceu — preocupada que está com uma política externa feminista — foi o princípio fundamental da política internacional, que é o conflito e a guerra.

Ao não ser capaz de garantir a paz, a União Europeia publica o relatório Niinistö, que acena com o medo...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*



*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, para uma intervenção, dispondo de 14 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sr. Deputado Henrique de Freitas, o Sr. Deputado tem uma certa apetência a ser enviado pela sua bancada parlamentar para causas perdidas frente ao Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Corta a direito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — No outro dia foi uma aula de léxico, em que não percebeu que há uma certa diferença entre dizer «limpar» lá em casa e «limpar» no Parlamento, ou «meter no forno» lá em casa e «meter no forno» no Parlamento alemão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É?! Não estavas cá!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E, agora, demonstrou não perceber nada sobre o que diz *A Internacional* e de onde vem o projeto europeu.

Engraçado é quem convidou a Alternativa para a Alemanha (AfD) para no seu Congresso vir aqui...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 7 minutos e 50 segundos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Julgo que hoje já podemos, nesta nossa dialética, concluir que, do ponto de vista do diagnóstico, há alguma convergência face aos riscos e desafios que a Europa enfrenta nesta fase.

De facto, a Europa está, em certo sentido, a perder a corrida, designadamente quando se compara com outros blocos regionais como os Estados Unidos da América ou a China, perante aquilo que são realidades novas que têm surgido nos últimos anos ou décadas.

O diagnóstico, de facto, não é simpático. Verificamos que na Europa há falta de apoio à inovação, principalmente em setores tecnológicos muito importantes, como sejam os semicondutores, a inteligência artificial, as redes e as infraestruturas digitais.

Vemos, também, que há um insuficiente investimento em setores, eles próprios também estratégicos, como o da energia, dos transportes, dos produtos farmacêuticos e também, lá está, outra vez, a inteligência artificial.

Há um desalinhamento, em certo sentido, entre as qualificações dos nossos recursos humanos, dos nossos trabalhadores, e as verdadeiras necessidades atuais dos mercados. Isso resulta muito da falta de investimento que ocorreu nos últimos anos em áreas educativas e de formação profissional, particularmente nas chamadas áreas STEM — ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

De igual forma, vemos que a Europa vive com uma fragmentação do seu mercado interno, que incorpora nele próprio diferentes estruturas regulatórias que, por si, também criam barreiras, particularmente em indústrias de alta tecnologia, que necessitam flexibilidade para, dessa forma, poderem ganhar escala e relevância em termos globais.

Por último, vivemos todos, hoje, na Europa, uma dependência geopolítica — principalmente, repito, em relação à China e aos Estados Unidos, mas, noutras matérias, em relação à própria Rússia —, uma dependência de matérias-primas, de tecnologias, de recursos minerais e energéticos em geral, que são para nós essenciais.

Esta dependência é — tal como assinalado nos diferentes relatórios que hoje aqui discutimos — uma vulnerabilidade, particularmente no atual contexto de tensões geopolíticas muito desafiantes que estamos a enfrentar.

Ora, deste diagnóstico temos, de facto, a obrigação — eu diria quase civilizacional — de darmos uma resposta eficaz perante o que temos pela frente.

Em particular, o relatório Draghi sublinha três áreas de intervenção, três áreas prioritárias: a recuperação do atraso face aos Estados Unidos e à China no que diz respeito a tecnologias mais avançadas, e, para tal, no reforço do financiamento da inovação — Draghi chama-lhe a «inovação disruptiva».

Em segundo lugar, na necessidade de conciliarmos os esforços de descarbonização, que não devemos abandonar, mas conciliar isso com a competitividade da economia, designadamente quando nos comparamos com outros blocos regionais em termos do nosso globo, reduzindo dessa maneira, ou tentando reduzir dessa maneira, os preços energéticos.

Por último, o reforço da segurança — como foi aqui bem sublinhado —, reduzindo as atuais dependências externas, que, como há pouco disse, nos causam, nos trazem vulnerabilidades muito específicas.

Ora, relativamente a todas estas medidas e para toda esta resposta temos, de facto, de dar passos, tentando ser um pouco mais concretos. Eu diria que para o que estamos a apontar — e os relatórios apontam e nós em Portugal estamos empenhados já nesse processo — é, desde logo, para a redução de burocracias e de todos os encargos administrativos que muitas vezes lhes estão associados, simplificando, assim, procedimentos e ajudando as empresas a serem mais competitivas.

Em segundo lugar, dando escala às próprias empresas, às unidades produtivas nacionais, sem com isso querermos pôr em causa as políticas de coesão. E digo isto porque esta necessidade de dar escala às empresas implica uma nova abordagem à política de concorrência e às políticas de auxílio de Estado na própria União Europeia — isso tudo é importante —, mas não podemos, com isso, de maneira alguma, prejudicar um princípio de coesão territorial que também temos de assumir em termos europeus.

Por outro lado, não podemos, de maneira nenhuma, deixar de dar uma atenção prioritária às dimensões de segurança, de proteção civil e de defesa, que já foram aqui muito bem assinaladas. A este respeito, designadamente às matérias de segurança externa e de defesa, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Defesa Nacional terá oportunidade, na próxima ronda, de aprofundar ainda mais esta temática.

Por outro lado, também temos de continuar empenhados na redução dos custos energéticos, sem beliscar, dessa forma — como também já há pouco referi —, a nossa necessidade de cumprir metas, designadamente a nível da descarbonização. Temos igualmente de continuar empenhados numa fiscalidade que seja amiga do investimento e da inovação.

Por último, e não menos importante, para tudo isto temos de assegurar, na Europa, financiamento público e privado que possa, de alguma maneira, almofadar todas estas prioridades: a nível do próximo quadro financeiro plurianual, a nível de novos mecanismos, designadamente, de recurso a dívida comum europeia, o exemplo do Next Generation EU é um exemplo que deve ser prosseguido, na União dos Mercado de Capitais, já aqui referido também, que é crítico e fundamental desde logo para reduzirmos a dependência de financiamento bancário, mas, mais do que isso, para reduzirmos a fragmentação que atualmente existe, e no reforço orçamental, que tem de estar, naturalmente, mais focado em prioridades comuns.

Ora, tudo isso são objetivos que nós temos de assumir e queremos assumir, que estão vertidos, julgo, hoje em dia, na generalidade de quem pensa a Europa e quer ter um papel ativo na Europa, designadamente o novo Colégio de Comissários, as novas instituições no Conselho Europeu e demais entidades comunitárias, para que dessa forma possamos, de forma conjunta, estar à altura do desafio do tempo histórico que estamos a viver.

Do lado do Governo português fica esta convicção firme de que nós estamos empenhados, estamos conscientes da relevância e da complexidade do momento, mas estamos também conscientes de que temos esta obrigação, esta missão, que é verdadeiramente histórica, de estarmos à altura de darmos resposta àquilo que as nossas populações, que as pessoas, no fim do dia, necessitam.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início à segunda ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da IL, e dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O relatório Niinistö não tem sido tão mediático quanto os relatórios Letta e Draghi, mas é igualmente importante. É um relatório que demonstra, de forma clara, como defesa e segurança são essenciais à liberdade e à democracia, temas que se tornaram, por razões infelizes, incontornáveis do debate político e do debate público, depois de muitos anos de desleixo por essa Europa fora, onde todos dávamos a paz e a democracia como algo plenamente adquirido.

Na defesa, note-se a questão dos 2 % do PIB (produto interno bruto) de investimento em defesa, hoje em dia, consensual. E somos ainda, infelizmente, um dos poucos países que não alcançou os 2 %. E já sabemos todos: é um valor claramente insuficiente, é preciso almejar mais, é preciso criar as condições para mais investimento em defesa e também em segurança.

Na defesa, precisamos de pagar melhor e precisamos de estar mais bem equipados. E na segurança — já aqui dissemos há dois meses, exatamente deste púlpito —, em Portugal há, infelizmente, uma falta de cultura de segurança. Exemplos recentes, só, apenas: o assalto às instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, as fugas das prisões, a existência de tecnologia de Estados autocratas em infraestruturas críticas de Portugal, a falta de condições materiais e remuneratórias das nossas forças de segurança, da segurança pública à investigação, da proteção civil às informações, sem esquecer a inexistência legal de um conceito de segurança nacional, sequer, em Portugal.

Se já era claro, para irmos além dos 2 %, que não podemos estar à espera de terceiros, que o relatório Niinistö não seja motivo para, uma vez mais, ficarmos de mão estendida, à espera dos fundos europeus — nós temos de valer por nós, nós temos de fazer por nós. A cooperação é necessária, mas nem a Europa pode estar à espera dos Estados Unidos, nem Portugal pode estar à espera da Europa. Por isso, uma reforma do Estado é essencial para permitir que o Estado se foque naquilo que são as suas áreas de exclusiva competência.

O relatório Niinistö tem várias conclusões e recomendações. Recorda que todos somos agentes de segurança — foi exatamente o que aqui dissemos há dois meses. E também diz que se fale abertamente às pessoas. Não podemos fingir que as coisas não acontecem. A guerra, aquela que a Rússia está a fazer sobre a Ucrânia, parece-nos que é bem lá longe.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Mas se o conflito escala, o nosso território, a começar pelos nossos mares, vai ser um dos primeiros alvos. É por isso que andam navios russos nos mares portugueses. É por isso que nós temos de ter a capacidade de proteger o nosso território, de proteger as nossas populações. Aqueles cabos que são cortados é o dia a dia de milhões de pessoas que está em causa. A democracia e a liberdade precisam de segurança e de defesa.

Aliás, já foi aqui hoje recordado a morte prematura de Francisco Sá Carneiro. Ele tinha uma frase de que nunca nos podemos esquecer: «A democracia é difícil e exigente, mas dela não nos demitimos.»

*Aplausos da IL, de Deputados do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do Partido Social Democrata, tem a palavra. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Srs. Deputados: Sr. Deputado Rui Tavares, antes de mais, gostaria de felicitá-lo por trazer esta importante temática a debate.

Deixando de lado a sua visão mais romântica e idílica, gostaria de o desafiar a acompanhar a nossa visão mais pragmática e realista. Três relatórios, três desafios que o PSD acompanha na íntegra. Uma oportunidade para a União Europeia, mas, sobretudo, uma oportunidade para Portugal, porque é imperativo colmatar urgentemente os défices de competitividade, de inovação e de produtividade.

Agora, vejamos: o que é que não depende de nós, Portugal, e queremos aprofundar na União Europeia? Mercado único? Sim, em pleno funcionamento. Mercado de capitais? Sim, acessível às pessoas e às empresas, e às PME em especial, para mobilizar financiamento. União bancária? Sim, temos de concluir. União da poupança e dos investimentos? Sim, temos de avançar.

Estes são os desafios da construção do projeto europeu. O PSD, como partido europeísta que é — e tal como Francisco Sá Carneiro, seu fundador —, e o Governo, com a sua agenda europeia, acompanha a Presidente da Comissão Europeia e somos perentórios: a promoção da competitividade da economia europeia é um dos desafios atuais mais importantes; tarefa que, aliás, a Presidente da Comissão Europeia confiou à nossa comissária portuguesa Maria Luísa Albuquerque, com a sua importante pasta.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Agora, vejamos o que é que realmente depende de nós, de Portugal, no que diz respeito, essencialmente, à competitividade. Fiscalidade: estamos dispostos a baixar impostos e carga fiscal? Estamos dispostos a simplificar o regime fiscal das pessoas e das empresas? Sim ou não?

*Protestos do Deputado da IL Rui Tavares.*

Redução do IRC, sim ou não? Atualização dos escalões do IRS, sim ou não? IRS Jovem, sim ou não? 15.º mês isento de impostos, sim ou não? Não, porque votaram contra estas medidas essenciais para a competitividade, para a atração de investimento e para a retenção de talento.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não está a perceber nada do que estamos a falar!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Salários: não seremos competitivos se não tivermos melhores salários para reter pessoas. E é por isso que vamos aumentar o salário mínimo nacional e vamos criar condições para aumentar o salário médio até 2028, no final da Legislatura. Não há competitividade sem menos impostos nas empresas e nas famílias, e, por aqui, estamos conversados.

PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), fundos comunitários, PRR PT 2030, são determinantes para a nossa competitividade, mas não basta ter dinheiro, temos de ser rápidos e eficazes na sua execução. Como? Simplificando e desburocratizando procedimentos, tal como refere o relatório Draghi. O que fez o Governo? Aprovou a legislação neste sentido. Como votou o Livre? Contra, tal como o Bloco de Esquerda, o PCP e até o Chega.

Desburocratização: temos de acelerar a simplificação do licenciamento habitacional, agrícola e industrial. O Governo está a fazer a sua parte — primeiro passo, lei dos solos.

Transição energética: o Plano Nacional de Energia e Clima 2030, ontem mesmo aprovado,...

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — ... é uma peça fundamental da estratégia climática e energética nacional, criando um ambiente propício à inovação, ao crescimento e à sustentabilidade. Somos mais ambiciosos no aumento da quota de energias renováveis e na redução da emissão de CO<sup>2</sup>.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ó homem, fale de coisas concretas!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Queremos, assim, que as empresas consigam ter benefícios diretos, redução dos seus custos de contexto e acesso a mercados verdes.

Srs. Deputados, o PSD não deixará de fazer a sua parte, com uma agenda transformadora nas políticas nacionais, e não deixará de dar o seu contributo no que diz respeito às políticas europeias. Esperemos, pois, que a oposição seja verdadeiramente construtiva, não bloqueadora da agenda transformadora do Governo, tal como assistimos em várias medidas do Orçamento do Estado para 2025.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então e o pragmatismo?! Não falou das pessoas uma única vez!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Pinto Pereira, do Chega, dispõe de 4 minutos e 30 segundos para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Falar em crise multipolar é um desafio. A velocidade dos acontecimentos torna, hoje, o xadrez económico e político num invulgar jogo de estratégia.

As relações internacionais são imprevisíveis e as tensões regionais agudizam os desequilíbrios. A Alemanha, a França e a Grã-Bretanha reforçam a corrida ao armamento como não se via desde a II Grande Guerra; países nórdicos e Estados bálticos ensinam a sobreviver em casos de invasão; as televisões estatais russas explicam quanto tempo levam os seus mísseis balísticos a atingir as principais capitais do mundo; os russos vigiam o espaço aéreo, o mar territorial e os cabos submarinos que ligam o velho continente ao mundo. E sem sistemas de comunicação e sem *internet* deixamos ter defesas.

A Europa precisa de se armar para ser um *player* na ordem internacional, mas já vamos tarde, porque continuamos a ter líderes políticos fracos e porque andamos a brincar com coisas sérias.

Portugal não é imune à turbulência que cruza a Europa. O mundo em que vivemos é hoje uma realidade perigosa e a Europa falhou a aposta no armamento, fracassou em todos os setores estratégicos, perdeu a competitividade das empresas, alienou o crescimento económico, esbanjou a aposta na tecnologia e na inovação, decapitou o investimento na automação, não respondeu à crise migratória, não resolveu os problemas sociais. A Europa, hoje, não é nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — No seu relatório de outubro, o FMI (Fundo Monetário Internacional) aponta as perspetivas de crescimento: 2.8 para os Estados Unidos, 3.6 para a Rússia e 4.8 para a China. A zona euro vai crescer 0.8, com a França a situar-se em 1.1 e a Alemanha em 0.0 — é isto que temos.

O que falta a Portugal e à Europa são valores e líderes fortes.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não vão por aí!...

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Estadistas como Jean Monnet, Paul-Henri Spaak, Adenauer, De Gasperi ou Churchill foram substituídos por políticos fracos como von der Leyen ou António Costa.

*Risos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Rui Afonso.*

Por cá, os antigos vultos de dimensão política cederam lugar a hologramas baratos, sem brilho ou ambição.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Francisco de Sá Carneiro não tem nada a ver com Luís Montenegro;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... Mário Soares não se compara a Pedro Nuno Santos; e Freitas do Amaral, Lucas Pires e Amaro da Costa não têm qualquer expressão em Nuno Melo, todos sombras muito singelas do que foram os seus antecessores. Só que enquanto nivelarmos pela mediocridade, Portugal e a Europa vão continuar a ser nada num mundo em crise multipolar.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, do Partido Socialista. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O futuro da União Europeia depende de muitas ações que os Estados-Membros e as diferentes entidades europeias tomem no futuro próximo, pelo que sublinho a importância e a atualidade deste debate. Também é com pena que verifico que não temos aqui presente hoje o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Vivemos um momento de enormes desafios para Portugal e para a Europa. O mundo multipolar em que estamos inseridos é cada vez mais instável, marcado por crises económicas, tensões geopolíticas e transformações tecnológicas profundas.

É neste contexto que os relatórios de Mario Draghi e Enrico Letta surgem como um apelo claro à ação estratégica e coordenada da União Europeia. Estes documentos não apenas identificam as fragilidades do nosso modelo atual, mas também traçam caminhos concretos para assegurar o nosso futuro coletivo.

A Europa continua a perder terreno competitivo face a outras potências como os Estados Unidos e a China. A título de exemplo, apenas 4 das 50 maiores empresas tecnológicas do mundo estão sediadas na Europa. Grande parte da estrutura industrial do continente europeu continua focada em indústrias tradicionais, naturalmente importantes, mas setores emergentes, como a inteligência artificial e a biotecnologia, têm dificuldade em florescer.

O investimento em investigação e desenvolvimento na União Europeia é muito inferior ao que acontece nos Estados Unidos. Este défice de investimento condena-nos a um papel secundário num mundo onde a tecnologia e a inovação ditam a força económica e política.

O relatório Draghi faz mesmo um forte e urgente apelo à ação. Para que a Europa aumente a sua competitividade e seja capaz de garantir a sua segurança e prosperidade, são necessárias reformas profundas acompanhadas de significativos investimentos. A capacidade da União Europeia para ultrapassar o défice de inovação, alinhar descarbonização e competitividade, reforçar a segurança e reduzir dependências será determinante para assegurar o seu futuro num mundo de complexidade crescente e acelerada transformação.

Por sua vez, o relatório de Enrico Letta reforça a importância do mercado único como motor de integração, propondo uma quinta liberdade focada na educação, na investigação e na inovação. Este é um conceito profundamente transformador, que reconhece que sem investir no conhecimento, não conseguiremos competir globalmente nem promover o progresso dentro das nossas fronteiras.

O nosso Governo não deu boas indicações no Orçamento do Estado de 2025 em relação a este tema, mas esperemos que corrija esta trajetória. A Europa precisa de escala, de velocidade e de recursos financeiros para enfrentar este desafio. Nesta conjuntura, a Europa precisa de unidade e de coragem para implementar as mudanças propostas nos relatórios, como reforçar os recursos próprios e financiar a transição climática e tecnológica.

O tema das migrações também não pode ser esquecido na discussão da competitividade da Europa. Como podemos resolver a falta de mão de obra ou um inverno demográfico se simplesmente fecharmos fronteiras? Se ignorarmos a importância da integração dos imigrantes e seguirmos esse caminho de pura restrição, estaremos a entrar num beco sem saída que irá contribuir negativamente para a competitividade do continente europeu.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Partido Socialista sempre esteve na linha da frente da defesa de uma Europa mais forte e integrada. No passado mais próximo, basta destacar a forma como nos batemos pela criação do NextGenerationEU, um instrumento que mostra a importância da cooperação e da solidariedade entre os diferentes Estados-Membros para fazer face a crises desafiantes.

A Europa está num momento de viragem e Portugal deve posicionar-se como um ator ativo, não como um espectador passivo. Portugal tem de manter capacidade e influência junto das diferentes instâncias europeias.

A nível nacional, tem sido difícil vislumbrar uma visão económica do Governo português que vá além da redução transversal do imposto sobre as empresas. Ainda assim, esperamos que o Governo reconheça o papel central do investimento estratégico e das diferentes propostas constantes destes relatórios e que defenda na Europa uma abordagem ambiciosa, capaz de assegurar os montantes de financiamento necessários para as

transformações que Draghi e Letta identificam; caso contrário, teremos uma Europa a definhar e o risco iminente de assistirmos ao fim do projeto europeu.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a ligação entre competitividade e autonomia estratégica é essencial para garantir que a Europa continue a ser um espaço de prosperidade, segurança e desenvolvimento inclusivo. Exigiremos sempre do Governo português uma posição clara e comprometida com o projeto europeu. Não aceitaremos menos do que a ambição necessária para garantir o futuro que Portugal e a Europa merecem e de que precisam.

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a Presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Boa tarde a todos.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Liliana Reis, do Grupo Parlamentar do PSD. Dispõe de 1 minuto e 13 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Reis** (PSD): — Muito boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Srs. Deputados: Hoje, já aqui vimos recuperarem Hayek e *O Caminho da Servidão*, e também Karl Popper, *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*, para nos falarem de defesa.

Pois bem, o projeto da Europa é sobretudo um projeto de paz, que muitos aqui, neste Hemiciclo, querem reverter. Aliás, não deixa de ser verdadeiramente surpreendente o júbilo com que alguns parlamentares hoje aqui se dirigiram para falar na decadência que a Europa apresenta nestes relatórios.

Estes relatórios, efetivamente, revelam e destapam algumas das nossas fragilidades, mas apontam o nosso caminho.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Reis** (PSD): — E o Governo português está comprometido com a reversão do caminho que foi iniciado e não com caminhos de isolacionismo de um lado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que quiseram o António Costa!

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Reis** (PSD): — ... ou, efetivamente, do outro lado, de quase recuperarem palavras, complexos militares industriais ou de industrialização pela vertente militar de que a Europa efetivamente precisa.

Não há paz na Europa sem defesa!

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

A defesa serve sobretudo para dissuadir os outros de nos atacarem, de impedirmos a guerra que os outros nos fazem.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Paulo Núncio, do CDS-PP. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A Europa está numa encruzilhada, o mundo está a mudar, as velhas barreiras comerciais estão a regressar, a tensão geopolítica está a aumentar e a guerra já não é um fantasma do passado, mas uma realidade que assombra o presente. E as crises políticas, económicas e financeiras, em França e na Alemanha, em tempos apelidados de «motores da Europa», fazem-nos recordar crises financeiras não muito distantes dos nossos dias.

A ordem internacional, como a conhecemos, está sob ameaça, e, nestes momentos de transição, a desorientação não pode ser uma opção. Por isso, o debate sobre o futuro da Europa não pode ficar pela discussão teórica dos relatórios.

A democracia, a solidariedade e a subsidiariedade, a defesa da diplomacia, da concorrência leal e do comércio livre, estes foram os princípios que construíram a União Europeia no passado.

É por esta pauta que devemos ler os relatórios que hoje discutimos. Estes mostram que a Europa sabe os desafios que enfrenta — o mercado interno, a competitividade e a segurança e a defesa do continente europeu —, mas também revelam a profunda ligação entre estes desafios. Tanto Letta como Draghi avisam que a Europa tem de ter uma economia robusta, de forma a inverter a agonia lenta dos últimos anos por falta de investimento na inovação, pela fragmentação dos mercados financeiros e pela elevada dependência de empresas não-europeias.

O relatório Niinistö alerta para a natureza variada de crises que podemos enfrentar: natural, humana, militar e civil.

Nesta matéria, saudamos a importância que este relatório dá à centralidade da NATO (North Atlantic Treaty Organization) para a Europa, assim como à participação do setor privado e da sociedade civil na construção de soluções para cenários de crise. Uma Europa segura precisa da NATO; uma NATO forte depende de uma Europa sólida, porque sabemos que a NATO é o principal pilar de defesa da Europa, e assim deve continuar a ser.

Se dúvidas houvesse que a Aliança Atlântica é o garante da nossa paz, vemos como o apoio da NATO tem sido determinante para a resistência da corajosa Ucrânia contra a bárbara invasão russa. E este Governo é consequente com essa avaliação: reforçou a defesa nacional com mais de 11 % para 2025, deu o maior aumento de sempre a militares e antecipou a chegada aos 2 % do PIB investido na defesa de Portugal, que é um compromisso que temos com os nossos aliados.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a História é boa conselheira na política internacional e ensina-nos que na Europa algo tem de mudar para que o projeto europeu possa continuar. Nesse sentido, saudamos a Comissão Europeia por estar focada na concretização destas recomendações dos relatórios; e saudamos igualmente o Governo português por estar focado na inovação, na atração de investimento, bem como no reforço da nossa defesa nacional e na participação de Portugal na NATO.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os desafios que o mundo atual enfrenta são muitos, são variados, já o referimos aqui. A parte positiva destes relatórios é que nos lançam o repto para discutir estes desafios, que são desafios de reforço da autonomia da União Europeia: reforço da autonomia em termos de energia, reforço da autonomia em termos de segurança, de inovação e também da proteção do modelo social europeu.

Esse debate não se faz repetindo os mesmos mantras de sempre. Esse é um debate que se faz, e que o Livre quer fazer, trazendo novas ideias, trazendo novas propostas, concretizando essas ideias, que são as ideias fundadoras da Europa.

São propostas como a que o Livre apresentou em sede do Orçamento do Estado, de um projeto de resolução para reforçar a autonomia estratégica e energética do nosso País e da União Europeia, a iniciativa «Do Sol ao Sal», para criar uma fileira de produção de energia renovável e baterias mais sustentáveis através da investigação e desenvolvimento dos pilares da transição ecológica e energética e da produção de baterias que não necessitem de matérias-primas críticas e raras, nomeadamente as baterias de ião de sódio; ou as propostas para a criação de uma agência portuguesa para a inteligência artificial ou de um centro nacional para a transferência e a partilha de conhecimento. Quando falamos de inovação, é destas propostas que falamos.

Mas há também propostas na área social. Quando discutimos a semana laboral de quatro dias é disto que estamos a falar; quando discutimos justiça fiscal a nível global, a importância do imposto sobre as grandes fortunas, da tributação dos super-ricos ou do alargamento do subsídio de desemprego a quem vai trabalhar para o interior é disto que estamos a falar.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!



O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas também quando discutimos as ameaças ao Estado de direito na União Europeia e aos atores que dentro da União Europeia fazem o trabalho daqueles que querem minar o modelo social europeu e minar a democracia europeia. É também sobre isto que temos de discutir.

A resposta aos desafios que a Europa enfrenta tem de partir da coesão social, que tem de partir da defesa do modelo social europeu. É isso que nos distingue dos Estados Unidos, é isso que nos distingue da China, é isso que nos distingue da Índia, é isso que nos distingue de todos estes países que identificamos no palco internacional como nossos concorrentes, e é essa a defesa que queremos fazer.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra para a próxima intervenção, queria só recordar um alerta que o Sr. Presidente já fez no início dos trabalhos, para serem dadas condições aos oradores. Durante toda a intervenção do último Deputado houve um burburinho pela Sala em diferentes momentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, pede-se que criem condições para os Deputados falarem, não apenas antes da intervenção, mas também durante as intervenções.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

E também quando o Presidente fala.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 1 minuto.

Peço desculpa, o erro foi meu, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de até 1 minuto.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Um dos aspetos a referir, ainda relativamente ao Relatório Draghi, tem a ver com o uso de químicos e, em particular, de substâncias químicas como as PFAS (*per- and polyfluoroalkyl substances*) e que, neste caso, o relatório vem dizer que devem ter regras mais brandas.

Há várias omissões no relatório, nomeadamente quanto à indústria química, que é, não nos podemos esquecer, a que mais contribui para a utilização intensiva de energia na Europa. Também omite restrições que não procuram, de alguma forma, criar barreiras às empresas que cumprem a lei, pelo contrário, querem garantir a segurança dos consumidores.

Depois, omite os enormes custos associados à produção e utilização destas substâncias químicas, nomeadamente ao nível da saúde, e o impacto financeiro que têm, que pode chegar aos 84 mil milhões de euros, um valor que supera, em muito, qualquer proveito que o fim das restrições possa trazer, não obstante, como é evidente, o direito à saúde e a um ambiente sadio ser um valor incontornável. Em último lugar, também importa sublinhar que estão em causa substâncias que não só têm impacto na saúde, mas que são cancerígenas.

Por isso mesmo, e porque não há economia verde sem olharmos para esta transição para uma economia não tóxica, é importante perceber o que é que o Governo vai fazer para garantir um compromisso com a estratégia para a sustentabilidade dos produtos químicos e com os seus objetivos...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora, sim, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Dispõe de até 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como referi, ainda há pouco na intervenção inicial, o que nós precisamos é de respostas que deem prioridade à justiça social, à justiça ambiental e à redução das desigualdades.

Infelizmente são essas as grandes ausências das propostas apresentadas nos relatórios que hoje aqui discutimos. Devíamos, sim, centrar-nos na construção de uma economia que sirva as pessoas, mas que sirva também o planeta. O crescimento económico, a inovação e a tecnologia, por muito referidas que sejam, não funcionam como remédios mágicos, se continuarmos a ignorar as desigualdades crescentes e a pobreza que persiste na União Europeia.

Sabemos bem da tentação que é ir buscar os recursos à redução das proteções sociais e, se elas não estão blindadas, é aí mesmo que se vão buscar. Não é preciso muita imaginação, tem sido essa a prática dos últimos anos, também na União Europeia, e ainda hoje, o Secretário-Geral da NATO deu o mote de como os países devem contribuir mais para a despesa militar. As palavras do Secretário-Geral, Mark Rutte, são: «Quando se observa o que os países gastam em pensões, no sistema de segurança social e na saúde, basta uma fração desse gasto para garantir que o orçamento da defesa atinja o nível que sustente os nossos retornos, ao longo prazo.»

É essa a intenção e não se trata de uma ideia original, porque, infelizmente, essa é uma ideia que já vem de políticas que foram praticadas, também, na União Europeia. Sem uma proteção, sem uma blindagem das políticas sociais, as respostas que são apresentadas serão sempre respostas que vão falhar e agravar os problemas que já temos.

Precisamos de segurança e defesa, sim, mas não às custas da despesa social. As propostas destes relatórios deviam, por isso, começar com essa garantia.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, para uma intervenção de até 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nestes relatórios não há soluções para os problemas dos salários, da habitação, da saúde, da educação, da cultura,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Então? Não?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... mas neles constam a perspetiva de criação de grandes grupos económicos na área das telecomunicações, da energia e da produção de equipamento militar, assim como a total cumplicidade com o negócio da doença e os lucros das farmacêuticas.

*Protestos de Deputados do CH, da IL e do CDS-PP.*

**Vozes do PCP:** — Chiu!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Fala-se muito de produtividade, mas ignora-se que, em Portugal e na União Europeia, ela tem vindo a aumentar. No entanto, os salários reais não acompanham essa evolução, decorrendo daí a transferência de riqueza criada pelos trabalhadores para a remuneração do capital. Em nome da competitividade, querem privatizar a segurança social para a entregar à especulação dos fundos de pensões internacionais.

A integração capitalista de Portugal na União Europeia impôs a retirada de instrumentos de soberania orçamental e monetária que são fundamentais para o desenvolvimento económico e impôs, também, a destruição da nossa capacidade produtiva.

Vou dar aqui alguns exemplos de necessidades que temos e que não encontram resposta: o País precisa de produzir comboios, mas encerraram a única fábrica que os produzia há mais de 20 anos; quando a mobilidade, a energia, os transportes, novos sistemas industriais são essenciais para a modernização do nosso aparelho produtivo, o Governo privatiza a Efacec entregando-a ao capital estrangeiro para a desmantelar e destruir.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não, nacionaliza! Nacionalizou primeiro!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sobre a banca e o sistema financeiro, aquilo que há a dizer é que a banca ou é pública ou não é nacional, como o caso português nos mostra, todos os dias, e com os impactos que se veem no financiamento, em particular, das micro, pequenas e médias empresas.

Aquilo que é preciso é uma política alternativa, assente na diversificação e ampliação das relações políticas, económicas e culturais de Portugal. É preciso haver uma cooperação fundada no respeito mútuo e em relações mutuamente vantajosas, o desenvolvimento do aparelho produtivo, o fim dos processos de liberalização e privatização, que retiram ao País a capacidade de produzir e que conduzem à destruição de setores e empresas estratégicas e que deixam o nosso País mais dependente.

É preciso o controlo público de empresas e de setores estratégicos nas áreas da energia, banca, seguros, transportes, telecomunicações, na inovação e também na área da saúde, em particular na produção de medicamentos. E também a defesa da paz e da resolução pacífica dos conflitos internacionais, o cumprimento da Constituição e a afirmação dos valores de Abril no futuro de Portugal.

O que é preciso é uma Europa de paz, de cooperação e de progresso, de Estados soberanos e iguais em direitos, uma Europa dos trabalhadores e dos povos, contra as injustiças e as desigualdades, pela justa redistribuição da riqueza, pelos direitos e pela elevação das condições de vida.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, dispondo de até 20 segundos, o Sr. Deputado Rui Tavares, para uma intervenção.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos: Concordo com o diagnóstico de que a União Europeia tem levado a um caminho que, em boa medida, é de austeridade e de desregulação.

A questão é, diante do momento presente, o que é que devemos e podemos fazer para podermos proteger as pessoas, não só do ponto de vista social, mas também de grandes catástrofes.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, independentemente de concordâncias ou de discordâncias, o Sr. Deputado diz que a NATO deve ser o nosso pilar fundamental. A questão não é nós discordarmos sobre a NATO, mas o que é que pensa o Presidente Trump sobre isso.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Defesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Defesa Nacional** (Ana Isabel Xavier): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Conforme temos assistido na discussão de hoje, que acompanhei com muita atenção, os relatórios Draghi, Letta e Niinistö oferecem importantes reflexões sobre a resiliência da União Europeia face a dinâmicas geopolíticas em constante mudança, convergindo na necessidade de repensar e reforçar as políticas públicas da União Europeia, incluindo em matéria de defesa, como, aliás, foi suscitado por vários Deputados.

Por isso, permitam-me destacar quatro pontos essenciais. Em primeiro lugar, este tipo de reflexão não é propriamente novo, incluindo na área da defesa. Já muitos relatórios e livros brancos foram sendo lançados, ao longo das últimas décadas, embora sejam sempre reflexões e recomendações importantes para decisões que não podemos nem queremos adiar. Mas, naturalmente, cabe a Portugal, enquanto Estado-Membro da União Europeia e aliado fundador da NATO, fazer uma leitura atenta e participar de forma construtiva neste debate. Até porque — e isso leva-me ao segundo ponto —, sejamos claros, as decisões na área da defesa, especialmente com implicações militares, são uma prerrogativa dos Estados-Membros.

Como bem sabemos, neste domínio, não se aplica nem o processo legislativo ordinário, nem tão-pouco a maioria qualificada. E, tal como o artigo 18.º do Tratado da União Europeia determina, a Alta Representante conduz a política comum de segurança e defesa com as suas propostas para a respetiva elaboração e execução na qualidade de mandatária do Conselho.

Em terceiro lugar, há um caminho a percorrer entre o lançamento destas reflexões e o desenvolvimento e implementação de políticas concretas. Importa salvaguardar, por isso, o envolvimento de Portugal nestes processos de reflexão, até porque os relatórios confirmam muitas das posições que Portugal tem assumido, mas o mais importante é a tradução dessas reflexões na formulação das políticas que delas resultam.

Por isso, o meu quarto ponto é que, se queremos beneficiar deste novo ímpeto e das propostas vertidas nestes relatórios, temos de perceber em que medida é que cada um deles é relevante para Portugal e para a defesa nacional não ficar para trás.

O Relatório Draghi reconhece, claramente, que o setor da defesa é estratégico e, até mesmo, crítico para a autonomia estratégica da União Europeia. Todavia, a indústria de defesa europeia, para Draghi, é classificada como subdesenvolvida, subfinanciada e fragmentada, com falta de escala, inovação, desenvolvimento tecnológico e interoperabilidade.

Concentremo-nos, no entanto, na terapia e se olharmos só para este relatório, há pelo menos seis caminhos possíveis para nos apoiar em termos de políticas públicas. De forma telegráfica: revisão das regras da contratação pública, alívio da carga fiscal, investimento público e apoio a universidades e empresas, em matéria de investigação e desenvolvimento, um complexo industrial que equilibre necessidades da guerra e da paz, indústrias de duplo uso, sinergias com as políticas industriais e espaciais, e especialização em componentes da engenharia aeroespacial.

Em suma, para relançar a competitividade europeia, preconiza-se desbloquear novas fontes de financiamento, rever regras de concorrência e concentração europeia, relançar atribuições de entidades europeias já existentes, se quisermos, os três *dd* — desburocratizar, desregular e descomplicar —, para assegurar a atratividade nacional e a especialização em setores-capital intensivos e geopoliticamente relevantes.

#### *Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Ao mesmo tempo, levantam-se pelo menos seis grandes questões que devemos ter em conta à luz dos nossos interesses e, também, do tecido industrial nacional, composto, como sabemos, primariamente por pequenas e médias empresas. Também de forma telegráfica: visão europeizada do setor da defesa, procura agregada nos Estados-Membros, coordenação dos sistemas de armas com os parceiros NATO, harmonização e normalização do equipamento, remoção do princípio de retorno geográfico e agregação da procura e integração dos ativos industriais da defesa, em linha, aliás, com o que está plasmado na carta de missão, entregue pela Presidente da Comissão ao novo Comissário Europeu, para a Defesa e o Espaço.

Por sua vez, o relatório Niinistö, publicado no final de outubro, apresenta propostas para melhorar a preparação e prontidão da União Europeia para responder a crises — da identificação, antecipação e prevenção ao desenvolvimento e emprego de capacidades, passando pela aproximação à sociedade. É muito interessante destacar que, quando olhamos para as prioridades da Comissão Europeia para 2024-2029, o reforço, a preparação e a gestão de crises num *Whole-of-Society* ou *Whole-of-Government* está presente.

Voltando ao relatório do antigo presidente finlandês, este é porventura o mais denso dos três, em termos de propostas que dizem respeito à área da defesa e, por isso, importa continuarmos a lê-lo.

As propostas são muitas, variadas, e implicam diferentes graus de complexidade, sobretudo no que concerne à cooperação civil/militar. Trata-se de um relatório muito voltado para a questão da resiliência, que propõe a adoção do conceito, como norma, da «preparação integral», com importantes implicações para o setor da defesa.

Quais as principais reflexões que merecem a nossa atenção? Destacaria duas: primeira, a implementação da Estratégia Industrial de Defesa Europeia e o respetivo programa; segunda, o reforço da Base Tecnológica Industrial de Defesa, incluindo a eventual criação de um mecanismo de apoio à capacidade industrial de defesa europeia ou o reforço do programa industrial de defesa europeia.

Mas são também interessantes as outras medidas de natureza mais financeira e de mercado comum: mais financiamento público e privado para a defesa, a redução de obstáculos ao investimento privado ou a flexibilização da contratação pública, o desenvolvimento de um mercado único para a área da defesa, a expansão das opções de financiamento em defesa do Banco Europeu de Investimento e o reforço dos projetos

conjuntos de desenvolvimento de capacidades entre Estados-Membros da União Europeia e em cooperação com a NATO.

Por último, no relatório Letta, publicado em abril deste ano, a par da transição ecológica e digital e do alargamento, como também já foi aqui evidenciado, o reforço das capacidades de defesa é identificado como um dos três domínios críticos cujo financiamento tem de ser reforçado.

Neste sentido, chamam-nos à atenção quatro pontos. Primeiro, a emissão das obrigações por parte das instituições da União Europeia; segundo, a necessidade da europeização do mercado para a procura interna da União Europeia, à luz da Estratégia Industrial de Defesa Europeia; terceiro, a harmonização da regulamentação relacionada com as atividades de defesa; e, quarto, a criação de incentivos à cooperação empresarial.

Propostas relacionadas com os instrumentos financeiros para o desenvolvimento e aquisição de capacidades ou o uso do Mecanismo Europeu de Estabilidade para a defesa são relevantes para esta área governativa e merecerão também toda a nossa atenção.

Diria também que o espírito em torno da proposta de acrescentar uma quinta liberdade ao mercado único — também já aqui evidenciado por várias bancadas —, além da livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, no sentido de promover a inovação e a investigação, poderá ter impacto na defesa, dada a importância do investimento em inovação, investigação e desenvolvimento nesta área. E, claro, a mobilidade militar, inserida num mercado único europeu de defesa.

Reitero, tal como iniciei, que é muito importante olharmos para estes relatórios, mantendo aquela que é a idiossincrasia de Portugal. Por tudo isto, estamos conscientes da importância de um tema que é atual — e felicitamos o Livre por tê-lo trazido à colação — e que, por certo, vai manter a sua atualidade e relevância quando assistirmos aos próximos passos mais robustos daquilo que é o mais importante, que é a coordenação política europeia, que nos vai trazer novos dados para a implementação efetiva e para a tradução, em termos de políticas públicas, em matéria de defesa. Nessa altura, esperamos poder voltar ao debate, na certeza de que Portugal e o Governo estarão preparados para esse momento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Sr. Deputado Rui Afonso, do Grupo Parlamentar do Chega, e que, para o efeito, tem até 2 minutos. Depois, tem ainda 12 segundos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, de facto, estes relatórios abordam três vetores muito importantes para o futuro da União Europeia.

No caso do relatório de Sauli Niinistö, este propõe uma transformação fundamental na estratégia de segurança e defesa da União Europeia, fortalecendo as suas capacidades de resposta a crises e enviando um sinal, nomeadamente aos Estados Unidos, de que está disposta a pagar a sua quota-parte na defesa.

No caso do relatório de Mario Draghi, este sustenta que a Europa deve reorientar profundamente os seus esforços coletivos para pôr termo à lacuna da inovação com os Estados Unidos e com a China, especialmente em tecnologias avançadas.

E, por último, o relatório de Enrico Letta foca-se na importância da reforma do mercado único europeu, nomeadamente na necessidade de as empresas europeias terem de ganhar escala face à crescente dimensão dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) e dos Estados Unidos.

E aqui pergunto o que é que o Governo fez em sede de Orçamento do Estado para acompanhar estas prioridades. É que os partidos que suportam o Governo, PSD e CDS, votaram contra as propostas do Chega para, por exemplo, reforçar os meios para a ciberdefesa nacional, proposta esta que contou com a abstenção do Livre e do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — O PSD e o CDS votaram contra a proposta do Chega para aumentar o investimento na defesa nacional para 2 % do PIB, quando sabemos bem que o investimento atual não chega a 1,5 %, proposta esta que contou com a abstenção do Livre e do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — O PSD e o CDS votaram contra a proposta do Chega para reduzir o IRC em 2 pontos percentuais — aliás, o PSD votou contra a sua própria proposta para a redução em 2 pontos percentuais —, assim como para reduzir as derramas estaduais, quando sabem perfeitamente que a elevada carga fiscal tem sido um forte entrave ao investimento e à captação de multinacionais, assim como ao aumento da produtividade e da inovação das empresas portuguesas, que têm sentido uma dificuldade imensa em ganhar escala e ser competitivas a nível internacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E aqui pergunto se realmente estaremos ou não alinhados com os objetivos da União Europeia. É que parece, muito sinceramente, que andamos a defender a necessidade de aumentar rapidamente a segurança e de fazer crescer rapidamente o tecido produtivo em Portugal, mas, depois, quando chega a altura de tomar decisões, como é o caso do Orçamento do Estado, vemos um Governo que pretende que tudo permaneça exatamente igual.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tendo até 34 segundos para o efeito, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente. Sr. Deputado, julgo que estamos todos recordados do debate, na especialidade, do orçamento da defesa nacional, em que deixámos evidenciado que há um aumento exatamente para questões de ciberdefesa. Portanto, sugeria ao Sr. Deputado que fosse rever os números que foram aqui não só discutidos como aprovados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Em tudo o resto, estamos perfeitamente alinhados com a importância, como eu própria evidenciei, de estes relatórios nos traçarem um debate que é muito atual hoje, mas vai continuar a ser atual, como digo, estamos também alinhados com as prioridades da Comissão até 2029.

Com certeza que todas as bancadas estão a convergir na importância de olharmos para a União Europeia e para a NATO, e nós estaremos aqui para cumprir também a nossa parte.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase de encerramento deste debate e, para uma intervenção em nome do Governo, dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que, para o efeito, tem até 5 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Governo tem trabalhado em Portugal para concretizar vários dos objetivos plasmados nos relatórios que hoje aqui discutimos e que partilhamos com os outros Estados-Membros da União Europeia.

Não é possível elencar todas as medidas, mas vale a pena referir alguns planos e medidas que foram aprovados desde que iniciámos funções, há cerca de oito meses a esta parte. Em primeiro lugar, começando talvez pelo fim, a aprovação do Orçamento do Estado, na passada semana, permite uma estabilidade económica e financeira no próximo ano que nos coloca numa posição francamente positiva no panorama geral da União Europeia.

Um sistema fiscal justo, simples e não excessivamente oneroso é um dos elementos fundamentais da competitividade. Este é, de resto, o primeiro Orçamento que não aumenta impostos e que baixa muitos. As

medidas do IRS Jovem são cruciais para a nossa capacidade de atração e retenção de talento. A redução do IRC é um passo que melhora a competitividade das nossas empresas dentro e fora da Europa.

Aprovámos ainda, no passado verão, o programa Acelerar a Economia, que, entre outras medidas, promove a digitalização de processos e prevê a criação de incentivos para *startups* e pequenas e médias empresas, revendo regimes fiscais e regulações, consolidando normas e protegendo a inovação. Este programa, o Acelerar a Economia, foi lançado pelo Governo, recorde-se, ainda antes de ser conhecido o relatório Draghi, mas penso que podemos todos dizer hoje que há um forte alinhamento entre ambos.

Neste programa nacional, preveem-se medidas concretas que visam apostar na inovação e no empreendedorismo, com incentivos para o aumento da escala das empresas e para o fomento da capitalização e do financiamento na área da inovação. Aposta-se em *startups* com um fundo de investimento em *deep tech*, focado em inovações na área da sustentabilidade e da descarbonização, simplifica-se e reduz-se o enquadramento fiscal, dando assim competitividade, desde logo, através da redução gradual do IRC.

Ainda neste programa, aposta-se na internacionalização, na economia verde, na economia circular, na digitalização e no talento, na reindustrialização do País e na sua sustentabilidade.

Em paralelo, a simplificação da burocracia permite reduzir custos e libertar recursos para se dedicarem a atividades mais produtivas. Neste âmbito, gostaria de salientar as medidas de simplificação no acesso aos fundos europeus, por exemplo na habitação, que nos permitem acelerar a sua implementação e fazer chegar os recursos mais rapidamente às empresas e às autarquias, promovendo, assim, a reforma também da Administração Pública, designadamente através do plano Mais Simplificação, Menos Burocracia, com medidas concretas para simplificar e desburocratizar a vida das pessoas e das empresas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estas são apenas algumas das medidas que mostram o empenho de Portugal em reforçar a sua competitividade, a resiliência da nossa economia e das nossas populações e a coesão social e do nosso território. Isto permitir-nos-á não só reforçar a prosperidade do nosso País, mas também colocar-nos no centro do debate das políticas europeias nos próximos anos, oferecendo, assim, exemplos e casos de medidas de sucesso que possam ser replicados noutros Estados-Membros.

Os relatórios que aqui hoje discutimos são importantes ferramentas para que a Europa se transforme e transforme os seus complexos desafios em oportunidades para as suas populações.

O Governo está empenhado em fazer a sua parte, em nome de um futuro com uma sociedade mais justa, com um ambiente mais sustentável e com um povo mais feliz.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o encerramento, por parte do Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?! Mais 5 minutos?! Já ninguém consegue ouvir o Livre!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, Caros Concidadãos e Concidadãs nas galerias: Começámos hoje por dizer que este deveria ser um debate sobre o futuro e sobre mudança, e este debate mostra-nos que há quem não esteja preparado para esta discussão ou quem nem sequer a queira, o que não é, de facto, surpreendente, mas é revelador.

Tem sido frequente ouvir vários agentes políticos, incluindo o Governo, falar, tantas vezes de forma inusitada, de segurança e de insegurança, de perceções e de realidade. Isto vai alimentando preconceitos, apontando o dedo e criando mitos, nunca discutindo aquilo que é essencial e semeando o caos pelo caminho.

Falar de segurança é realmente importante, e essa é uma discussão da qual ninguém se deve excluir. Porém, falar de segurança exige ir além de uma abordagem securitária e de medo. É falar de forma objetiva e consequente sobre os riscos multifatoriais que se colocam e sobre como preparar a nossa sociedade para lhes dar respostas, desde as alterações climáticas e fenómenos ambientais extremos a novos riscos sanitários, ameaças cibernéticas, aumento do autoritarismo, risco de guerra.

No entanto, todos estes riscos se previnem e se preparam em conjunto e em comunidade, discutindo como preparar o País, os cidadãos e as cidadãs para mitigar os riscos e para ter capacidade de resposta. Mas não só, é também discutindo como é que o futuro pode ser diferente, porque o futuro somos nós que o construímos.

Falar de futuro é falar de coesão social, de habitação, de educação, de tempo e de capacitação, é não deixar ninguém para trás.

A discussão sobre os riscos que corremos não pode estar desligada da discussão do futuro que queremos construir. Coesão social é resiliência e segurança e é a aposta numa Europa social, é a aposta no direito à habitação, em casas onde ninguém passe frio, é a aposta na eliminação da pobreza estrutural na Europa e é a aposta nas pequenas medidas que fazem com que sejamos a rede uns dos outros em momentos de crise, mas também no nosso dia a dia.

Mas a comunidade, principalmente uma comunidade europeia alargada, constrói-se em democracia e contra o autoritarismo. E o Parlamento desperdiçou, recentemente, a oportunidade de assegurar a realização de uma análise que contribuiria para robustecer a preparação de Portugal e das suas instituições contra algumas das ameaças da atualidade, ao rejeitar, no processo orçamental, a realização de um estudo sobre a resistência do sistema jurídico português a um choque autoritário e a situações de subversão democrática.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Este é um momento crítico para desenvolver esta análise e garantir a solidez das instituições democráticas portuguesas. Impõe-se saber se o Governo está preparado para dar este passo essencial e para fazer um diagnóstico sério e abrangente das vulnerabilidades de Portugal.

Mas mais: que posição quer Portugal assumir na preservação do Estado de direito, da democracia e dos direitos fundamentais também no contexto da União Europeia?

E não se diga que esta preocupação não se relaciona com os riscos elencados nos relatórios que hoje estamos aqui a discutir. É que a instabilidade geopolítica está intimamente ligada a regimes autocráticos, como vemos com a invasão russa à Ucrânia, a regimes autocráticos com instituições de fachada, líderes autoritários e desrespeito pelos direitos humanos. E os direitos humanos têm de estar na base da atuação do País e da União Europeia.

E aqui, também falando de futuro, a posição sobre o que está a acontecer em Gaza tem de ser muito mais clara, por parte de Portugal e por parte da União Europeia.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas este também era um debate sobre economia; sobre como promover a inovação; sobre como promover uma transição verde e digital socialmente justas e inclusivas; sobre como reinventar a indústria europeia, que apresenta cada vez mais sinais de fragilidade, que precisa de se reinventar e que precisa, muito, de algo que é pouco falado em Portugal e é constantemente descurado e relegado para o esquecimento, de investimento público.

E tanto temos falado dele aqui: seja na criação de uma empresa pública para o hidrogénio; seja através de um centro de partilha do conhecimento que permita incorporar melhor a inovação científica e académica nas cadeias de produção das empresas e do setor público e, também, trazer ao mundo académico o conhecimento tradicional e ancestral; seja através do financiamento direto à atividade científica, nomeadamente através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.), que viu o seu orçamento cortado em 68 milhões de euros, o que não foi revertido apesar da proposta do Livre, que foi chumbada aqui no Parlamento;...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... seja, também, no apoio às pequenas e médias empresas e à indústria para a sua transição para um novo modelo de desenvolvimento verde e justo.

É que não há soluções milagrosas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, e é na ausência da melhoria das condições de vida e do bem-estar dos nossos concidadãos que os populismos medram.

Uma economia que sirva a todas as pessoas, em Portugal e na Europa, consegue-se com uma aposta séria na educação e na ciência, com ação conjunta, com medidas que promovam a qualidade de vida, a preservação do ambiente e a igualdade de oportunidades; consegue-se através de investimento público nas pessoas, nas instituições e nas empresas; e consegue-se, sim, através da distribuição justa da riqueza e da inclusão.



Os relatórios Draghi, Letta e Niinistö abordam tudo isto e apontam caminhos que Portugal tem de discutir. Este foi o primeiro debate, continuaremos a trazê-lo e a mantê-lo ativo aqui, na Assembleia da República, e a pressionar o Governo para que o debate se faça de forma alargada. Porque, Sr.<sup>as</sup> e Sr. Deputados, o futuro constrói-se e o Livre cá está para o fazer.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar no terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consta do debate sobre o Inquérito Parlamentar n.º 8/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec.

Vamos só dar algum tempo para que os grupos parlamentares se possam reorganizar nas bancadas.

*Pausa.*

Vamos, então, dar início ao debate deste ponto, que começa com a intervenção do grupo parlamentar proponente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, que dispõe de até 4 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quinhentos e sessenta e quatro milhões de euros, é este o custo que a Efacec (Empresa Fabril de Máquinas Elétricas, SARL) poderá representar para os contribuintes, de acordo com o Tribunal de Contas — 564 milhões de euros!

São cinco vezes mais do que os prejuízos da Santa Casa, que justificaram uma comissão de inquérito; são 140 vezes mais do que o custo do tratamento das gémeas, que justificou outra comissão parlamentar de inquérito.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Em 2020, antes de ser nacionalizada, a Efacec já estava numa situação complicada, mas em três anos sob gestão pública,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Gestão pública?

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... uma empresa que já estava mal conseguiu o feito de ficar ainda pior. As encomendas da unidade de automação caíram 67 %, as da unidade de transformadores caíram 73 %, as da unidade de mobilidade elétrica caíram 80 %: tudo áreas de negócio que estavam em crescimento, um pouco por todo o mundo.

O Governo nacionalizou a Efacec sem sequer fazer uma análise independente que verificasse o interesse público da operação, nacionalizou-a com base, puramente, nas garantias da administração que lá estava de que: ponto um, a empresa era viável; ponto dois, a empresa era economicamente sustentável; e, ponto três, as dificuldades eram apenas temporárias.

Mas em três anos de gestão pública,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Gestão pública?!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... a empresa, supostamente viável, perdeu quase toda a sua receita. A empresa, supostamente economicamente sustentável, só pagava a fornecedores quando o dinheiro do Estado entrava. As dificuldades, que supostamente eram temporárias, agravaram-se e tornaram-se permanentes.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Gestão pública?!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — E em 2023, chegou a conta: 484 milhões de euros de financiamento público, com potencial para subir até aos 564 milhões de euros. Alguma vez iremos recuperar este dinheiro? Não sabemos.

Como é que chegámos até aqui? Não sabemos.  
Dizem-nos que durante a gestão pública...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Gestão pública?!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... a Efacec perdeu boa parte dos seus quadros qualificados para a concorrência, paralisando unidades inteiras. Porquê? Não sabemos.

Dizem-nos que o dinheiro público entrava para pagar a fornecedores, mas não chegava aos fornecedores essenciais, que acabaram por paralisar a produção.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é de estranhar?!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Para que fornecedores foi então o dinheiro do Estado? Não sabemos. Suspeita-se que já a Efacec era pública e ainda continuava a fazer pagamentos a empresas satélites de Isabel dos Santos. Será verdade? Não sabemos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ui! MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola)!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Dizem-nos que muitos trabalhadores qualificados e gestores a receber salários elevados nem sequer apareciam ao trabalho porque não tinham nada para fazer. Será verdade? Não sabemos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não sabemos nada!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Não sabemos, não sabemos, não sabemos, não sabemos, mas era altura de sabermos!

É altura de percebermos, exatamente, o que aconteceu na Efacec. Esconder o que aconteceu na Efacec pode ser muito conveniente para alguns, mas seria o primeiro passo para que tudo pudesse voltar a acontecer outra vez.

*Aplausos da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento —...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — De quem?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... vamos só esperar que chegue ao seu lugar —, que vai ser feito pelo Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Olha!...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem até 2 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, nós concordamos com a Comissão de Inquérito, doa a quem doer,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... para que sejam apuradas todas as questões,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... toda a verdade daquilo que se passou aqui.

*Aplausos do CH.*

Esta é a realidade. Além do mais, como já sabemos, na Legislatura passada, tanto a Iniciativa Liberal como o Partido Chega apresentaram propostas para a criação de uma comissão de inquérito,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... e devemos, realmente, continuar nesta prossecução da verdade, porque o Partido Socialista... Isto que foi feito, realmente... Não lembra ao diabo aquilo que está a ser feito na própria Efacec.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ao diabo, lembra!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O diabo era o Costa!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Agora, também não nos podemos esquecer de que há vários prismas dos quais temos de nos lembrar: o prisma social, daquilo que acontece,...

*Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.*

... pois não nos podemos esquecer dos 2500 trabalhadores que esta empresa tinha, e, no âmbito do que o Sr. Deputado falou, dos trabalhadores que saíram, estamos a falar de um valor aproximado a 500 trabalhadores, o que quer dizer que ainda permanecem vários trabalhadores nesta empresa; e o prisma legal, que envolve a revisão das leis, que tem de ser feita, e nós devemos realmente começar a pensar e a estruturar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... novas circunstâncias para as empresas privadas e a intervenção do próprio Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Neste âmbito, deixo-lhe aqui três questões: que medidas a IL propõe para garantir mais transparência e responsabilidade nas futuras intervenções do Estado nas empresas privadas? Que políticas a IL sugere para evitar que situações semelhantes ocorram no futuro? E, por último, como é que a IL pretende assegurar que esta comissão traga resultados concretos e melhorias na gestão pública das empresas?

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Com um apelo à sua capacidade de síntese, em 14 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Barbosa, como tenho pouco tempo, vou-lhe dar uma resposta muito simples às três questões: a forma de evitar que isto aconteça no futuro é fazendo com que prejuízos privados fiquem no privado...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... e o Estado não tenha nada a ver com isso.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase de intervenções dos grupos parlamentares, e a primeira intervenção será feita pelo Sr. Deputado Bruno Ventura, do Grupo Parlamentar do PSD, que tem até 6 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em abril de 2022, João Galamba, à data secretário de Estado, do Partido Socialista, profetizou: «Não tenho dúvidas nenhuma de que o hidrogénio e os seus derivados serão o maior projeto industrial em Portugal [...]» e, acrescentou, «[...] muitas vezes tem que entrar assim: a martelo».

*Risos de Deputados do PSD.*

Esta afirmação não traduziu uma profecia casual. Pelo contrário, reflete o *modus operandi* do PS na nossa economia: do «a martelo» de João Galamba ao estado-estratega de Pedro Nuno Santos, só muda mesmo a semântica.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Isto porque, como sabemos, o PS, que em Guterres tinha paixões, desde José Sócrates passou a ter visões. Há sempre uma visão para tudo, e para décadas, e a Efacec também teve a sua visão — e das estratégicas!

Há muito que a Efacec apresentava resultados operacionais questionáveis: o EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) era recorrentemente negativo, mas, como é óbvio, o PS tinha uma visão diferente.

Em 2018, o Ministro Caldeira Cabral elucidou o País: «A mobilidade elétrica será uma das rotas da Efacec, para a Efacec ser competitiva e vencedora nos maiores e mais desafiantes mercados internacionais.»

*Risos do Deputado do PCP António Filipe.*

À época, a mobilidade — pasme-se! — representava 6 % da faturação da Efacec,...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — ... mas em nada atrapalhou esta visão socialista. E assim foi: em junho de 2020, a nacionalização é consumada num ápice, «para estabilizar a estrutura acionista», dizia o Partido Socialista, porque era óbvio que esse era o único problema.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Deputado, o que é que o PSD dizia, na altura?

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Na matriz do PS, a classificação estava feita, a Efacec era estratégica e nada havia a temer.

O Governo do PS tranquilizou de seguida os contribuintes: a nacionalização seria temporária, já que perante uma empresa tão estratégica existiam resmas de candidatos para a recompra.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — O temporário durou três anos, e das resmas de interessados só sobrou o fundo Mutares, que adquiriu 70 % da empresa, em 2023, por 15 milhões de euros. Por seu lado, o erário público já foi lesado em 484 milhões de euros.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — A nacionalização foi feita em nome da salvação dos postos de trabalho, da estabilização financeira e da viabilidade operacional da empresa.

Hoje, sabemos que foram encerradas áreas de negócio, que se perderam 600 postos de trabalho e que os portugueses jamais recuperarão o dinheiro dos seus impostos, pois o dano poderá atingir os 564 milhões de euros, em 2025.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Mas, repare-se agora no paradoxo: entre 2015 e 2024, o País assistiu, pela voz de António Costa e de Pedro Nuno Santos, entre outros, ao PS a analisar e a dissertar sobre as privatizações da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) e da ANA (Aeroportos de Portugal), aquelas que geraram retorno para o erário público e que salvaram uma empresa como a TAP, mas para o PS estas decisões foram desastrosas; por seu lado, já sobre a Efacec, que custou até à data 484 milhões de euros aos portugueses, nem uma palavra de arrependimento, nem um murmúrio de responsabilidade — o que o PS deu aos portugueses foi silêncio e indiferença.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Aos dias de hoje, perante a dura realidade, poderíamos esperar uma nova reflexão ou, no mínimo, ponderação na forma como o PS olha para a intervenção do Estado na economia, mas nada disso! Ouvida a mais recente entrevista do Secretário-Geral do PS, as dúvidas dissiparam-se.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Ainda bem que ouviu e aprendeu alguma coisa!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Repare-se, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos rejeitou que recursos públicos possam financiar o setor privado da saúde. O PS escolhe brincar outros setores com dinheiros públicos, ou seja: financiar o setor privado para que este assegure os cuidados de saúde que as famílias portuguesas precisam e merecem, porque o Estado que o PS nos deixou lhes falha, isso, para o PS, é um erro e é falta de estratégia; já injetar 500 milhões de euros de impostos numa qualquer Efacec, isso, sim, é ter visão e promover o nosso bem comum. Ficámos esclarecidos!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como o socialismo nunca se engana, já todos sabemos o que podemos esperar quando um socialista classifica uma empresa como estratégica. Só nos resta sermos iluminados pela próxima visão para sabermos qual será a próxima TAP ou qual a próxima Efacec.

Do PSD podem esperar a não discriminação, nem de empresas, nem de trabalhadores, nem de setores. Podem contar connosco para a defesa de uma economia aberta, em que todas as empresas tenham uma oportunidade justa para crescer e todos os seus trabalhadores gozem da mesma proteção social. É por esta sociedade que nos batemos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos só esperar que o Sr. Deputado chegue ao seu lugar, porque tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do Chega.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Bruno Ventura disse muito, ali de cima, e falou pouco!

*Risos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — «Disse muito» e «falou pouco»?!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Exatamente!

O que eu tinha...

**Vozes do PSD:** — É ao contrário!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A falta que os dicionários fazem! Alguém lhe venda um dicionário!

*Risos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eu percebo o vosso entusiasmo!

Pergunto-lhe, Sr. Deputado: como é que reage às declarações do Sr. Ministro da Economia, que disse aqui, na discussão na especialidade do Orçamento do Estado, que era muito ambicioso esperarmos recuperar o que investimos na Efacec?

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O que é verdade!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É certo e sabido que, sempre que mete a mão, o PS estraga, destrói.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas quem vem a seguir tem a obrigação de tentar limpar, não é dizer que é ambicioso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já agora, o que é que vai fazer o PSD para apurar os responsáveis — e sabemos bem quem são! — e não os deixar como outros, que andam a passear na Ericeira enquanto o País paga?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para mais um exercício de capacidade de síntese, tem a palavra a Sr. Deputado Bruno Ventura, que dispõe de até 22 segundos para responder.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Melo, da parte do PSD, poderá ter duas certezas: a primeira é a de que tudo faremos para apurar a legalidade deste processo; a segunda é a de que, independentemente de ser este partido a estar no Governo, ou de ser o seu ou o Partido Socialista, o Estado deve ser uma pessoa de bem e honrar os seus contratos. É isto que nos diferencia!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para quê?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... que dispõe de até 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É imperativo conhecer o que aconteceu na Efacec. Por isso, no seguimento do relatório do Tribunal de Contas, ainda antes da constituição desta comissão de inquérito, o CDS requereu logo a audição, na COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública), do ex-Ministro das Finanças, João Leão.

Pretendemos obter esclarecimentos sobre a decisão por detrás da nacionalização relâmpago da Efacec e queremos saber com que fundamento foi a Efacec identificada como estratégica, e se o valor estratégico justificava os mais de 500 milhões de euros dos contribuintes que já foram enterrados nesta empresa.

Segundo o Tribunal de Contas, o argumento que suportou a decisão de nacionalizar a Efacec não revela qualquer evidência de fundamento técnico, ficando a decisão apenas baseada no capricho dos então governantes socialistas. Torna-se evidente que, em vez de uma governação forte, baseada no interesse público, tivemos um Governo socialista fraco, que cedeu perante as pressões do momento.

O processo foi marcado pela falta de transparência e opacidade extremas, com os sucessivos governantes a ocultarem dos portugueses aquela que era a real situação da empresa e, enquanto a classificavam como estratégica e competitiva, reiterando o seu apelo junto de investidores privados, o processo de reprivatização foi-se arrastando. No final, o que se dava como breve durou três longos anos.

Nesse período, o Governo socialista passou um cheque em branco de 300 milhões de euros à Efacec, sem qualquer fundamento ou resultado positivo que se conheça. Como afirma o Tribunal de Contas, dos objetivos da nacionalização, desde a salvaguarda dos postos de trabalho até à estabilização financeira da empresa, nenhum objetivo foi cumprido — repito, nenhum objetivo foi alcançado!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — E aqueles que batiam palmas à Isabel dos Santos?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — As repetidas proclamações do Governo anterior quanto ao sucesso em salvar empresas estratégicas não passaram de uma miragem socialista e de uma política económica profundamente errada.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Hoje, vemos a dura realidade com a qual o País tem de se confrontar: a conta a pagar pelos contribuintes pode atingir os 550 milhões de euros.

Faltou o rigor e o critério na decisão na despesa pública, mas os portugueses podem ficar descansados: o Governo da Aliança Democrática já marcou a diferença no caso da Inapa.

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em matéria de aventureirismos financeiros e nacionalizações ruinosas, ao contrário do PS, a AD é rigorosa com o dinheiro dos contribuintes.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Por isso, votaremos a favor da constituição da comissão de inquérito proposta pela Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta é a forma correta e adequada de apurar em detalhe os contornos da nacionalização e privatização da Efacec e esclarecer cabalmente os portugueses dos erros cometidos neste processo manchado pela opacidade.

*Aplausos do PSD e da IL.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente João Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PAN acompanha esta iniciativa da Iniciativa Liberal. Não nos podemos esquecer de que a venda da Efacec foi uma verdadeira prenda para quem compra e um prejuízo para o erário público. Estamos a falar de quase 500 milhões de euros de dinheiro público, pagos com os impostos e com o esforço do trabalho dos portugueses, precisamente para tapar prejuízos e, no final, darmos lucro aos privados.

Destes 500 milhões de euros, não houve retorno com a venda da Efacec. Falamos de uma venda de apenas 15 milhões de euros, uma compra que se faz com desconto e com uma borla desta dimensão sem que tenha havido ou que tenha sido precedida de uma avaliação independente, do ponto de vista financeiro do impacto nas contas públicas. Por isso mesmo, entendemos e acompanhamos que, sim, tem de haver também uma investigação de responsabilidades políticas sobre a gestão da Efacec.

Já foi aqui falada a importância que esta empresa tem do ponto de vista económico e social, em particular para os trabalhadores, mas esta empresa também tinha uma importância estratégica na dimensão do combate e das iniciativas renováveis, e o próprio Governo não fixou sequer novas garantias para que os novos donos da empresa respeitassem a parte laboral ou até mesmo o combate às alterações climáticas, por via desta inovação.

*Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.*

Portanto, há todo um conhecimento que também se perde com o delapidar desta empresa.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O que é que vais fazer, Pinotes?!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Vou-te elogiar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala dos Açores!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não fales do João Pereira!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao decisor político é sempre requerido que, com zelo e responsabilidade, analise o problema que lhe colocam e formule, à luz da informação disponível à época, a solução que salvaguarda o interesse público e o bem-estar das nossas comunidades.

Aliás, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita que, a despeito do que foi plasmado no debate de hoje, foi isso que, grosso modo, aconteceu neste debate e que o relatório do Tribunal de Contas falha no essencial.

Vamos, então, analisar a proposta que aqui está da Iniciativa Liberal. Se uma comissão de inquérito é, por excelência, um instrumento de reconstrução e avaliação dos processos, vale a pena, antes de mais, recordar que quando, em 2015, Isabel dos Santos adquiriu a maioria do capital desta empresa, esta movimentação foi



acarinhada e laudada por uma direita que fazia fila para aparecer nas iniciativas dos capitais angolanos que por aqui entraram.

*Aplausos de Deputados do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — O quê?!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Aliás, invoco, porque é justo, o nome da socialista Ana Gomes, que corajosamente denunciou os perigos que poderíamos vir a encontrar no futuro e foi achincalhada por VV. Ex.<sup>as</sup>,...

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Pelo PS!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... foi, aliás, posta em causa a intervenção que estava a fazer.

Portanto, de 2015 a 2020 ficamos falados, e toda a gente se recorda dos desfiles que faziam para acarinhar estes capitais, que acabaram por trazer faturas pesadas para o nosso tecido empresarial.

O pecado original estava, aliás, cometido, mas vale a pena vermos o que aconteceu em 2020. Na sequência do Luanda Leaks, a Efacec viu-se arrastada para os processos judiciais que envolviam a sua principal acionista e o Governo da República, através do Decreto-Lei n.º 33-A/2020, decidiu pela aquisição da participação da Winterfell 2.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mal!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Fê-lo, na iminência do desaparecimento da Efacec, uma empresa com mais de 2500 trabalhadores, com cerca de 100 anos de história, com um papel essencial nos setores da energia, do ambiente e da mobilidade, e, por conseguinte, também naquilo que tem a ver com a nossa transição digital e energética, que é aludida por todos nós.

Vale a pena dizer que, a despeito do que disse o Deputado do PSD, há quem nesta Casa assumam responsabilidades.

*Risos de Deputados da IL.*

Portanto, Sr. Deputado, vemos que está mal habituado, mas eu queria assumir aqui que nem tudo correu bem, e os portugueses compreendem quando nós somos honestos com eles. Queria, aliás, dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado disse que nunca tinha ouvido nada, que era um grande silêncio... Ora, já ouviu aqui o reconhecimento de que nem tudo foi perfeito,...

*Aplausos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.*

... porque essas perfeições só existem nas aldrabices que o Primeiro-Ministro utiliza atualmente para justificar matérias muito difíceis com assuntos muito fáceis.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que à data foi dito por um Deputado, nesta Sala, que a Efacec seria uma empresa bandeira da economia portuguesa e que se reconhecia nestas palavras a dimensão da mesma. Disse ele o seguinte: «Quando o Governo manifestou a vontade de intervir na empresa, ficou desde logo claro que não estávamos perante um erro por uma decisão não ter cunho ideológico, mas sim económico.»

Sabe quem disse isto, Sr. Deputado? Foi o seu colega Emídio Guerreiro, que se senta aqui consigo.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Portanto, sobre silêncios e omissões ficamos falados.

Nós assumimos aquilo que temos de assumir, mas não assumimos aquilo que a direita nos pede para assumir, sobretudo uma direita que sobre a TAP nunca disse nada; uma direita que, sobre a Efacec, aquilo que disse foi isto, e vem aqui hoje dizer o seu contrário!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É verdade!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas permita-me, Sr. Presidente, que diga o seguinte: o processo não foi isento de dificuldades, e já aqui cumprimos o nosso dever de o reconhecer, mas é muito importante perceber que sempre que a direita transforma estas operações — que são comuns em toda a Europa,...

*Protestos de Deputados do PSD.*

... que têm muito mais peso na Alemanha, que têm muito mais peso em Espanha,...

**Vozes da IL e do CDS-PP:** — Ui!...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ...que têm muito mais peso em França do que tem em Portugal —, sempre que a direita reduz este debate a um rebate de mais e de menos, de quanto dinheiro entrou e de quanto dinheiro saiu, ignora os custos sociais, ignora aquilo que pesa na vida das pessoas, ignora o que tinha acontecido no Norte...

*Protestos do PSD e da IL.*

Srs. Deputados de direita, apresentem-se no Norte para dizer que não tinham feito nada. Antes de mais, as pessoas saberão que estão a mentir, porque na altura não foi o que disseram, e depois saberão também que VV. Ex.<sup>as</sup> mudam de opinião conforme a altura do ano em que estamos.

*Protestos do PSD e da IL.*

Portanto, é preciso ser muito claro nisto.

*Aplausos do PS.*

*Protestos de Deputados do PSD e do CH.*

Esta empresa tem 2500 trabalhadores, tem um setor... E não se espantem, Srs. Deputados, se brevemente, tal como aconteceu na TAP, ela vier a apresentar lucros.

*Risos de Deputados do PSD e da IL.*

Sorriam, Srs. Deputados, porque quem quer o bem do País... Eu disse «não se espantem», e insisto: não se espantem se, brevemente, a Efacec vier a apresentar lucros.

*Risos de Deputados do PSD e da IL.*

Mas é preciso dizer o seguinte: o próprio Ministro da Economia teve oportunidade, numa postura construtiva, numa postura de quem compreende que o Estado é um contínuo e que o Estado não muda quando mudam os partidos que estão na governação, de reconhecer o bom trabalho do seu antecessor, António Costa Silva, que, empenhadamente, procurou encontrar um parceiro que nos permite hoje olhar com maior otimismo para o futuro.

Enfim, Srs. Deputados, se este debate fosse mais centrado no interesse nacional e menos na contenda partidária e nos interesses que esta contenda acarreta, já alguém teria referido que esta foi uma situação que

se passou durante uma pandemia, perante um quadro económico de recolha, perante uma altura de dificuldades do País.

*Protestos do CH.*

E o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal Carlos Guimarães Pinto disse o que não sabia, disse o que não sabia, disse o que não sabia, mas fez também por fazer parecer que não sabia que atravessámos a maior pandemia do século, coisa que não é intelectualmente honesta.

*Protestos da IL.*

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: em sede parlamentar e em sede de contraditório do documento que já aqui foi citado, ficou demonstrada a relevantíssima importância na economia nacional desta empresa e a necessidade de salvaguardar este *know-how*.

Também nesta Casa, por diversas vezes, em comissões permanentes e no próprio Plenário, este assunto foi escrutinado. Votaremos contra a comissão de inquérito por três razões: primeiro, porque todos os objetivos enunciados foram total ou parcialmente cumpridos; segundo, porque, nem tudo tendo corrido bem, a verdade é que neste momento nos encontramos melhor do que nos encontraríamos à época e sabemos que esta atuação era indispensável; e, por fim, porque a atuação da tutela dos antigos governantes é facilmente escrutinável.

Por estes motivos e pelo respeito pelas instituições parlamentares, o Partido Socialista votará contra esta iniciativa.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não quer escrutínio!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Pinotes Batista, inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Gonçalo Lage, que dispõe de 1 segundo mais 15 segundos de tolerância. O Sr. Deputado é que não tem tempo para responder ao pedido de esclarecimento.

Faça favor, Sr. Deputado Gonçalo Lage.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, esta não é mesmo uma questão, como o Partido Socialista costuma dizer, porque para isso são «outros quinhentos». A questão é: quando é que o Partido Socialista faz um pedido de desculpa a todos os portugueses?

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é o menos! Têm é de devolver o guito!

O Sr. **Presidente**: — Nós presumimos a resposta. Não lhe posso dar tempo, Sr. Deputado, exceto se alguém quiser ceder tempo.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado José Soeiro, do Bloco de Esquerda. Tem 3 minutos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Para compreendermos a história recente da Efacec, uma empresa estratégica para a indústria nacional e para a economia da região Norte, é preciso recuar, pelo menos, até 2015, quando a maior parte da empresa foi comprada por Isabel dos Santos e quando a elite portuguesa abraçava com entusiasmo o capital vindo da corrupção angolana.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pois é!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Em 2020, com o Luanda Leaks e o congelamento dos ativos de Isabel dos Santos, cujos bens das empresas estavam arrestados, o Governo tomou a decisão de nacionalizar os 71 % detidos pela empresa da filha do ex-Presidente angolano.

O objetivo do Governo estava certo: viabilizar a continuidade da empresa e salvaguardar os 2500 postos de trabalho. Mas o modo como quis fazê-lo estava errado desde o início: o Estado iria deitar mão à empresa, mas sem estratégia e apenas transitoriamente, até a privatizar de novo depois de a limpar com milhões de dinheiro público.

Durante os anos em que a empresa esteve nacionalizada, não houve gestão pública e perdeu-se a oportunidade de reforçar o seu papel estratégico na área de energia e da mobilidade, que são essenciais para a transição climática.

Permitiu-se que, durante esse período em que o Estado era acionista, a empresa fosse esvaziada de quadros, sangrados para a concorrência, e que se mantivesse uma lógica de presença transitória e de demissão de pensar estrategicamente a Efacec e a presença do Estado na Efacec como peça relevante do setor empresarial público, à espera apenas que a Efacec durasse até que algum fundo estrangeiro ficasse de novo com a empresa.

Foi a obsessão com a privatização que levou a mais um péssimo negócio, que nem sequer salvaguardou os postos de trabalho.

O anterior Governo, aliás, em sintonia com os partidos que hoje estão no Governo, preferiu entender o Estado como um mero pagador, para depois vender de novo. Foram 200 milhões postos na Efacec para a entregar a um fundo privado que pôs lá 15 milhões.

É uma história que se repete: Banif (Banco Internacional do Funchal), Novobanco... O Estado salva empresas para, depois, os privados poderem vir recolher os lucros mais tarde. Esta opção, que mereceu o apoio da direita, foi uma opção política e foi uma opção errada. A venda foi uma oferta ao grupo Mutares. O Estado saneou financeiramente a empresa para, depois, a entregar a um fundo pouco recomendável que já promoveu dezenas de rescisões e anunciou despedimentos.

As conclusões preliminares do Tribunal de Contas mostram que o negócio com a Mutares é ruinoso para o Estado, mas que vai ser muito lucrativo para o fundo alemão.

O nosso ponto de vista sobre este tema está nos antípodas do arco privatizador que vai do PS à Iniciativa Liberal, mas estamos a favor que o Parlamento faça um inquérito e que todas as informações sejam conhecidas, que haja escrutínio e debate, incluindo sobre as responsabilidades dos acionistas e da gestão privada.

Acreditamos que, quanto mais se conhecer deste negócio, mais ficará claro como se desperdiçou uma oportunidade por não se conseguir pensar uma economia em que o Estado, longe de ser o multibanco dos privados, é um ator estratégico na reindustrialização do País.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente: O que o Governo PS fez com a Efacec — e estamos a falar de uma empresa estratégica prestigiada — não foi uma nacionalização.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Não?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que o Governo PS fez foi salvar os acionistas privados, os interesses da banca, procedendo à socialização dos prejuízos,...

*Aplausos de Deputados da IL.*

... empenhando centenas de milhões de euros para preparar a Efacec para um novo processo de privatização, entregando-a a um fundo alemão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás mal nessa bancada!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Neste processo, nunca estive em causa o interesse nacional e a salvaguarda da empresa e dos postos de trabalho, mas apenas o uso do Estado para salvaguardar posições de acionistas privados...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e prosseguir o rumo de desmantelamento do aparelho produtivo nacional. Só assim se explica que o Estado pague mas não comande, que durante três anos a empresa tenha estado a perder recursos e trabalhadores,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... que o Estado não tenha colocado nem um administrador na empresa — a gestão pública é uma mentira, nunca houve gestão pública! —,...

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Era política!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... que a empresa não aceitasse encomendas, que o Governo não tenha respondido...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Estado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... a uma única das perguntas que o PCP fez aqui, nesta Assembleia, sobre este processo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Como o Tribunal de Contas veio confirmar, o que se passou na Efacec foi o financiamento público dos prejuízos privados e a entrega, com prejuízo para o Estado, de uma empresa estratégica e lucrativa a um fundo de investimento alemão que não tardou a promover o despedimento coletivo e mais de uma centena de despedimentos por mútuo acordo através da ameaça, da chantagem e da exclusão dos trabalhadores.

A proposta de inquérito parlamentar, apresentada pela IL, insere-se numa campanha de ataque permanente ao setor público empresarial.

#### *Protestos da IL.*

A IL não está minimamente interessada em apurar o que realmente aconteceu, com a mobilização de recursos públicos para tapar os buracos da gestão privada e defender os interesses da banca.

Se assim não fosse, não omitiriam do objeto desta proposta de inquérito aspetos essenciais do relatório da autoria do Tribunal de Contas, nem fugiriam a apurar as responsabilidades dos acionistas privados que comandaram o grupo, mesmo quando o Estado assumiu a maioria do capital, e também não omitiriam as opções que a gestão privada assumiu e os seus impactos para a empresa e para os seus trabalhadores.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vai votar contra?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Por isso é que o PCP propõe que ao objeto do inquérito parlamentar sejam aditados alguns pontos, no sentido de esclarecer o exercício e as responsabilidades da gestão do Grupo Efacec pelos acionistas, a real situação financeira do Grupo aquando da intervenção do Estado, o papel da banca e de outros credores nos acordos feitos com o comprador e as consequências dessas decisões.

Ou se esclarece isso, ou corremos o risco de deitar poeira para os olhos e não esclarecer nada.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Esclarecer tudo!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O relatório da auditoria do Tribunal de Contas sobre o processo de nacionalização e privatização da Efacec revela conclusões que não podemos ignorar.

O custo para o erário público é elevado e já atingiu 484 milhões de euros, com a possibilidade de aumentar ainda mais. A nacionalização protegeu acionistas, financiadores e administradores das consequências das suas ações. Uma avaliação técnica prévia poderia ter revelado a realidade das dificuldades financeiras da empresa, permitindo ao Governo uma melhor condução do processo de nacionalização.

O Governo à época foi forçado a tomar uma decisão, mas devemos questionar se haveria alternativas. A falência da Efacec seria uma opção? Quais seriam os impactos na economia, nos trabalhadores e nas comunidades onde opera?

Certamente, ouviremos a direita clamar que o mercado resolve: a Iniciativa Liberal defenderia a falência, argumentando que o Estado é um mau gestor; o PSD, por sua vez, defende a urgência da privatização, numa corrida semelhante à da REN (Redes Energéticas Nacionais) e à da TAP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não é nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas nós, no entanto, não podemos ignorar que os acionistas privados falharam nas suas responsabilidades. A MGI Capital, acionista minoritária, não acompanhou o Estado no apoio financeiro à Efacec, não teve despesa com a reprivatização e está protegida pelo contrato de compra e venda de ações, no qual a PARPÚBLICA assume a substituição se esta não cumprir com as suas responsabilidades. Ou seja, o ónus está todo do lado do Estado.

O Livre defende que deveria ter sido feita uma análise estratégica sobre a melhor opção para o Estado: ou manter-se como acionista ou privatizar-se a Efacec. Não deveria ter sido um pressuposto a sua rápida reprivatização. A pressa em vender resulta em maus negócios e, neste caso em concreto, 345 milhões de euros foram incluídos na pré-capitalização decorrente do financiamento público, enquanto apenas 15 milhões de euros ficaram a cargo da Mutares.

E nem aqui discutimos a utilização da Efacec como instrumento estratégico para a economia portuguesa.

As observações do Tribunal de Contas sobre esta privatização são preocupantes, devem ser analisadas e debatidas e importa perceber melhor todo este processo. Sobretudo, é importante também pensar o futuro estratégico de Portugal, das suas empresas e da sua inovação.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega, tem a palavra para uma intervenção. Dispõe de 2 minutos e 18 segundos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O caso da Efacec é mais um caso crasso da má governança do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tudo o que a esquerda quer é nacionalizar, é continuar a manter na esfera pública estas empresas, nomeadamente todas as empresas — vá-se lá saber porquê! — que dão prejuízo ao Estado e, conseqüentemente, prejuízo aos contribuintes.

Num rasgo de lucidez, o Deputado António Filipe quase deu a sensação de ser liberal, mas depois terminou vincando novamente a ideia da esquerda: tudo é para investir, tudo é para meter no setor público.

*Risos da IL.*

É importante percebermos também, em relação à Efacec, o que respondeu à data o Sr. Ministro da Economia António Costa Silva à pergunta que o Grupo Parlamentar do Chega lhe fez — porque é que não se dá a empresa? É melhor dar do que estar a meter lá dinheiro para depois acabar por vender por um valor muito, mas muito abaixo do valor lá investido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E a resposta foi: para não irem para o desemprego mais de 500 trabalhadores. A pergunta que eu deixo à bancada do PS é: onde é que estão esses trabalhadores agora? Onde é que estão? Estão a trabalhar na empresa ou estão em casa a receber subsídio?

*Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.*

Srs. Deputados, isto que vocês fazem ao País é escandaloso, é vergonhoso!

Vejam o que diz o Tribunal de Contas: a nacionalização foi realizada sem fundamentação técnica e independente do interesse público; o Estado nacionalizou sem validar as alegações da sua administração; nenhum dos objetivos da nacionalização foi alcançado. E podia continuar, podia dizer muito mais em relação a este relatório do Tribunal de Contas.

Srs. Deputados, a questão que se impõe no meio disto tudo é que sempre, mas sempre, que o PS governa, há casos destes, há casos claríssimos de corrupção,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... casos claríssimos de má gestão, casos claríssimos de injeção de capital por parte dos portugueses.

Srs. Deputados, quando, mas quando vamos acabar com esta bandalheira socialista que arrasta o País e os contribuintes definitivamente para o fosso e que leva a que o País e os contribuintes tenham de pagar os vossos desvarios?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Houve cedência de tempo do Livre para o Partido Socialista.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Muacho não fala?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Pinotes Batista, do PS, tem a palavra.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente: Antes de mais, quero dizer ao Sr. Deputado que, nesta bancada, ninguém lhe reconhece poderes judiciais e ninguém lhe admite que fale sobre corrupção nos outros.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Olha, olha!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Pedimos-lhe que olhe para dentro e que deixe de ser populista na consideração que fez.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Lições vossas a esse respeito?!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É importante dizer, neste pouco tempo que resta, mas que é o suficiente para que a direita caiba toda no mesmo saco, o seguinte: não somos nós que queremos mexer nas empresas que têm dificuldades, são os senhores que não conseguem ver outra coisa que não os números e a cegueira de privatizar, sem olhar ao humanismo, sem olhar aos trabalhadores, sem olhar aos impactos que tem na economia.

*Protestos do PSD e da IL.*

Nós não temos dogmas e olhamos para a realidade com preocupação pelas pessoas, Sr. Deputado — as pessoas!

*Aplausos do PS.*

É por elas que nós aqui estamos, não é para aparecer aqui com cartazes que são uma vergonha em si mesmo, não é para ter *likes* nas redes sociais. Nós tomamos as decisões que são necessárias, mesmo quando são duras e mesmo quando temos de encarar populistas sem sentido de responsabilidade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quer usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a condução dos trabalhos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, queria pedir ao Sr. Presidente e à Mesa que fizessem chegar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista a notícia que dá conta de que mais de 500 trabalhadores da Efacec estão no desemprego...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Isso é da *Folha* do Chega!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... desde que a empresa passou a ser gerida pela Mutares. Isto depois de o Sr. Deputado André Pinotes Batista ter, declaradamente, dito inverdades nesta sua intervenção.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, não tive tempo de responder!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Depois disso, queria pedir ao Sr. Presidente que fizesse o favor de pedir ao Sr. Deputado André Pinotes Batista que se retrate, porque o que disse é claramente grave. Ninguém nesta bancada, ninguém neste partido tem algum caso de corrupção declarado, conhecido, jamais!

*Protestos do PS.*

Ao contrário do Partido Socialista, que não tem um 1, 2, 3, 10, tem muitos, mas muitos mais, Sr. Presidente.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Gostava de receber a notícia!



A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Já agora, pode dizer quais são os contratos?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pede a palavra, Marina!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vai fazer chegar a notícia para que seja distribuída. É isso?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar este ponto da ordem do dia, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvimos aqui o PS, o Bloco e outros partidos dizerem que a nacionalização foi feita com boas intenções, mas de boas intenções está o socialismo cheio.

*Risos da IL e de Deputados do PSD.*

As consequências já as conhecemos: foram potenciais 564 milhões de euros de perda para os contribuintes. Mais, há dias ficámos a saber que o setor empresarial do Estado teve, mais uma vez, cerca de 1000 milhões de euros de prejuízo só no ano passado. Neste momento, temos 29 empresas públicas em falência técnica. Isto não acontece por acaso e não acontece porque os gestores públicos sejam naturalmente piores do que os gestores privados, isto acontece porque os incentivos são errados.

Um dos principais incentivos perversos que existe na gestão pública é precisamente a falta de escrutínio. Demasiadas empresas públicas perdem dinheiro durante demasiado tempo sem nunca se perceber porquê, sem nunca se apurar os responsáveis. E se em alguns setores isso até é compreensível, numa empresa como a Efacec, a operar em setores em crescimento, é completamente incompreensível.

Algo de muito errado aconteceu na Efacec e é altura de entendermos porquê. Esconder o que verdadeiramente aconteceu na Efacec é permitir que isto volte a acontecer uma e outra vez, e chegou a altura de deixarmos de esconder.

*Aplausos da IL e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao quarto ponto da ordem do dia, que consiste na apreciação da Petição n.º 243/XV/2.<sup>a</sup> (Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 400/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional e 418/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira.

Está a assistir aos nossos trabalhos na galeria um conjunto de peticionários.

Para apresentar a iniciativa do PCP, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que daqui saúdo, criado em 1995, em Avintes, terra que Adriano tornou sua, promoveu a petição que hoje debatemos, propondo a classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional.

Refere o texto da petição: «Adriano cantou Abril como poucos e deixou um legado como ninguém. [...] A classificação da obra de Adriano seria um passo essencial para a valorização, consolidação e difusão do seu legado, elevando a obra ao patamar que ele merece, sendo também e sobretudo um passo essencial para o seu conhecimento por parte das novas gerações.»

Em nome do PCP, que teve a honra de ter contado com Adriano como um dos seus, saudamos esta iniciativa e decidimos dar-lhe acolhimento com a apresentação de um projeto de resolução que visa a classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional.

Adriano teve uma vida curta, morreu em 1982, aos 40 anos, porém, é considerado um dos cantores mais significativos da música de intervenção portuguesa e da canção de Coimbra. A sua obra gravada contém 19 *singles* e oito álbuns, tendo sido editados postumamente mais dois álbuns.

Divulgou um conjunto alargado de poetas portugueses e galegos: Manuel Alegre, Manuel da Fonseca, António Gedeão, Urbano Tavares Rodrigues, António Aleixo, Rosalía de Castro e Curros Enríquez, entre outros.

Em 1961, lançou o seu primeiro EP (*extended play*), *Noite de Coimbra*; em 1962, lançou a *Balada do Estudante*; em 1963, lançou os *Fados de Coimbra* e *Trova do Vento que Passa*, que incluía o conhecido poema de Manuel Alegre, e é acompanhado por António Portugal e Rui Pato.

O álbum *Adriano Correia de Oliveira* foi gravado em 1967; em 1968, editou *Lira e Menina dos Olhos Tristes*, que continha a célebre *Canção com Lágrimas*. Em 1969, foi editado o álbum *O Canto e as Armas*, constituído, novamente, por um conjunto de poemas de Manuel Alegre e que recebeu o Prémio Pozal Domingues. Em 1970, lançou *Cantaremos* e, em 1971, *Gente de Aqui e de Agora*, com direção musical de José Calvário e composição de José Niza, e o EP *Cantar de Emigração*.

Em 1973, lançou *Fados de Coimbra*; em 1975, lançou o disco *Que Nunca Mais*, que incluía a canção *Tejo que levas as águas*, e ganhou o título de Artista do Ano da revista inglesa *Music Week*; em 1980, lançou o seu último álbum, *Cantigas Portuguesas*.

Em 29 de março de 1974, Adriano participou no célebre 1.º Festival da Canção Portuguesa, no Coliseu dos Recreios, e, em liberdade, organizou e participou em centenas de iniciativas, sendo um dos fundadores do Coletivo de Ação Cultural.

A título póstumo, a 24 de setembro de 1983, foi feito Comendador da Ordem da Liberdade e, a 24 de abril de 1994, Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Dotado de uma voz inigualável, Adriano deixou um legado que faz com que, passados mais de 40 anos sobre o seu desaparecimento, continue a ser reconhecido como um dos nomes maiores da canção portuguesa da segunda metade do século XX. Classificar a sua obra é um imperativo cultural de interesse nacional.

*Aplausos do PCP, do BE e do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o projeto de resolução do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Costa. Dispõe de 7 minutos.

O Sr. **José Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No passado dia 9 de abril, celebraram-se 82 anos do nascimento de Adriano Correia de Oliveira, músico, cantor e intérprete maior da música portuguesa.

Nascido em Avintes, em 1942, Adriano Correia de Oliveira teve uma vasta participação em múltiplas atividades no meio cultural, mas foi na música que desenvolveu a sua expressão artística, vindo a tornar-se um ícone da música popular portuguesa, um exímio intérprete da canção e um dos precursores da música de intervenção portuguesa.

Detentor de uma vasta obra discográfica, editou oito álbuns, 18 *singles* e EP e conta com sete compilações editadas, património musical que lhe valeu o título de trovador da liberdade e que o consagrou como um dos nomes mais importantes da música popular portuguesa do século XX.

A obra musical de Adriano Correia de Oliveira inclui um repertório baseado, sobretudo, em autores como Manuel Alegre, António Gedeão, Manuel da Fonseca, António Aleixo, Urbano Tavares Rodrigues, Rosalía de Castro, entre outros.

«A cantiga é uma arma» é, sem dúvida, um adágio que se pode aplicar à forma como usou a música, mas também na luta contra o fascismo e como instrumento de resistência contra uma sombria ditadura que nos oprimiu durante quase 50 anos.

Imortalizou o poema de Manuel Alegre, *Trova do Vento que Passa*, transformando-o num hino de resistência à ditadura. Falou-nos de um Tejo que «[...] lava a cidade de mágoas [...]» e «[...] leva nas suas águas as grades / de aço e silêncios forjadas [...]» Cantou-nos, com lágrimas, a canção em homenagem do companheiro morto

na guerra colonial e da menina que com olhos tristes chora a sua saudade porque «[...] O soldadinho não volta do outro lado do mar [...]»

Contou-nos sobre os morgados, repimpados e de palavras ternas que desfilam sobre os submissos olhares das «[...] viúvas de vivos-mortos que ninguém consolará [...]» e, para finalizar e de forma tão atual, que «Com mãos se faz a paz se faz a guerra. / Com mãos tudo se faz e se desfaz. / Com mãos se faz o poema — e são de terra. / Com mãos se faz a guerra — e são a paz.»

Adriano Correia de Oliveira deixou-nos, por isso, um legado que não pode ser apagado pela passagem do tempo e a sua riquíssima obra é merecedora de reconhecimento, da perpetuação, da valorização e da divulgação que a classificação da sua obra certamente ajudará a garantir.

A 24 de setembro de 1983, foi feito Comendador da Ordem da Liberdade e, a 24 de abril de 1994, Grande-Oficial da Ordem do Infante Henrique, ambas a título póstumo.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a 7 de novembro de 2023 deu entrada na Assembleia da República — e foi recebida na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto no dia 14 do mesmo mês — uma petição com 8190 assinaturas, sendo o primeiro peticionário o Presidente da Direção do Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira. Aproveito aqui para cumprimentar a Associação.

Os peticionários referem: «A obra de Adriano Correia de Oliveira é uma obra vasta, sendo uma das mais bonitas, ricas e representativas da música popular feita no século XX no nosso País. Ela tem palavras que descrevem vivências, lutas e inspirações de um povo que vivia sob as nuvens negras da ditadura salazarista e os sons da esperança, da alegria e da resistência do mesmo povo que, por sonhar, resistir e lutar, começou a construir uma democracia que teve nos cantores de Abril a sua voz.»

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam este projeto de resolução, que reconhece a vida e obra de Adriano Correia de Oliveira, para que a Assembleia da República possa recomendar ao Governo que, primeiro, classifique a obra de Adriano Correia de Oliveira como obra de interesse nacional e, segundo, que tome todas as diligências conducentes à preservação, valorização e divulgação da obra de Adriano Correia de Oliveira.

Permitam-me, para terminar, que cite um poema da canção *Cantar de Emigração*, para quem é do Norte e vizinho da Galiza: «Este parte, aquele parte / e todos, todos se vão. / Galiza ficas sem homens / que possam cortar teu pão. / Tens em troca órfãos e órfãs / Tens campos de solidão. / Tens mães que não têm filhos / Filhos que não têm pai. / Coração que tens e sofre / Longas ausências mortais. / Viúvas de vivos mortos / Que ninguém consolará. / Este parte, aquele parte / E todos, todos se vão. / Galiza ficas sem homens / Que possam cortar teu pão.»

*Aplausos do PS e do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Carvalho, do Chega. Dispõe de 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A obra de Adriano Correia de Oliveira é uma obra vasta. É também uma obra, tal como referem os peticionários que nos trazem hoje este tema à discussão, que descreve vivências, lutas e aspirações.

Mas eu pergunto: não são vivências, lutas e aspirações todas as formas de arte?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Não é a arte, em si própria, uma forma de expressão, uma forma de um artista expressar o que lhe vai na alma, o que lhe vai no coração? Não é uma forma de um artista mostrar o que o maravilha, mas, também, o que o preocupa?

A obra de Adriano Correia de Oliveira é vasta, é um facto, mas é também uma obra altamente politizada e é uma obra que agrada apenas a uma parte da sociedade, o que, por si só, já cria entraves à classificação da sua obra como sendo de interesse nacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Pronto!...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — É que «de interesse nacional» é um bem que traduz a história e a tradição de um país, é um bem que une os portugueses e que não os divide ainda mais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Fico mais descansada!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Por isso, eu pergunto: será a sua obra de tal magnitude cultural que justifique esta classificação de interesse nacional?

A esta questão soma-se, ainda, o facto de o processo de classificação ser um processo complexo, que implica a avaliação dos bens imateriais fonográficos e salvaguarda os direitos de autor e os direitos conexos, o que, bem sabemos, não é um processo fácil de executar.

Uma vez que já existe o Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, onde é divulgada a obra do compositor, que necessidade existe de a classificar como obra de interesse nacional?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Só me ocorre uma resposta: aproveitamento político para eternizar a extrema-esquerda na história de Portugal.

*Aplausos do CH.*

**Vozes do BE:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Adriano Correia de Oliveira, embora seja um artista marcante na música de intervenção, não representa a totalidade ou, menos ainda, a diversidade da tradição musical portuguesa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ai não?!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Nós acreditamos que uma classificação deste género deve estar reservada para aqueles que superam a barreira não só do tempo, mas também da política e da ideologia, unindo-nos enquanto Nação e celebrando a nossa identidade coletiva.

Termino parafraseando Tolstoi, para quem a finalidade da arte é o progresso moral da humanidade. O problema é que não há moralidade na arte da extrema-esquerda.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tolstoi é luxo! Tolstoi é comunista!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que vocês o defendem!

O Sr. **Presidente:** — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Em primeiro lugar, gostava de agradecer muito ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correio de Oliveira pela petição, pela reivindicação que hoje aqui nos trazem e pelas mais de 8000 pessoas que a acompanham. Obrigada por trazerem Adriano Correio de Oliveira ao Parlamento, obrigada pelo trabalho que fazem todos os dias e por não nos deixarem esquecer quem sempre teve esperança num país livre.

Hoje falamos de Abril cantado a plenos pulmões, da cantiga que é arma musicada pela voz dos que não cessam de lutar, da mudança conseguida na intervenção diária.

Falamos de um legado que permanece nas memórias de toda a gente, falamos do «vento que passa» e que nos deixa sempre a esperança acima da desgraça e a garantia de que há sempre alguém de punho erguido pronto para lutar por um mundo melhor.

Em boa hora discutimos, hoje, o indiscutível legado que Adriano nos deixa, como aqui vimos. Em tempos de inquietação e num dia em que discutimos as trevas que nos ameaçam, recordamos quem nunca parou de lutar.

A obra de Adriano Correia de Oliveira lembra-nos que a música e a arte têm de ser protegidas a qualquer altura de quem as pretende menosprezar ou silenciar. Lembra-nos, também, que a cultura feita hoje é património a que daremos relevância no futuro.

É hoje altura de reconhecer este legado e também reconhecer — na caneta, na voz e na música de Adriano — quem hoje, através da música, intervém no espaço público e nos mantém alerta. Ouçamos *Gente de Aqui e de Agora*, como ouvimos Capicua. Ouçamos as *Cantigas Portuguesas*, como ouvimos, hoje, Dino d'Santiago. Ouçamos os fados de Coimbra,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Fado de Coimbra, muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... como ouvimos, hoje, A Garota Não ou Luca Argel. Ouçamos todas as cantigas que nos fizeram democracia e todas as cantigas que fazem a democracia perdurar. A nossa história não seria a mesma sem os nossos músicos de intervenção, sem as nossas músicas de intervenção e sem Adriano Correia de Oliveira.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, são precisos muitos mais anos a cantar Adriano. Hoje é da mais elementar justiça garantir que a obra deste artista maior da nossa cultura é preservada e salvaguardada para as gerações futuras.

Mais do que fazer justiça e de não deixar esquecer quem, durante tantos anos, cantou e lutou por Abril, a verdade é que precisamos e continuamos a precisar de Adriano Correia de Oliveira.

Por isso, acompanhamos a petição que aqui nos trazem e acompanhamos as propostas do PS e do PCP de classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Bernardo, do PSD, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Peticionários, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A música é uma linguagem universal, é a voz dos sentimentos, é uma forma de nos expressarmos sem cores, sem esquerdas ou direitas, e quando falamos de Adriano Correia de Oliveira, falamos de alguém que compreendeu perfeitamente essa verdade.

Não foi apenas um músico, mas um compositor de alma portuguesa, uma voz que, mesmo em tempos sombrios, cantava a luz e cantava a esperança.

Adriano Correia viveu em Avintes, mas pertence a todos nós. A sua obra não tem fronteiras e a sua mensagem passou gerações. Com apenas 40 anos de vida, deixou-nos inúmeras canções que ficam na nossa memória. Mas mais do que números, esta obra é um tesouro cultural que nos recorda quem somos e de onde viemos.

Permitam-me recordar palavras que ficam pela sua voz: «Há sempre um vento que passa / Há sempre alguém que resiste / Há sempre alguém que diz que não.» Estes versos, de *Trova do Vento que Passa*, poema de Manuel Alegre, não são apenas palavras, são o testemunho do poder da música como instrumento de resistência. É um hino que ainda nos inspira hoje, sem nunca deixarmos de lutar pelo que acreditamos. E repito: pelo que acreditamos.

A música de Adriano foi um grito de liberdade em tempos em que gritar era proibido. Era proibido gritar à esquerda e era proibido gritar à direita. Era proibido gritar, para os mais pobres e para os mais ricos. Era uma ponte entre a dor do País silenciado e o sonho de um futuro melhor. Nessa ponte, Adriano carregou mensagens

de esperança, de coragem, de justiça, pelas academias e entre a comunidade estudantil, em noites plenas na Praça da República, em Coimbra. Era também um dos representantes máximos da alma coimbrã.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a música é mais do que um entretenimento — é cultura, é identidade e é, acima de tudo, memória. No caso de Adriano, é também história e luta. Através da sua voz, conhecemos a dureza da guerra colonial, em *Canção com Lágrimas*, sentimos a saudade em *Tejo que Levas as Águas* e também refletimos sobre as desigualdades sociais em *Cantar de Emigração*.

A petição que hoje analisamos — saudando a iniciativa e cumprimentando todos os peticionários que estão aqui presentes —, bem como os projetos de resolução apresentados pelo PCP e pelo Partido Socialista, trazem-nos um apelo: o da classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional.

Este reconhecimento não é apenas uma homenagem ao artista, mas é, acima de tudo, uma forma de continuar a sua obra, de garantir que gerações futuras conheçam e compreendam o impacto da sua música. Devemos lembrar, acima de tudo, que a música é uma das formas mais poderosas de preservar e transmitir memória: é um veículo de valores, de emoções, de histórias que define e que nos define enquanto povo.

E Adriano não cantou apenas canções: ele deu vida às resistências, à liberdade e à alma portuguesa, à nossa alma. Reconhecer hoje, aqui, a sua obra é reconhecer a forma transformadora da música, da construção da nossa identidade.

Como Adriano dizia: «Com mãos se faz a paz, se faz a guerra / Com mãos tudo se faz e se desfaz.» E hoje, com as nossas mãos, podemos fazer mais do que aprovar, do que reprovar, ou de nos abstermos na votação de uma petição ou resolução. Seria fácil, como muitos fazem, apagar o passado. Mas nós, hoje, podemos reafirmar o nosso compromisso com a valorização da cultura portuguesa.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Concordando mais ou concordando menos, a história e a cultura portuguesa fazem parte de nós, e nós fazemos parte do futuro. Podemos garantir que esse legado não se perde nas páginas do tempo, mas permanece vivo, inspirando o presente, mas também o futuro.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a música é o coração de um povo, e a obra de Adriano Correia é um dos seus pulsos mais fortes. Classificá-la como interesse nacional não é apenas um ato simbólico, é celebrarmos a sua voz, a sua vida, a sua coragem, a sua visão.

«O corpo grande e a alma de menino / Trazia no olhar aquele assombro / De quem queria caber e não cabia / Os pés fora do berço e do destino / Pediu uma cerveja e poesia / E foi-se embora de viola ao ombro», já escreveu Manuel Alegre, de Adriano Correia.

Mas, para nós, a música não tem cor.

*Aplausos do PSD, de Deputados do PS e do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Peticionários: De facto, há sempre alguém que resiste, que imortaliza a nossa história e que faz os versos durarem para sempre. Lembramos aqui, hoje, um dos grandes nomes de Abril — graças à petição do Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira —, um nome incontornável da música popular portuguesa, que imprimiu alegria, resistência e vontade de mudança, em tempos sombrios, com os seus hinos de liberdade.

A *Trova do Vento que Passa* pode ser considerada a primeira canção de contestação à ditadura que se impôs em Portugal a partir de 1933, sendo também uma das músicas que faz parte da nossa memória coletiva e que compõe a sua vasta obra.

Considerado, também, como um dos cantautores mais brilhantes da música de intervenção portuguesa e da canção de Coimbra, encheu os seus 40 anos de vida com uma intensa luta pela liberdade e pela democracia.

É mais do que justo que a sua obra seja devidamente reconhecida, valorizada, consolidada e difundida como aqui é proposto hoje, pois é da mais elementar justiça que lembremos sempre que «há sempre alguém que resiste».

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar os Srs. Peticionários pelo seu trabalho cívico.

Um artista não tem obrigação de ser unânime, mas sim de ser autêntico. A verdadeira arte deve nascer sempre da liberdade de expressão e não da necessidade de agradar a todos.

Por isso, e porque assumimos que uma das funções do Estado é manter o património cultural e histórico de um país, iremos aprovar todos os projetos que foram apresentados.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Os liberais são comunistas?! Este Parlamento está perdido!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente: «Em 1963, depois de sete meses preso em Angola, Manuel Alegre voltou a Coimbra, onde foi “objeto duma perseguição permanente, sistemática, de provocações dos tipos da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado)”. É assim que, todas as noites, um amigo o acompanha a casa. Muitas vezes, o amigo é Adriano Correia de Oliveira. Numa dessas noites, em plena Praça da República, Manuel Alegre exprime a sua revolta: “Mesmo na noite mais triste / Em tempos de servidão / Há sempre alguém que resiste / Há sempre alguém que diz não”. E o Adriano diz: “Mesmo que não fiquem mais versos, esses versos vão durar para sempre”. Ficaram.» Ficaram na voz de Adriano como um hino da luta estudantil contra a ditadura.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por saudar o Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira e saudar as mais de 8000 pessoas que se mobilizaram na defesa da classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional.

Nascido no Porto, estudante de Direito em Coimbra, também ele pertencente a uma das repúblicas de Coimbra, Adriano Correia de Oliveira foi um cidadão da música portuguesa, uma voz para um país mais livre e mais justo. Cantou a *Noite de Coimbra* e a *Balada do Estudante*, cantou a *Menina dos Olhos Tristes* e o *Cantar de Emigração*.

Sob a sombra fascista, como dizem os peticionários, as suas palavras descreveram a vida e a luta do povo, o seu cantar criou e ampliou «os sons da esperança, da alegria e da resistência do mesmo povo que, por sonhar, resistir e lutar, começou a construir uma democracia que teve nos cantores de Abril a sua voz» — diria até a sua primeira voz.

Nas vésperas do 25 de Abril, a sua participação no festival da canção portuguesa, junto com outros membros da generosa geração de músicos da liberdade, foi uma premonição de uma força popular que pulsava, à espera da revolução. Continuou a oferecer as suas canções à vida e à luta popular, através do Coletivo de Ação Cultural.

Em 1982, partiu cedo demais, deixando 18 *singles*, 10 álbuns, dois dos quais editados após o seu falecimento, que são o registo histórico da obra de um dos grandes trovadores da liberdade.

Os 40 anos de vida de Adriano Correia de Oliveira, uma vida muito breve, deixam uma marca indiscutível na vida cultural do País. Hoje resta-nos, por isso, dizer: viva Adriano!

*Aplausos do BE, do PCP, do L e de Deputados do PSD e do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, cumprimentamos os autores da petição e, naturalmente, expressamos o nosso respeito e reconhecimento pela obra de Adriano Correia de Oliveira e por todos aqueles que a apreciam, apreciaram e se reveem nessa mesma obra.

Dito isto, sinceramente, não nos parece — e, neste debate, isso é muito evidente — que faça sentido haver cantores proibidos, mas também não nos parece fazer sentido que haja cantores oficiais.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Mal vai o debate e o Parlamento se a discussão sobre a cultura for feita numa lógica de gosto,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sectária!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... em que uns defendem o seu gosto para defender que haja cantores proibidos e outros defendem o seu não gosto para proibir aquilo que é uma expressão de liberdade. A arte é uma expressão de liberdade e deve ser assim entendida.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, obviamente, quando a política se mete na liberdade criativa da arte, dá sempre asneira.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — No ponto!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Asneira é essa intervenção!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso é que entendemos que, numa democracia como é Portugal, temos as regras que são normais. Temos uma Lei de Bases do Património Cultural que define claramente como é que a preservação do património deve ser feita e que diz claramente, também, como é que a classificação desse património deve ser feita. Há critérios objetivos, dentro daquilo que é possível ser objetivo na apreciação de uma liberdade criativa.

A lei em que todos nos revemos diz que qualquer cidadão pode promover um processo de reconhecimento deste património cultural. Do nosso ponto de vista, faz muito mais sentido que, numa sociedade, sejam os cidadãos a promover esse reconhecimento,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... baseado na sua apreciação dessa criação cultural, do que ser uma Assembleia da República a proclamar ao País o que é cultura oficial, o que é cultura boa e o que é cultura má.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é, certamente, essa a nossa visão sobre a cultura e muito menos sobre o papel da Assembleia da República.

*Aplausos do CDS-PP.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.*

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que tem até 26 segundos.



Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, julgo que não estava na Assembleia da República quando a voz de Amália soou nesta bancada, nas comemorações do centenário.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual?! Era a Amália! O Adriano Correia era igual?!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — O Parlamento não comemorou o centenário de Amália por Amália ser uma cantora oficial, apesar de ter havido um regime que o tentou fazer. Comemorou a voz e a arte de Amália, porque ela, de facto, deu um contributo absolutamente incomparável para a música portuguesa.

É isso que significa classificar alguém, um cantor, um compositor, para além dos gostos. É reconhecer a sua importância. Não é nem reconhecê-lo como oficial, nem impor nenhum gosto a ninguém.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Visão sectária!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Precisavam de ouvir isto!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado João Almeida, para responder, tem uma cedência de tempo por parte do PSD, portanto, tem até 1 minuto e 29 segundos para responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não preciso, é muito rápido.

Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, por respeito pela Amália e por respeito, também, por Adriano Correia de Oliveira, vou-me abster de me pronunciar sobre a comparação que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui fez.

*Aplausos do CDS-PP.*

**Vozes do CH:** — É ridículo!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Mas é oficial ou não é oficial?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Querem tirá-la do panteão? É aí que estão os oficiais!

*Protestos do CH e do CDS-PP e contraprotestos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Voltamos ao período de intervenções.

Pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, que dispõe de 2 minutos e 21 segundos.

*Continuação de protestos do CH e do CDS-PP e contraprotestos do BE.*

Só um momento, Sr. Deputado.

Vamos, então, criar condições para ouvirmos o Sr. Deputado.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, dia 4 de dezembro, ao falarmos de Adriano Correia de Oliveira, permitam-me abordar um bem essencial — liberdade. Srs. Deputados, assinalamos

também neste dia a data em que retiraram a liberdade de viver a Francisco Sá Carneiro, o homem e estadista que ousou sonhar um Portugal diferente e decente. Nós, aqui, desta bancada, somos os continuadores desse sonho de cumprir um Portugal decente.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

Srs. Deputados, o PS e o PCP trazem-nos projetos de resolução para a classificação da obra de Correia de Oliveira como de interesse nacional. Na ótica dos proponentes, Adriano foi um lutador incansável pela liberdade, a liberdade que o PCP tanto apregoava, mas que, naquela altura, se traduzia em aprisionar Portugal e os portugueses — a história mostra-o, o povo português recorda-o. Aliás, se dúvidas houvesse, não apenas em 1974 ou 1975, mas também no passado dia 25 de novembro, nesta Casa, ficámos a perceber de que lado estava a liberdade e de que lado estava o PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Srs. Deputados, nós conhecemos a história real e não alinhamos na história ficcional que o PCP e seus satélites nos querem impor. Srs. Deputados, nós acreditamos na liberdade e não alinhamos no pensamento único — os portugueses sabem-no. É por isso que o Chega cresce e o PCP desaparece. Repito: é por isso que o Chega cresce e o PCP desaparece.

*Aplausos do CH.*

Srs. Deputados, nós, como não somos sectários, quando olhamos para Adriano, vemos aquele que cantou Portugal, e é por isso que separamos o homem político do artista. Louvamos o génio criador, perdoando o político iludido, como tantos, naqueles anos, com o sonho soviético que se traduziu em pesadelo.

Srs. Deputados, Adriano, ao contrário do que fazem crer no vosso projeto de resolução, foi mais do que um militante do PCP,...

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Era do Chega?!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — ... foi um cantor de uma certa forma de ser português.

Adriano era português, e o que é nacional é bom e é nosso. Nós não temos medo de o dizer. É por isso que o Chega cresce e o PCP desaparece.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — E vocês seriam capazes de classificar as obras de João Maria Tudela,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Quem?!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — ... Pedro Ayres Magalhães e tantos outros como de interesse nacional?! É por isso, meus senhores, que o Chega cresce...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Silvério Regalado, do Grupo Parlamentar do PSD, para defesa da honra da bancada. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no dia de hoje, infelizmente, passaram-se 44 anos da morte de Francisco Sá Carneiro, líder do PSD, e de Adelino Amaro da Costa, dois estadistas que, com certeza, se teriam envergonhado da figura que o partido Chega fez na passada sexta-feira, que envergonhou as nossas instituições democráticas.

*Protestos do CH.*

E, por isso, queremos defender a honra da nossa bancada, dizendo que Francisco Sá Carneiro e a sua memória serão sempre preservados pelo Partido Social Democrata.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isto foi defesa da honra ou defesa do quê?! Não percebi!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado José Carvalho, tem até 2 minutos, se quiser, para responder.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado do PPD/PSD, devo dizer que estranhámos aqui, nesta bancada, que, indo já longo o debate, indo já longa a tarde — já estamos quase próximos das 19 horas —, ainda não ouvimos uma única referência ao estadista Francisco Sá Carneiro, nesta Casa, da parte da bancada do PPD/PSD.

*Aplausos do CH.*

Sá Carneiro é de Portugal e dos portugueses; Sá Carneiro é de todos e não pode, em circunstância alguma, ser usado, única e exclusivamente, por alguns que se intitulam do Partido Social Democrata, como se fossem os donos da democracia e como se fossem os donos da figura de Francisco Sá Carneiro.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, pedia à Sala para manter as condições para podermos continuar os trabalhos, sobretudo por respeito aos peticionários. Estamos a debater petições, há peticionários que estão nas galerias. Por respeito a eles, a ver se os trabalhos decorrem.

Repondo a verdade, porque já hoje participei no debate, eu próprio me referi a Francisco Sá Carneiro e tive o cuidado de o fazer depois de garantir que o CDS, relativamente a Adelino Amaro da Costa, e o PSD, relativamente a Francisco Sá Carneiro, já se tinham referido às memórias dos dois. Portanto, eles tinham feito essa referência.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — É verdade!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para evitar que entremos em debate entre bancadas, só quero deixar isso claro. E, por respeito aos Srs. Peticionários, vamos avançar com o debate das petições.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ainda temos uma intervenção sobre esta petição. Portanto, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 38 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não queria que este debate terminasse desta forma e, por isso, inscrevi-me para fazer uma última intervenção, porque homenagear Adriano Correia de Oliveira — que é o que estamos a fazer — é lutar pela liberdade e garantir que homenageamos todas as pessoas que lutaram pela liberdade. E, como bem sabemos, a luta pela liberdade continua muito viva.

Por isso, é preciso homenagear Adriano Correia de Oliveira, e ninguém duvida da importância da obra de Adriano Correia de Oliveira na história de Portugal e na história da luta pela democracia.

Portanto, queria terminar este debate a dizer: bem-haja, Adriano Correia de Oliveira, e muito obrigada pela sua obra.

*Aplausos do L, da IL, do BE, do PCP e de Deputados do PSD e do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Temos ainda mais uma intervenção, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Até 21 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fundamentalmente, no final deste debate, congratulamo-nos com o sentido geral das intervenções que aqui foram feitas, porque é importante que os órgãos de soberania homenageiem os seus maiores nas várias frentes artísticas.

Decidimos que Amália devia estar no Panteão, onde está; apoiámos as candidaturas do fado e do cante alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade; e já foi classificada a obra de José Afonso como de interesse nacional, que é aquilo que se propõe aqui, com grande consenso desta Câmara, relativamente à obra de Adriano Correia de Oliveira.

Certamente, não são...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP e de Deputados do PSD, do PS e do BE.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agradecendo a presença dos peticionários, vamos continuar agora com outro ponto, em que iremos debater três petições com um tema conexo.

Trata-se das Petições n.ºs 124/XV/1.<sup>a</sup> (Coletivo Animal) — Em defesa da Lei que criminaliza os maus-tratos a animais — Maltratar um animal tem de ser crime em Portugal, 212/XV/2.<sup>a</sup> (Coletivo Animal) — Pela faia. Pela consagração constitucional do bem-estar animal enquanto bem jurídico tutelado. Por um direito animal justo e consequente, e 228/XV/2.<sup>a</sup> (Rita Isabel Duarte Silva e outros) — Solicitam alteração/revisão constitucional que aprobe a inclusão explícita e inequívoca da proteção dos animais não-humanos na Constituição da República Portuguesa.

Temos presentes nas galerias subscritores das Petições n.ºs 124/XVI/1.<sup>a</sup> e 212/XV/2.<sup>a</sup>, a quem damos as boas-vindas.

Vamos agora começar a apresentação das propostas que foram arrastadas à discussão destas petições.

A primeira apresentação será a do Projeto de Lei n.º 359/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Intensifica a proteção dos animais de companhia, alterando o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, tendo até 6 minutos para o efeito.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço, em primeiro lugar, aos peticionários que se dirigiram ao Parlamento em defesa da lei que criminaliza os maus-tratos a animais, proclamando também daqui que maltratar um animal tem de ser crime em Portugal.

Portugal, infelizmente, não é um país para os animais. Mas a razão é clara, é que, primeiro, Portugal não é um país para as pessoas. E como pode uma nação tratar tão bem os seus animais se abandona os seus cidadãos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Cinquenta anos de socialismo mergulharam Portugal na pobreza e no atraso, deixando-nos para trás em relação aos nossos parceiros europeus.

E o que é que temos hoje? Temos um Estado que cobra impostos como nunca, que explora os trabalhadores e as famílias, mas que gasta os seus recursos públicos com os amigos do cartão rosa e do cartão laranja. Um Estado que, depois de alimentar esta elite privilegiada, deixa apenas migalhas para a saúde, a justiça e a proteção. Um Estado que não honra a sua missão.

Este é um Estado que falhou. Um Estado que traiu o seu povo e, por consequência, traiu também os animais. Traiu, porque quem abandona os mais fracos entre nós, abandona-nos a todos.

Por isso, o nosso projeto de lei acompanha a petição e vem pedir que intensifiquemos a proteção. Neste âmbito, aliás, promovemos o mesmo objetivo na anterior revisão constitucional, que caducou, e estamos também nesta Legislatura a propor essa inscrição na nossa Lei Fundamental.

Srs. Deputados, é urgente libertarmo-nos deste sistema corrupto e ineficaz. Precisamos de devolver aos portugueses as condições para que as famílias possam cumprir o seu propósito natural: crescer, ter filhos e educá-los no respeito pelos valores fundamentais, como este do respeito pela vida e pelos animais.

Precisamos ainda de um Estado que permita às famílias cuidar. Mas como confiar num Estado que não hesita em descartar vidas para não ter de cuidar delas? Desde logo as vidas humanas: um Estado que aceita o aborto e a eutanásia como solução final não pode, em sã consciência, proclamar-se defensor dos animais.

Este é um Estado que escolhe matar em vez de cuidar. Quando nesta Casa se diz que pode ser legítimo matar a vida humana, como podemos esperar que a Nação trate a vida animal com respeito e compaixão?

Este é o retrato de um Estado que vira as costas às pessoas, à vida e, inevitavelmente, vira as costas aos animais. A mudança é urgente. Portugal precisa de ser um país bom para as pessoas, porque só assim será também um país bom para os animais.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 447/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o fim dos apoios públicos a espetáculos que inflijam sofrimento a animais e aumente a idade para trabalhar e assistir a esses espetáculos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tendo até 4 minutos para o fazer.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar as petionárias presentes na sala.

O maltrato animal é um problema que a Assembleia da República tem de levar a sério. Nós levamos. Uma sociedade ou um país também se medem pela forma como tratam ou maltratam os animais.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Respeitem os seres vivos! Os seres vivos na barriga da mãe também têm de ser respeitados.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nós, no Bloco de Esquerda, nunca nos vamos conformar com o facto de Portugal gastar cerca de 20 milhões de euros de dinheiro público para financiar o maltrato animal que as touradas representam. Sim, a atividade tauromáquica é uma atividade subsídio-dependente, um negócio montado em cima dos impostos dos portugueses e das portuguesas.

Não fosse o dinheiro mal gasto, a péssima despesa pública, suficientemente mau, juntou-se nesta Sala uma curiosa e lamentável maioria de Deputadas e de Deputados, capitaneados pelo PSD e pelo Chega e contando com a abstenção do Partido Socialista para baixar o IVA das touradas de 23 % para 6 %.

Sim, infelizmente, no Parlamento português há mesmo a maioria de Deputados que acha que as touradas devem pagar o mesmo IVA que os bens de primeira necessidade.

*Protestos do Deputado do CH Rodrigo Taxa.*

Tortura animal e cesta básica são, para estes Deputados, alvos da mesma taxaço e nós nunca nos conformaremos com isto.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Encontramo-nos agora na curiosa e lamentável circunstância de as touradas não só serem financiadas com milhões do dinheiro público, como na circunstância de o Orçamento do Estado para 2025, com o contributo do Chega, do PSD e a abstenção do Partido Socialista, ter deixado de cobrar, aos milhares, as touradas. É, pois, isto indecoroso.

Trazemos hoje a este debate uma proposta para proibir de uma vez por todas o financiamento público das touradas. O mínimo — o mínimo, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas! — da decência é não gastar dinheiro dos nossos impostos para financiar a tortura animal.

*Aplausos do BE e do PAN.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 451/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Assunção de poderes de revisão constitucional extraordinária pela Assembleia da República para assegurar a consagração da proteção dos animais na Constituição, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Tem até 2 minutos para fazer a intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento as petionárias aqui presentes e agradeço-lhes, porque, de facto, todas as grandes mudanças a nível social começam pelo impulso da sociedade civil.

Foi assim precisamente há 10 anos, quando esta Casa aprovou a lei que criminaliza os maus-tratos a animais de companhia e tem sido assim nas suas sucessivas alterações.

Foi assim com a discussão que tivemos aquando do risco de retrocesso, de recuo por parte do Tribunal Constitucional, que pôs em causa a constitucionalidade da lei. Também aí foi a sociedade civil que imediatamente se levantou e veio dizer a esta Casa e à sociedade em geral que não, não podíamos ter recuos e que era fundamental não só melhorarmos a tutela penal existente, como também alargarmos a sua esfera de proteção a todos os animais que não apenas os de companhia. Fazer distinção entre o maltrato a um animal de companhia — como, por exemplo, um cão ou um gato — e um cavalo não faz qualquer tipo de sentido, numa sociedade que se diz de empatia e respeito para com todos os seres vivos.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Faz todo o sentido!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas os petionários pedem-nos mais. Pedem-nos que esta esfera de proteção chegue até à nossa Lei Fundamental.

Portugal, aqui, tem um caminho a fazer, até porque o Tribunal Constitucional veio novamente, não em sede de plenário, mas das suas secções, colocar em causa o crime de abandono e já não o de maus-tratos, porque há um dever civilizacional e uma empatia que deve traduzir-se na nossa Lei Fundamental.

Estes são passos que países como a Alemanha, a Áustria, a Suíça, a Índia, a Itália e, mais recentemente, o México já deram, protegendo e consagrando a dignidade dos animais na Constituição.

Enquanto alguns países fazem este caminho, assistimos recentemente a um recuo absolutamente inaceitável nesta Casa: reduzirem o IVA para a tortura animal. Numa sociedade onde temos o IVA dos serviços médico-veterinários, a alimentação ou até bens essenciais para a família taxados como bens de luxo, a 23 %, foi esta a opção da maioria desta Casa e deste Parlamento.

No entanto, há, de facto, um caminho que é pedido por estas petições que se prende com a revisão do Código Penal. O PAN apresentou, por isso, uma iniciativa, que sabemos que está a ser discutida em comissão,

e esperamos que, efetivamente, chegue a bom porto para que possamos ter um país de mãos dadas com a proteção animal.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

**Vozes do CH e da IL:** — E as palmas?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Solidariedade!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eles só batem palmas se forem picados! É como na tourada!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É melhor não falar de picos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Coitadinhos dos animais!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Esqueceste-te da melancia!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da última iniciativa, o Projeto de Resolução n.º 458/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que proceda a uma análise e levantamento das limitações do regime jurídico vigente e da organização da resposta do sistema em matéria de maus-tratos e abandono de animais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes. Tem até 4 minutos para fazer a intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Petionárias: A forma como tratamos os seres mais vulneráveis diz quase tudo sobre nós enquanto sociedade.

Entraram nesta Casa três petições sobre o bem-estar e a proteção animal que foram subscritas, ao todo, por mais de 130 000 pessoas e que consideram que a lei atual que criminaliza os maus-tratos a animais de companhia é insuficiente, pelo que merece ser discutida e alargada. São milhares de vozes que não podemos ignorar e que nos dizem que está na hora de fazermos mais e melhor.

Também há vozes neste Parlamento que se dizem defensoras dos animais, mas que depois promovem a tortura e o uso de animais, como foi visto no processo orçamental, em que foi baixado o IVA das touradas. Tortura não é cultura e, numa sociedade democrática e humanista, o mal-estar animal e a tortura animal não têm lugar, as touradas não têm lugar.

A visão da sociedade sobre os animais tem-se alterado nas últimas décadas e avaliar e aprofundar o regime jurídico em vigor parece ser o passo óbvio para o caminho progressista e humanista que temos feito nesta matéria.

Esta necessidade de avaliação vem também das questões relacionadas com a constitucionalidade da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto.

Fruto desta maturação democrática e da sensibilização social para estas matérias, o Tribunal Constitucional decidiu finalmente não declarar a inconstitucionalidade da norma que prevê a criminalização de maus-tratos a animais de companhia.

Apesar de ser importante dignificar os animais e apoiar as famílias a cuidar deles —, para isso, o Livre propôs, em sede de Orçamento do Estado, a redução do IVA para a alimentação destinada a este fim e para os atos médico-veterinários, porque estes IVA, sim, devem ser reduzidos —, importa que o assegurar da proteção dos animais não fique por aqui.

Para isso, devemos densificar e aprofundar o regime que regula os maus-tratos e o abandono de animais de companhia, no sentido de acompanhar a legislação mais progressista que existe nesta matéria.

Deixar impune quem maltrata e atenta contra a dignidade animal contraria os valores de uma sociedade solidária e civilizada. Por isso, é crucial que não nos demitamos desta nossa responsabilidade.

É necessário fortalecer a legislação, garantindo que os animais são protegidos de forma eficaz e não ambígua. Além de alargar a proteção a todos os animais para lá de uma perspetiva puramente utilitarista, deve

ser garantido que as penas e a sua aplicação tenham de verdade um efeito dissuasor, particularmente nos casos de maus-tratos graves ou recorrentes.

Mas também é preciso reforçar a prevenção e a fiscalização. Há muito trabalho a fazer aqui. Os organismos públicos com responsabilidade e agência no assegurar dos direitos dos animais devem ser reforçados com todos os meios necessários.

Por fim, urge o reforço da sensibilização e a criação de consciência coletiva sobre o direito de um animal à sua existência livre de fome, livre de desconforto, livre de dor e livre para expressar o seu comportamento natural.

É por estas razões que trazemos hoje a debate um projeto de resolução que recomenda uma análise e levantamento das limitações, não só do regime jurídico vigente, mas também da organização e resposta do sistema em matéria de maus-tratos e abandono de animais. Recomenda também que, no decorrer dessa análise, sejam ouvidas as associações da sociedade civil de defesa dos direitos dos animais, as forças de segurança, as entidades governamentais, os municípios e as instituições científicas. Só assim poderemos identificar as limitações e as fragilidades de todo o sistema e melhorá-lo para não desvirtuar o objetivo inicial e fulcral de proteger o bem-estar animal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Onde é que está a florzinha?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar no período de intervenções dos grupos parlamentares. A primeira intervenção caberá ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves. Dispõe de 6 minutos para intervir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então a florzinha, onde está?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de saudar os peticionários das três petições que hoje sobem a plenário e, em particular, saudar, como sempre, a mobilização cívica que aqui está envolvida, a participação na vida da comunidade que, nesta matéria, como já foi referido, foi decisiva em vários momentos da elaboração de legislação sobre o bem-estar animal — seja na criminalização, seja na consagração de um estatuto no Código Civil, seja, mais tarde, na revisitação deste pacote legislativo. Mas, acima de tudo, quero também saudar a participação, especialmente qualificada, que aqui trazem.

Muitos dos promotores — imaginamos também que muitos dos subscritores — destas petições fazem mais do que apenas subscrever petições. O seu trabalho diário nas associações zoófilas, o seu trabalho de dedicação cívica, passa por muitas horas dedicadas ao trabalho em prol e na defesa do bem-estar animal, e isso também deve ser hoje recordado, saudado e deve, até, mobilizar-nos para refletirmos, uma vez mais, sobre a eventual necessidade de melhorar o estatuto que podemos construir. Já o fizemos no passado e acho que alguma abertura deve existir, porque, de facto, a prioridade que estas associações colocam nas suas petições não é o seu interesse próprio, enquanto pessoas a trabalhar na causa; são, de facto, os temas substanciais da proteção do bem-estar animal. E, por isso mesmo, merecem a nossa saudação e também a preocupação do Partido Socialista.

Aquilo que peticionam, num dos casos — pensamos e gostaríamos também de o dizer —, felizmente, ficou ultrapassado pelo tempo. Ou seja, no que respeita à questão da constitucionalidade da legislação sobre criminalização de maus-tratos, e, por isso, também, neste sentido não acompanharemos a proposta apresentada pelo PAN. A jurisprudência mais recente do Tribunal Constitucional deixou claro que o entendimento do plenário do Tribunal vai no sentido da inexistência de inconstitucionalidade, por qualquer dos fundamentos que estiveram na base das decisões anteriores tomadas em secção, não só a nível da determinabilidade da lei penal, mas especialmente a nível da inexistência de um bem jurídico que o Tribunal agora reconhece como existindo na Constituição, com a redação atual.



Assim sendo, felizmente, não é necessário, com a urgência que achávamos na Legislatura passada, rever a Constituição, e, por essa razão, não nos parece justificar-se a abertura de um processo extraordinário de revisão constitucional apenas com essa finalidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é evidente!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não discordamos, minimamente, que a Constituição deva respaldar o bem-estar animal, mas aquilo que os juízes do Tribunal Constitucional nos dizem é que, de facto, com a interpretação atualista, já o faz e, felizmente, deixou de ser necessário.

Por outro lado, queríamos também dar uma nota sobre o projeto que o Livre nos apresenta sobre o fornecimento de elementos adicionais para uma decisão sobre a revisão da lei. Parece-nos que é de saudar, porque são muitas e foram várias as alterações legislativas em matéria, designadamente, da criminalização dos maus-tratos, e é importante perceber junto dos operadores quais são as principais dificuldades que continuam a identificar, para podermos melhorá-las em futuro processo legislativo, e, por essa razão, também as acompanharemos.

De resto, estão pendentes, em discussão em Comissão, outras iniciativas que vão ao encontro das preocupações dos peticionários, e julgo que o temos feito nas últimas quatro legislaturas, mas seguramente também nesta seremos capazes de melhorar o quadro legislativo aplicável.

*Aplausos do PS e do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra, dispondo de 3 minutos, o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento também os signatários das petições em apreciação: O PCP nunca deixou de participar no debate contínuo sobre a forma como nos relacionamos com os animais, estando, aliás, na origem de avanços em relação ao bem-estar, na eliminação do abate de animais errantes e na transformação dos obsoletos canis em centros de recolha.

Temos defendido, no Parlamento como nas autarquias, a sensibilização para a posse e detenção responsável de animais de companhia, ou o simples convívio social com eles, com vista à prevenção dos maus-tratos e do abandono.

Ainda no recente processo orçamental, o PCP apresentou propostas para o reforço de verbas para os municípios e as associações zoófilas, para centros de recolha e para uma campanha de esterilização de animais errantes e assilvestrados. Foram rejeitadas.

Na evolução da relação milenar do homem com os animais, as sociedades foram progredindo em dimensões como a estima, com o que implicou de precaução ética e censura social em relação aos maus-tratos e aos tratamentos cruéis. É fundamental prosseguir o aprofundamento do quadro de valores como a tolerância e o respeito também pela natureza e pelos animais, em particular os animais de companhia.

É essencial prosseguir a aposta na formação integral do indivíduo, que incorpore esses valores desde tenra infância, pelo que se releva o papel estruturante do sistema educativo, a par das condições de bem-estar e desenvolvimento saudável na família. É de salientar o papel dos organismos da administração central, das autarquias locais e das autoridades na dinamização de programas e campanhas de educação e sensibilização para estes valores.

Impõe-se, ainda, a efetiva promoção geral da saúde mental, com o seu reforço no Serviço Nacional de Saúde, na prevenção dos comportamentos de intolerância e de violência, nos quais se enquadram condutas e atos igualmente contra animais.

Em conclusão, Srs. Deputados, mais do que agravar o sistema repressivo é urgente melhorar as possibilidades e instrumentos de prevenção e, em geral, de educação para as infindáveis dimensões e problemas da vida, de que os animais também fazem parte.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à intervenção do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Até três minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS-PP esteve na origem e nos trabalhos daquilo que veio a ser a lei que em Portugal criminalizou os maus-tratos contra animais de companhia.

Continuámos a acompanhar o processo que se seguiu, do ponto de vista constitucional, assegurando que não havia uma reversão daquilo que, do nosso ponto de vista, foi um avanço importante e que constitui o equilíbrio que deve existir numa sociedade que respeita todas as perspetivas existentes relativamente a esta matéria e que, designadamente, respeita todos os modos de vida existentes em Portugal e não diz a uns portugueses que têm comportamentos certos e a outros que têm comportamentos errados; a uns, que podem viver de uma maneira, e a outros, que não podem viver de outra; mas diz, a todos, que ninguém tem o direito de maltratar animais de companhia. Isso, para nós, é evidente, mas para nós, sendo evidente, também já está na lei.

Portanto, o que, neste momento, nos parece importante é dizer que tudo o que seja aprofundar o cumprimento do Código Penal e o respeito pelos animais de companhia, e a obrigação de respeito por esses animais de companhia e a criminalização de quem não os respeitar, merece o nosso apoio e a nossa convicção. Tudo o que seja tentar reabrir outras discussões, tentar meter dentro do conceito «criminalização de maus-tratos contra animais de companhia» outros animais e outras práticas — o que, obviamente, atentaria contra o que é a vivência normal de uma sociedade, e normal da sociedade portuguesa, e que reintroduziria uma visão que, digo e volto a afirmar, urbano-depressiva, de quem acha que pode determinar, a partir das cidades, o que é a vida no campo —, isso não merece, de maneira nenhuma, nem sequer a nossa consideração.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Como é que é possível?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, o que temos de fazer, neste momento, é respeitar o que, do nosso ponto de vista, parece um equilíbrio social justo — aliás, um equilíbrio social que, em muitos países, ainda não existe e em Portugal existe —, permitindo que esta lei faça o seu caminho e seja efetivamente aplicada, e não estarmos, quando ainda nem sequer conseguimos isso, a reabrir outras discussões que não permitiriam avanços; pelo contrário, provavelmente, levariam a recuos.

*Aplausos de Deputados do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal gostaria de começar por saudar e agradecer a iniciativa dos peticionários, porque, de facto, refere casos que são — e não há outra forma de os descrever — deploráveis e desumanos. São gráficos, mas não podemos negar a realidade: aconteceram, existiram, não os podemos escamotear; portanto, é importante que possamos reconhecê-los e reconhecer que não devem voltar a acontecer.

A violência e os maus-tratos a animais são inaceitáveis e devem ser veementemente reprovados por todos nós. É uma questão de decência humana. A justiça, obviamente, devendo ser cega e isenta, não pode fechar os olhos a estas situações e não pode deixar passar incólumes aqueles que, de forma gratuita e deliberada, tal como é reportado nestas petições, maltratam os animais. Portanto, deve atuar, deve agir e deve estar prevista no Código Penal essa mesma penalização.

Faz sentido, sim, que o Tribunal Constitucional revise a interpretação normativa que realizou, para que possa haver uma penalização por estes abusos e maus-tratos a animais que, reitero, são desumanos e inaceitáveis.

Relativamente às outras propostas, no caso da proposta do Bloco de Esquerda, acompanhamos a redução de subsídios, a não redução de impostos e o fim dos apoios públicos, no caso, às touradas. Acompanhamos essas medidas porque achamos que o Estado não deve apoiar, direta ou indiretamente, as touradas. Contudo,

o que não fazemos, nem hoje nem nunca, é adotar uma lógica proibicionista que tenta impor a nossa moral ou a nossa visão do mundo aos nossos conterrâneos que têm uma visão diferente da nossa sobre as touradas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, pois...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Quanto à proposta do Chega, é irresistível referir que, no artigo 3.º, uma das coisas que altera em relação ao decreto-lei original, o Decreto-Lei n.º 314/2003, é a substituição da expressão «doenças transmissíveis ao homem» por «doenças transmissíveis às pessoas». É curioso que o Chega decida, agora, fazer aqui um ponto de honra de linguagem inclusiva e colocar «doenças transmissíveis às pessoas».

Finalmente, quanto à proposta do PAN, parece-nos manifestamente exagerado convocar uma revisão constitucional extraordinária para rever este ponto. No entanto, se essa revisão constitucional ocorrer no momento ordinário, acompanharemos, em alguns pontos, naturalmente, a preocupação que deve existir em relação ao bem-estar animal. Em contrapartida, esperamos, já agora, que o PAN nos possa acompanhar a retirar do preâmbulo aquela passagem que diz que Portugal caminha para uma sociedade socialista.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Emília Cerqueira. Dispõe de 6 minutos para fazer a sua intervenção.

A Sr.ª **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou iniciar esta intervenção com uma saudação especial, neste caso, ao Coletivo Animal, porque tem feito um grande trabalho na causa animal, representando mais — parece-me importante realçar —, nestas três petições, de 130 mil subscritores. Isto é a sociedade civil: são os portugueses, são as pessoas a pronunciar-se e a participar na vida pública e coletiva ativa. Portanto, deixo uma saudação muito especial para eles.

Repartindo a minha intervenção em duas partes, vou começar pelas petições.

Estas petições têm um momento histórico muito específico e que ninguém referiu, mas parece-me importante fazê-lo. São petições que transitaram da anterior Legislatura, numa altura em que discutíamos, com grande preocupação, a possibilidade de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do crime de maus-tratos a animais de companhia. Era uma preocupação de todos que um regime jurídico tão caro à generalidade dos portugueses — queremos crer, estamos convencidos disso —, pudesse, de um dia para o outro, desaparecer, fruto de uma decisão do Tribunal Constitucional que veio pôr em causa a existência do bem jurídico protegido e, com isso, o próprio regime jurídico — que, é bom lembrar, vem de 2014, e, passados cerca de 10 anos, foi perigado por decisões judiciais.

Portanto, é importante referir esse momento histórico: o PSD, aquando da revisão constitucional que existiu na anterior Legislatura esteve sempre ao lado da solução, ou seja, onde sempre esteve, já quando criou o regime jurídico dos maus-tratos a animais, e não permitiu que existisse este vazio legal e que todo o edifício jurídico ruísse que nem um castelo de cartas.

No entanto, felizmente, em janeiro do corrente ano, no Acórdão n.º 70/2024, do Pleno do Tribunal Constitucional — não de uma secção, mas do Pleno —, foi afastado este perigo. E com este perigo também a grande preocupação-matriz que existia e que tem que ver com a revisão constitucional — que deixou de ser algo urgente e emergente, porquanto está salvaguardado este direito e está salvaguardado o regime jurídico dos maus-tratos a animais e a sua criminalização.

Mas temos, por outro lado, um outro lote, se me permitem, de preocupações que têm que ver com a densificação do regime jurídico dos maus-tratos aos animais, da criminalização. E, sim, é importante distinguirmos criminalização de penalização contraordenacional ou de regime jurídico contraordenacional, como alguns partidos políticos nos propõem.

Portanto, é bom distinguir e dar «o seu a seu dono». Nós sempre estivemos do lado da solução, desde a criação da criminalização dos maus-tratos a animais, mas não como o PCP, que mostra aqui preocupações, mas o que quer é contraordenações. É bom chamar as coisas pelos nomes para centralizar o debate.

Mas o tempo por vezes ultrapassa-nos, julgamos, porque tivemos há cerca de dois meses uma discussão sobre esta matéria, nomeadamente sobre visitar o regime jurídico para se pôr fim a alguns perigos que pudesse haver. É importante haver uma densificação para que não tenhamos uma nova surpresa de haver tribunais a achar que não vão aplicar o regime jurídico, mesmo contra as decisões do Tribunal Constitucional, porque há um entendimento não muito compreensível, para nós, mas que temos de acautelar.

Foi por essa razão que o PSD se absteve, concordou com a baixa, sem votação, do Projeto de Lei n.º 8/XVI/1.<sup>a</sup>, do PAN, para visitar precisamente este regime jurídico e mostramos a nossa disponibilidade para o que for necessário visitar. Não estamos com isto a propor a criação de um novo regime jurídico, mas a mostrar disponibilidade para visitar o que seja preciso para que o bem-estar animal esteja garantido, os direitos dos animais estejam protegidos e também para que os maus-tratos aos animais de companhia não continuem.

Este regime jurídico tem mesmo de ser aplicado, porque os animais merecem. Ao serem declarados seres sencientes, não são coisas, portanto não podem ser objeto de contraordenações. São seres sencientes, merecem que esta tutela penal seja respeitada e nós estaremos onde sempre estivemos, ao lado da solução, e já o demonstrámos no último debate.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Entretanto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real conta com algumas cedências de tempo, quer por parte do Grupo Parlamentar do Livre, quer também do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, e dispõe, neste momento, de 1 minuto e 20 segundos. Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há duas notas que importa reter neste debate. Por um lado, no que diz respeito à tutela da Constituição, estamos a falar de propor um processo de revisão constitucional extraordinário, que não põe em causa aquele que é o processo ordinário, que compreende outras matérias e que, sabemos, é muito mais prolongado no tempo, como foi o caso do que tivemos na Legislatura passada, que, inclusivamente, foi um trabalho que se perdeu.

Na altura, contávamos até — e bem! — com o apoio de todas as forças políticas para que esta matéria ficasse consagrada na Constituição, mas, lamentavelmente, ele caiu, porque o Parlamento foi dissolvido. Por isso mesmo, esse trabalho ficou pelo caminho.

Por outro lado, deixo uma nota em relação ao Código Penal. Este regime já tem mais de 10 anos e ouvimos hoje algumas bancadas defenderem «tudo bem, se for apenas os de companhia».

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exato!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ou seja, não metam os outros.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Como se um cavalo ou uma vaca ou qualquer outro animal, independentemente da finalidade com que é detido, não tivesse também o direito a viver com dignidade e a viver livre de maus-tratos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E os cavalos dos ciganos?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ninguém está a falar de atividades que contestamos e com as quais discordamos.

Noutros países, como na vizinha Espanha, também criminalizam os maus-tratos infligidos a estes animais, fora do contexto dessas atividades, porque, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os maus-tratos não mudam conforme a paisagem. Se sairmos de Lisboa, um animal não deixa de sofrer porque atravessámos a ponte sobre o Tejo. Se formos para norte, um animal também não deixa de sofrer de maus-tratos e não deixa de ser indigno maltratar

um animal. Não estamos a falar de mundo urbano *versus* mundo rural; estamos a falar de decência e de dignidade e a lei não pode ser alheia nem cega àquele que é o respeito pela vida animal.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E os cavalos dos ciganos?! Já resolveram isso?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, há grupos parlamentares que ainda têm tempo disponível. Peço que se inscrevam junto dos Secretários da Mesa, porque, senão, faço rapidamente o encerramento, leio a agenda do dia de amanhã e podemos todos ir para casa.

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, do Chega. Tem até 2 minutos e 57 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimentamos e aplaudimos a petição do Coletivo Animal, através da primeira peticionária Sara Graça da Silva e da peticionária Rita Isabel Duarte Silva, que reuniram 132 000 assinaturas. Gratidão pela vossa luta contra os maus-tratos aos animais.

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, fala das propostas do Chega, porque efetivamente não tem propostas para apresentar.

*Aplausos do CH.*

*Protestos da IL.*

Além disso, o que disse é falso.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não é falso, não!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Se ler com atenção, Sr. Deputado, acrescentamos que é obrigação — vá ler com atenção, porque eu estou a ler — assegurar condições de bem-estar.

O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal tem de trabalhar mais, em vez de vir perder tempo e fazer perder tempo a criticar quem trabalha e quem defende os animais.

*Aplausos do CH.*

Contra factos não há argumentos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. O facto é que o Chega é o único partido que apresenta um projeto de lei — não é um projeto de resolução — com soluções e medidas pertinentes, através de um aditamento extremamente importante às leis que protegem e tutelam os animais.

Esta é a diferença entre quem age na necessidade de legislar e quem vem só recomendar com meros projetos de resolução, como faz o Livre e o Bloco de Esquerda. E os outros, os outros que se preocupam tanto, nem apresentam iniciativas.

*Aplausos do CH.*

Em oito anos — e isto é o que as associações querem ouvir, porque trabalharam e porque o identificaram devidamente —, o Tribunal Constitucional já veio pôr em causa a constitucionalidade da legislação que criminaliza os maus-tratos aos animais.

As cidadãs e os cidadãos que subscrevem estas petições vêm pedir à Assembleia que, em sede de alteração e revisão constitucional, aprove a inclusão explícita e inequívoca da proteção aos animais não humanos na Constituição da República.

Os portugueses sabem que o Chega defende a revisão constitucional e que, na última Legislatura, a proteção dos animais estava devidamente contemplada nestes termos.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Não havendo previsibilidade de tempo, nem garantia para a revisão constitucional, é imperativo, entretanto, aprovar o nosso projeto de lei e garantir legislação exequível e adequada que proteja realmente os animais.

*Aplausos do CH.*

Cabe aos portugueses avaliar quem são os partidos que só reprovam as nossas iniciativas por capricho — é por capricho! — e que, assim, são cúmplices da violência e maus-tratos aos animais.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — O Chega acompanha a proteção animal, que tem assumido nos últimos anos especial relevância política ou normativa social, quer em Portugal, quer na Europa, quer no resto do mundo. Façam o favor de votar legislação até que não se reveja a Constituição.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Andrade, que tem até 1 minuto e 17 segundos.

*Pausa.*

Peço desculpa, tem até 2 minutos e 51 segundos. O problema é meu, da miopia.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda recomenda ao Governo o fim dos apoios públicos a espetáculos que inflijam sofrimento aos animais. Ora, tendo em conta esta pretensão, há duas considerações importantes a fazer.

A primeira consideração tem que ver com as matérias de proteção do bem-estar animal. Neste domínio, o Partido Socialista tem, como sempre teve, uma posição bem definida, e esta posição traduz-se no apoio à causa do bem-estar animal.

Ao longo dos últimos anos, tem havido uma significativa evolução da legislação no sentido de assegurar o bem-estar animal, evolução esta que tem vindo a ser acompanhada também pela sociedade, porque temos uma sociedade cada vez mais consciente da necessidade de assumir, de forma coletiva, o dever de cuidar dos animais.

A segunda consideração tem por base outro domínio, nomeadamente o dos apoios públicos que são atribuídos, em cada momento, quer seja pelo Estado central, quer seja pelo poder local. E também aqui a posição do Partido Socialista é clara: o PS respeita, e sempre respeitou, o princípio constitucionalmente estabelecido da autonomia do poder local.

O nosso País tem diferentes regiões, cada uma delas goza de um património cultural próprio e encontra diferentes formas de expressar as suas tradições, as suas artes ou a sua cultura. No fundo, encontra formas de expressar a sua própria identidade e a riqueza da nossa história cultural faz-se precisamente aqui, pela junção de diferentes patrimónios e diferentes tradições.

Não só aqui, mas também aqui, a autonomia do poder local deve ser preservada. Cada território deve poder escolher de que forma expressa a sua identidade e de que forma expressa a sua cultura. O mesmo é dizer que o apoio que cada autarquia entenda considerar, para as diferentes formas de expressar o seu património cultural, deve ser respeitado.

Na verdade, o debate que hoje fazemos nesta Casa é muito mais amplo do que aquilo que podemos retirar desta proposta, porque é um debate em torno da singularidade dos territórios, mas é também um debate sobre

a sustentabilidade económica de cada região. Importa, por isso, tratar o tema com ponderação, com prudência e na procura de um equilíbrio entre estas diversas variáveis.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos o privilégio de viver hoje numa democracia cada vez mais madura, e isso traz consigo também a responsabilidade de respeitarmos a identidade, a liberdade e a autonomia de cada território.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Entretanto, houve aqui umas cedências de tempo entre grupos parlamentares e, portanto, a Iniciativa Liberal passa a ter 44 segundos para intervir novamente.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Quem é que cedeu? Hão de dizer quem é que cedeu tempo?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda cedeu tempo ao PAN e à Iniciativa Liberal.

**Vozes do CH:** — Eh lá!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para uma intervenção. Tem até 44 segundos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de mais, muito obrigado aos dois partidos, o CDS e o Bloco de Esquerda, que cederam tempo.

Queria só referir aqui e recordar ao Sr. Luís Paulo Fernandes,...

*Protestos do CH.*

... ao Sr. Deputado,...

*Protestos do CH.*

... ao Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes que, se há exemplo maior nesta Câmara — até é um exemplo pedagógico, lá para casa — de que quantidade não significa qualidade é o da bancada do Chega.

*Aplausos da IL.*

Isto porque o número de propostas que, de facto, o Chega apresenta é grande, é volumoso, mas temos de olhar para as propostas. Ainda recentemente, em sede do Orçamento do Estado, tínhamos propostas como: «dizer matilha não pode ser; tem de ser colónia de cães»; «criar uma escola nacional de jardinagem».

*Risos da IL.*

Chegámos a ter propostas copiadas integralmente de outros partidos, no caso, do Bloco de Esquerda. Copiaram uma proposta do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mentiroso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E até tinham uma proposta que descriminalizava o abuso sexual de menores entre 14 e 18 anos.

Srs. Deputados, se é para fazerem isto, mais vale não fazerem nada.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Grupo Parlamentar do PSD tem 1 minuto e 17 segundos. Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Emília Cerqueira.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa, para um esclarecimento à Câmara.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, pode não ter ficado claro, mas a proposta que o Chega apresentou, que descriminalizava o sexo com menores de 14 anos,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso é mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ...não é do Bloco de Esquerda, é da autoria do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É como o vosso correligionário que pintava os lábios de vermelho e, depois, foi acusado de violência doméstica!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É só para deixar isso evidente.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chamava-se Moisés, não é?! O que batia na namorada?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sim, penso que isso ficou claro na intervenção, eram dois pontos distintos.

Tem, então, a palavra a Sr.ª Deputada Emília Cerqueira.

*Protestos do CH.*

Pode esperar, como eu estou a esperar, Sr.ª Deputada. Quando achar que tem condições, pode começar a sua intervenção.

*Pausa.*

A Sr.ª **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, espero que agora já haja condições, de facto.

No fim deste debate, em que se tenta sempre politizar, fazer política rasteira, o PSD recusa-se a entrar nessa forma de fazer política para proteger os animais, porque devemos estar a pensar na proteção, na criminalização dos maus-tratos aos animais e na tutela efetiva dos maus-tratos, quando eles existem.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Então e propostas?!

A Sr.ª **Emília Cerqueira** (PSD): — E é aí que o PSD sempre esteve. Criou o regime jurídico e continuará ao lado das soluções e, sempre que seja necessário, cá estaremos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E as propostas?!

A Sr.ª **Emília Cerqueira** (PSD): — Nós sempre dissemos «presente», e continuaremos a dizer, e não é por se berrar mais ou menos que se está mais ao lado das soluções. Nós estamos ao lado da solução, não ao lado da gritaria,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Onde está a proposta?!



A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): —... porque não é a gritaria que resolve os problemas efetivos de Portugal, dos portugueses e dos animais, que é isso que estamos a discutir.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tenha vergonha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Penso que esta será a última intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real teve cedências de tempo por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, e dispõe, neste momento, de um total de 30 segundos. Penso que será uma boa forma de terminarmos este debate.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, gostaria de recordar que, quando aconteceram os acidentes na Serra da Agrela, os grandes incêndios que tiraram a vida a mais de 70 animais, esta Casa conseguiu, por um largo consenso, praticamente por unanimidade, alterar o Código Penal e o Código de Processo Penal, reforçando a tutela de proteção aos animais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Hoje, apesar de estas petições estarem, de alguma forma, já ultrapassadas pela decisão do Tribunal Constitucional, elas não perderam a sua total pertinência, porque os peticionários nos vêm pedir que aperfeiçoemos o Código Penal.

Temos a oportunidade de fazer isso com a iniciativa que o PAN tem, em comissão, mas também temos a oportunidade de visitar a Constituição para garantir que não aconteça mais nenhum incidente como o que aconteceu e que, no quotidiano, vítimas de violência doméstica e também animais a cargo das associações não sejam vítimas dos maus-tratos impunemente...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Chegámos ao fim da nossa ordem de trabalhos.

Ainda antes de os trabalhos serem encerrados, o Sr. Secretário tem de informar quem assistiu à reunião por videoconferência. Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo Câmara de que participaram dos nossos trabalhos por videoconferência as seguintes Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ângela Almeida, Almiro Moreira, Ana Gabriela Cabilhas, Francisco Covelinhas Lopes, Germana Rocha, Luís Newton e Paulo Cavaleiro, todos do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, ainda antes de terminar, tenho de anunciar a ordem de trabalhos do dia de amanhã que é extensa e vai terminar com votações — repito, as votações são amanhã.

Assim, teremos, no primeiro ponto, uma fixação da ordem do dia, requerida pelo PSD, sobre «Medidas para a promoção do uso e segurança dos motociclos», com a apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 442/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a redução da sinistralidade rodoviária e para a promoção da segurança rodoviária, 441/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a redução do IUC para motociclos, 440/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a aplicação efetiva da Resolução da Assembleia da República n.º 21/2018 para a criação e implementação de uma classe própria e exclusiva para motociclos, para efeitos de pagamento de portagens, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 349/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Proceda à alteração do Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, Código da Estrada, e 348/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Proceda à quinta alteração do Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, que aprova o Regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques e aprova medidas eficazes de segurança rodoviária.

No segundo ponto, serão discutidas, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs 16/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Regulamenta os ensaios clínicos de medicamentos para uso humano e 17/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Estabelece um novo quadro regulamentar de investigação clínica e os respetivos estudos de desempenho, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 452/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação do primeiro centro de investigação em Portugal com recurso a modelos alternativos aos animais utilizados para fins científicos e pela transparência e divulgação da informação da investigação e utilização de animais para fins científicos.

Segue-se, o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 30/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a concretizar o Regulamento (CE) n.º 1223/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro, relativo a produtos cosméticos.

No ponto seguinte, será discutida, também na generalidade, a Proposta de Lei n.º 31/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Procede à execução de um conjunto de regulamentos europeus sobre serviços e infraestruturas financeiros, promovendo a sua plena aplicação em Portugal.

Finalmente, no quinto ponto, teremos as votações regimentais.

Muito boa noite e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 22 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.